



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**PEDRO SANTOS DA SILVA**

**NOMEAÇÃO NO BAIRRO JARDINS/ARACAJU-SE: DISCURSO E HISTÓRIA  
NO PROCESSO DE DETERMINAÇÃO DO SUJEITO**

**São Cristóvão/SE  
2020**

**PEDRO SANTOS DA SILVA**

**NOMEAÇÃO NO BAIRRO JARDINS/ARACAJU-SE: DISCURSO E HISTÓRIA  
NO PROCESSO DE DETERMINAÇÃO DO SUJEITO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL/UFS) como requisito para avaliação pela banca de defesa e obtenção do título de Mestre em Letras - Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Wilton James Bernardo dos Santos

**São Cristóvão/SE  
2020**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586n Silva, Pedro Santos da  
Nomeação no Bairro Jardins/Aracaju-SE: discurso e história no processo de determinação do sujeito / Pedro Santos da Silva; orientador Wilton James Bernardo dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2020.  
102 f.: il.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Análise do Discurso. 2. Bairro Jardins (Aracaju, SE). 3. História. 4. Sujeito (Filosofia). I. Santos, Wilton James Bernardo dos, orient. II. Título.

CDU 81'42

**PEDRO SANTOS DA SILVA**

**NOMEAÇÃO NO BAIRRO JARDINS/ARACAJU-SE: DISCURSO E HISTÓRIA  
NO PROCESSO DE DETERMINAÇÃO DO SUJEITO**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Wilton James Bernardo dos Santos  
Orientador (presidente da banca)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sônia Pinto de Albuquerque  
1<sup>o</sup> examinador (externo)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Fábio Elias Verdiani Tfouni  
2<sup>o</sup> examinador (interno)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Leonia Garcia Costa Carvalho  
3<sup>o</sup> examinador (suplente)

**Aprovado em 28/02/2020**

**São Cristóvão/SE  
2020**

**Dedicatória e agradecimento especial:**

À minha esposa e também Professora Ivonilde dos Santos pela leitura atenta, em primeira mão, dos primeiros esboços e manuscritos que resultaram nesta obra.

## Agradecimentos:

A produção de um trabalho como este é um processo árduo (um *gozo* sério). Somente quem está determinado a realizar uma investigação científica é que reconhece o estado de solidão inimaginável que o pesquisador experimenta durante o processo de leitura e escrita. Nesse sentido, a academia impõe a sua exigência.

A produção do conhecimento determinado pela instituição acadêmica requer imensa dedicação. Nesse processo há muito trabalho, algumas renúncias, paciência, cautela, leva o pesquisador ao mais profundo monólogo reflexivo diante da teoria e da linearidade gráfica do texto, diga-se diante da realidade, do real. O pesquisador encontra-se diante de reflexões, inquietações e monólogos teóricos. A memória (o arquivo, a história) e o inconsciente (o Outro) nos permitem realizar múltiplas associações entre os Grandes autores, as Grandes obras e a sociedade (o cotidiano ordinário), além das materialidades (empírica, linguística e discursiva). O resultado disso tudo é esta obra, significativa contribuição para a Ciência (uma biblioteca simbólica).

O *analista do discurso* exerce a escuta das *vozes* teóricas. Porque pratica as associações discursivas do inconsciente durante a leitura, ainda as descreve, interpreta e as compreende, observando-as neste divã simbólico. Tal como o psicanalista está determinado a escutar as *vozes* dos seus analisandos no divã.

Dito isso, devo esclarecer que este é um espaço que requer muita cautela para não incluir os desmerecidos e excluir os merecidos. Vamos agradecer somente aos merecidos. Primeiramente, à *Deus* que se manifesta na *Natureza* de todas as maneiras.

Agradeço ao meu pai (a figura paterna), João Santos da Silva, analfabeto, pedreiro, meu professor na vida com quem aprendi a arte da reflexão. Ensinou-me o pouco que sei sobre construção civil, se não me tornei pedreiro ou engenheiro é porque não tenho afinidade com a Ciência positivista (a matemática, a física).

Agradeço a minha mãe (a figura materna), Laudénice Oliveira Santos da Silva, analfabeta, agricultora, minha professora na vida. Por não ter deixado de fazer a minha matrícula todos os anos. Ensinou-me a ser correto, justo e acima de tudo prezar sempre pela resiliência, humildade, respeito, pela civilização. Se não sou agricultor hoje é porque a enxada é uma caneta muito rudimentar.

Um trabalho como este é feito com a contribuição de muitas *vozes*.

Agradeço a minha esposa, Ivonilde dos Santos, também professora, não nos conhecemos professores, nos tornamos. Pela leitura atenta, correção ortográfica e crítica dos artigos produzidos durante as disciplinas de mestrado. Pela contribuição crítica acerca de incoerências sobre esta dissertação e dedicação inestimável no trabalho árduo de revisão ortográfica (1ª revisora).

Agradeço ao meu orientador, Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Wilton James Bernardo dos Santos, meu professor na academia. De fato, não escolhemos um orientador de maneira aleatória. Nesta empreitada, resolvi fazer parte de um trabalho que considero importante e de uma seriedade, virtude e competência inquestionáveis com que se pesquisa sobre a leitura, a escrita (linearidade gráfica), a linguagem e o discurso. O discurso, em especial, por conter uma filiação, em grande medida, com a Análise do Discurso francesa e, conseqüentemente, com a linguística, o marxismo e a psicanálise. Muito obrigado!

Como ser orientando de um Professor que valoriza com “precisão cirúrgica” milimétrica os atos de ler e de escrever, que considera a razão e a linearidade gráfica do texto e não olhar isso de perto com perícia?! Diante disso, busquei o primeiro auxílio na escrita do mestre. Refiro-me ao artigo “Toponímia e razão gráfica” (2009) de onde retirei a noção de que é preciso ter *consciência* no ato de ler e de escrever. O segundo auxílio veio da leitura que fiz da sua tese de doutoramento. Uma das referências foi decisiva. Trata-se da obra “Roteiro de redação: lendo e

argumentando” (1998). Admito, antes de ler e de escrever esta dissertação foi preciso, de fato, aprender o significado de pressupostos e argumentos. Creio que isso não está de todo acabado sendo a leitura e a escrita procedimentos sempre em desenvolvimento. É preciso admitir dá trabalho, mas no fim o resultado é esplêndido.

Agradeço a todos os professores da graduação e da pós-graduação por terem determinado o meu conhecimento, sem esse time de intelectuais de “peso” eu não teria o conhecimento que tenho hoje. Muito obrigado! Em especial aos professores da banca de qualificação e defesa (Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Fábio Elias Verdiani Tfouni; Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Francisco José Alves dos Santos; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sônia Pinto de Albuquerque; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Leonia Garcia Costa Carvalho).

Agradeço a Universidade Federal de Sergipe (UFS) pela oportunidade da graduação e, atualmente, ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) pela oportunidade do mestrado.

Agradeço a Lucenira Sampaio historiadora e funcionária pública do Arquivo Municipal de Aracaju (APMA) por ter cedido a figura 1.

Agradeço a João Pedro Barbosa Borges Neto agente público responsável pela pesquisa de rua do município de Aracaju. Por ter esclarecido como se dá o processo de nomeação de lugar pela lei – Câmara Municipal de Aracaju (CMA) - Setor Legislativo.

Agradeço a todos os funcionários do Arquivo da Câmara Municipal de Aracaju (ACMA) por terem disponibilizado os Projetos de Lei (PL) referentes à nomeação no Bairro Jardins.

Agradeço ao Geógrafo Vilson Souza por ter mostrado o modelo de croqui e como se dá a inclusão do nome no mapa cartográfico. Empresa Municipal de Urbanismo de Aracaju (EMURB) – Setor (COPLAN).

Agradeço à Professora Maria Irene dos Santos André pela leitura atenta e correção ortográfica final desta obra (2<sup>a</sup> revisora).

Por fim, agradeço a todos aqueles que diretamente ou indiretamente contribuíram para esta dissertação.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo discursivo e histórico da nomeação no Bairro Jardins/Aracaju-SE. O aporte teórico é da Análise do Discurso francesa com as noções de interdiscurso, formação ideológica, formação discursiva, memória e acontecimento de linguagem/discursivo para tratar do sujeito a partir de M. Pêcheux (1997) e E. Orlandi (2009) e de sua determinação histórica. Perguntamos como se dão os efeitos de sentido no processo histórico de nomeação do bairro. Em termos metodológicos, organizamos o *corpus empírico* selecionando um conjunto de diferentes mapas para análise com o trabalho de E. Guimarães (2005), o que possibilita discutir o método na construção do arquivo. Justifica-se por ser um percurso de pesquisa que contribui em termos teóricos e práticos para o ensino da leitura, da escrita, da linguagem e do discurso a partir da nomeação de lugar. Também tomamos como parâmetro o Quadro de Taxeonomias Toponímicas de M. Dick (1990). No primeiro capítulo, apresentamos um trajeto teórico para problematizar a determinação do sujeito pelo processo discursivo e pela história. No segundo capítulo, apresentamos um trajeto teórico/metodológico que mostra o percurso de construção do arquivo e do método discursivo. No terceiro capítulo, realizamos um percurso analítico que expõe os efeitos de sentido em funcionamento. Observamos que a posição do sujeito é determinada por diferentes discursos. Observa-se que a determinação se dá pela predominância do discurso eurocêntrico em relação de sentido com o discurso brasileiro, da colonização, da política, do patriarcalismo e do colonialismo. Vê-se nesse processo, a repetição histórica dos discursos e a eternização do sujeito pela nomeação no Bairro Jardins.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; Bairro Jardins; História; Nomeação; Sujeito.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo el proceso discursivo e histórico de nominación em Bairro Jardins/Aracaju-SE. La contribucion teórica es del Análisis del discurso francês con las nociones de interdiscurso, formación ideológica, formación discursiva, memoria y acontecimiento de language/discursivo para tratar do sujeto desde M. Pêcheux (1997) y E. Orlandi (2009) y de su determinación histórica. Perguntamos como se producen los efectos del significado em el proceso histórico de nominación del Bairro. Em términos metodológicos, organizamos el corpus empírico seleccionando un conjunto de mapas diferentes para el análisis con el trabajo de E. Guimarães (2005), lo que permite discutir el método en la construcción del archivo. Está justificado porque es un camino de investigación que contribuye en términos teóricos y prácticos a la enseñanza de la lectura, la escritura, el lenguaje y el discurso desde la nominación del lugar. También tomamos como parâmetro lo Marco de Topologías Taxonómicas de M. Dick (1990). En el primer capítulo, presentamos um camino teórico para problematizar la determinación del sujeto por el proceso discursivo y por la historia. En el segundo capítulo, presentamos un camino teórico/metodológico que muestra lo camino de construcción del archivo y el método discursivo. En el tercer capítulo, hacemos a cabo um camino analítico que expone los efectos del significado en la operación. Observamos que la posición del sujeto está determinada por diferentes discursos. Se observa que la determinación viene dada por el predominio del discurso eurocêntrico en relación con el significado con el discurso brasileño, la colonización, la política, el patriarcado y el colonialismo. En este proceso, se puede ver la repetición histórica de los discursos y la eternización del sujeto a través de nominación en Bairro Jardins.

**Palabras-clave:** Análisis del Discurso; Bairro Jardins; Historia; Nominación; Sujeto.

## **Lista de siglas**

**PDDU** - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Aracaju.

**CEHOP** - Companhia de Estado Habitação e Obras Públicas de Sergipe.

**EMURB** - Empresa Municipal de Urbanismo de Aracaju.

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**IHGSE** - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

**ACMA** - Arquivo da Câmara Municipal de Aracaju.

**APMA** - Arquivo Público Municipal de Aracaju.

**PMA** - Prefeitura Municipal de Aracaju.

**CMA** - Câmara Municipal de Aracaju.

**AIE** - Aparelho Ideológico de Estado.

**SD** - Sequência Discursiva.

**FD** - Formação Discursiva.

**FI** - Formação Ideológica.

**AD** - Análise do Discurso.

**PL** - Projeto de Lei.

## **Lista de quadros**

**Quadro 1** - O Quadro de Documentação.

**Quadro 2** - As Taxeonomias Toponímicas.

**Quadro 3** - O Quadro de Orientação dos Nomes.

**Quadro 4** - Os nomes dos condomínios na microrregião Jardim Europa.

**Quadro 5** - Os nomes das regiões que compõem o Bairro Jardins.

**Quadro 6** - Os nomes das avenidas, ruas e alamedas no Bairro Jardins.

## Lista de Figuras

**Figura 1** - Registro fotográfico do mapa - região do Bairro Grageru.

**Figura 2** - Registro fotográfico do mapa que mostra a relação do Bairro Grageru com o Bairro Jardins.

**Figura 3** - Registro fotográfico do mapa com destaque para o Bairro Jardins.

**Figura 4** - Registro fotográfico do mapa que mostra os Bairros limítrofes com o Bairro Jardins.

**Figura 5** - *Print* do mapa que mostra os nomes dos condomínios na microrregião Jardim Europa.

**Figura 6** - Registro fotográfico do mapa - região do Bairro Jardins.

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I</b> .....	20
<b>TRAJETO TEÓRICO: PROCESSO DISCURSIVO E SUJEITO</b> .....	20
1.1 A determinação do sujeito pelo interdiscurso, formação ideológica e formação discursiva .....	20
1.2 A “ferida narcísica” continua aberta: (in)determinação pelo inconsciente.....	25
1.3 A determinação histórica do sujeito pela memória discursiva .....	29
1.4 O acontecimento na nomeação .....	32
<b>CAPÍTULO II</b> .....	37
<b>TRAJETO TEÓRICO/METODOLÓGICO: ARQUIVO E METODOLOGIA DISCURSIVA</b> ....	37
2.1 Os Procedimentos na coleta <i>in loco</i> dos mapas: as instituições administrativas do Estado .....	37
2.2 Os procedimentos de coleta dos nomes através do <i>Google Street</i> e do mapa impresso.....	39
2.3 A organização do arquivo em um quadro de documentação .....	41
2.4 O Quadro de Orientação dos Nomes .....	43
2.5 Reflexão acerca da metodologia discursiva.....	49
<b>CAPÍTULO III</b> .....	53
<b>PERCURSO ANALÍTICO: DISCURSO E HISTÓRIA</b> .....	53
3.1 Breve histórico do Bairro Jardins: o “desmembramento” .....	53
3.1.1 A urbanização no Bairro Jardins pela nomeação.....	55
3.2 Língua estrangeira: discurso eurocêntrico e discurso brasileiro .....	62
3.2.1 O sentido do Outro na nomeação .....	68
3.2.2 O funcionamento da memória e do inconsciente na nomeação.....	69
3.3 Antropônimos masculinos de políticos: o discurso da colonização .....	76
3.4 Antropônimos femininos: discurso do patriarcalismo e do colonialismo .....	88
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	93
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95

“No princípio [...] todo o nome que o homem pôs aos animais vivos, esse é o seu verdadeiro nome. O homem pôs nomes a todos os animais, a todas as aves dos céus e a todos os animais dos campos [...]”.

Bíblia (Gênese)

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, produzida no início do século XXI, mais precisamente, no final da segunda década proporcionou árduo trabalho. No geral, é uma pesquisa sobre discurso e história dentro da linha de pesquisa Linguagem, Identidade e Práticas sociais do programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFS). De modo mais específico, trata-se de um estudo discursivo e histórico sobre a nomeação no Bairro Jardins/Aracaju-Se.

Com esta pesquisa há um esforço no sentido de compreender os discursos em funcionamento na nomeação desse bairro. A nomeação é um processo histórico complexo que se repete e é também o lugar de determinação histórica do sujeito. É nesse sentido que esta pesquisa proporcionou árduo trabalho diante do esforço e da complexidade no estudo discursivo e histórico sobre a nomeação.

Posto isso, analisar a nomeação no Bairro Jardins e a determinação do sujeito é crucial. Percebe-se que essa nomeação significa de uma maneira e não de outra, ou seja, tem um devido valor histórico e discursivo. Dessa maneira, essa nomeação é permeada com sentidos históricos que estão, de certo modo, não-evidentes. Justificando-se que o estudo do processo de nomeação desse bairro será de grande valia, tanto para a urbanização e planejamento do bairro, como também para a academia. Para esta, como contribuição para as pesquisas que levam em consideração as práticas de leitura e escritura na cidade. Logo, isso nos mostra que o estudo sobre a nomeação do ponto de vista da história e do discurso perpassa, em grande medida, pelas práticas sociais do cotidiano.

O processo de nomeação de lugar é condição essencial para que o sujeito seja historicamente determinado. Nesse sentido, Dick assegura que: “[...] a nomeação dos lugares sempre foi atividade exercida pelo homem, desde os primeiros tempos alcançados pela memória humana. Obras antigas da história e da civilização mundiais colocam essa prática como costumeira [...]” (DICK, 1990b, p. 5).

Entende-se que esse processo de nomeação, certamente, é algo regido por leis específicas que se repetem na história e determinam o sujeito. Por mais que esse processo tenha sofrido algumas modificações de ordens naturais e convencionais ao longo do tempo, de fato, até hoje o Estado e a lei prevalecem. Isso mostra o quanto o homem está em acordo com a nomeação dos lugares pela cidade.

De certo modo, nos dias atuais, até fazem festa quando é chegada à hora de nomear alguma coisa, por exemplo: a nomeação de um filho; colocar o número na casa que acabou de

ser construída se torna motivo de alegria; comemora-se a nomeação da ponte K; a inauguração da rua W, da avenida Y, entre outras nomeações. Contudo, apesar de ser uma prática milenar, ainda hoje, a nomeação não ocorre de forma aleatória ou indisciplinada. Especificamente, isso tudo corre porque a nomeação no Bairro Jardins considera, pois, o discurso e a história na determinação do sujeito.

Dito tudo isso, tem-se como objetivo geral compreender quais os efeitos de sentido que determinam a nomeação no Bairro Jardins e a posição do sujeito toponímico. Como objetivos específicos, apresentar um percurso teórico que trata da determinação do sujeito pelo processo discursivo e histórico. Organizar um conjunto de mapas para coletar os nomes que constituem o bairro. Analisar os nomes com o intuito de saber quais os discursos que atravessam e constituem a nomeação no Bairro Jardins.

Diante desses objetivos, partimos do pressuposto de que há efeitos de sentido que atravessam e constituem o processo discursivo e histórico na nomeação do Bairro Jardins e que determinam o sujeito. Desse modo, procuramos responder a seguinte questão: como se dão esses efeitos de sentido no processo histórico de nomeação desse bairro? Essa questão nos conduz, então, a pensarmos a partir da nomeação de lugar a determinação do sujeito pelo discurso e pela história.

Entendendo que existem duas direções a seguir acerca da determinação como restrição histórica dos sentidos. Por um lado, a determinação estritamente linguística. Por outro lado, a determinação histórica, social, física, etc. Esta pesquisa certamente abarca a segunda direção, respectivamente. Considera-se, sobretudo, a determinação da nomeação no Bairro Jardins e do sujeito a partir da história e do discurso. Por isso, é crucial analisarmos a nomeação desse bairro e o sujeito sob o ponto de vista dessa determinação.

No primeiro capítulo, intitulado - *Trajeto teórico: processo discursivo e sujeito* - apresentamos o aporte teórico, ou seja, os conceitos discursivos e outros relacionados à Análise do Discurso francesa que vão desencadear as análises. Em primeiro lugar, Pêcheux (1997) e Orlandi (2009). Em segundo lugar, Guimarães (2005). Essas três obras estão permeando todo o primeiro capítulo. Tendo em vista que elas tratam, respectivamente, da questão da determinação discursiva e histórica do sujeito. Por essa razão, começamos fazendo uma reflexão mais geral sobre a determinação do sujeito no que diz respeito à teoria. Do lado discursivo, inicialmente, problematizamos o sujeito do ponto de vista da determinação pelo processo discursivo.

Em seguida, o inconsciente não fica de fora dessa determinação. A memória discursiva entra no jogo da determinação e é colocada em discussão a partir de Pêcheux (2010; 2016) como aquilo que também determina o sujeito da nomeação ao considerarmos que só há sentido porque existe memória. Para finalizar o primeiro capítulo apresentamos uma discussão teórica acerca do acontecimento de linguagem e discursivo como fatores que rompem com a determinação do sujeito.

No segundo capítulo, intitulado - *Trajetó teórico/metodológico: arquivo e metodologia discursiva* - apresenta-se um trajeto dos procedimentos de coleta do *corpus empírico*. Com isso, o leitor é levado a um percurso de visitas em algumas instituições públicas do Estado que administram a cidade e o bairro para coletar alguns documentos, tais como: os mapas, os Projetos de Lei, as leis que regem o funcionamento e as determinações dos nomes, além da determinação do sujeito a partir da titulação.

Os procedimentos de coleta dos nomes ocorreram a partir do *Google Street* e do mapa da cidade impresso. Conseqüentemente, esses procedimentos de coleta dos nomes acarretaram em uma análise discursiva da região do Bairro Jardins. Além desses procedimentos, ler a nomeação desse bairro significa também ler o mapa como texto, do ponto de vista de Guimarães (2005), em que se projeta a região de forma cartográfica.

Esse capítulo apresenta uma pré-análise dos nomes, ou seja, em termos quantitativos. No que diz respeito à coleta e sistematização do *corpus empírico*-linguístico num conjunto de quadros, tendo como referência o quadro das taxonomias toponímicas de Dick (1990b). Porém, é a partir de Guilhaumou (2016) que vamos considerar a noção de arquivo. Já a partir desse capítulo, o estudo começa a ganhar contornos mais definidos e detalhados. Movimentos descritivos dos quadros incidem as primeiras reflexões analíticas sobre os nomes, apesar de serem ainda embrionárias não deixam de ter importância para o rumo em que as análises vão sendo conduzidas. É preciso decidir a partir dessa descrição, a nomeação que predomina, mas também o que não predomina enquanto acontecimentos que repetem efeitos de sentido. Em relação à metodologia discursiva, apresentamos um percurso teórico que passa por Maiguenau (1997), Pêcheux (1997), Orlandi (2009) e Guimarães (2005).

No terceiro capítulo - *Percurso analítico: discurso e história* - o leitor adentra no Bairro Jardins. Já na região desse bairro, o leitor é levado a conhecer as regiões com os nomes dos condomínios na microrregião Jardim Europa, os loteamentos, as avenidas, as alamedas, as ruas, praça e parque.

É neste capítulo que apresentamos de maneira qualitativa a análise dos nomes coletados, primordialmente, a análise da nomeação que predomina no Bairro Jardins, mas também fazer uma intervenção acerca do que não predomina. Pois, o que se apresenta no terceiro capítulo, de fato, é resultado do constante movimento entre descrição, interpretação e compreensão dos efeitos de sentido que determinam o sujeito da nomeação toponímica. Nesse ponto, entra em funcionamento a relação entre teoria, metodologia discursiva e as materialidades.

A articulação da teoria com a materialidade *empírica* e a materialidade linguística no terceiro capítulo foi feita, em grande medida, a partir de três obras: a obra de Guimarães *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação* (2005). A obra de Orlandi *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* (2009) e a obra de Pêcheux *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1997) de onde vem a noção de efeitos de sentido (p. 164). Apresentamos, inicialmente, um breve histórico do Bairro Jardins. Esse histórico considera, então, o desmembramento, a urbanização e o planejamento do bairro pela nomeação. Logo em seguida, expomos os efeitos de sentido, ou seja, os discursos em funcionamento no processo histórico de nomeação desse bairro e a determinação histórica do sujeito. Neste ponto, estamos diante da materialidade discursiva.

“Foi somente a partir de Freud que começamos a suspeitar o que significa (veut-dire) escutar, e, por conseguinte, o que significa falar (ou manter-se calado); que esse significado (vouloir-dire) de falar e escutar revela, sob a inocência do dizer e do ouvir, as profundezas especificáveis de um nível escondido, o significado do discurso do inconsciente [...]”.

Althusser *apud* Pêcheux & Gadet

## CAPÍTULO I

### TRAJETO TEÓRICO: PROCESSO DISCURSIVO E SUJEITO

Neste capítulo, apresentamos um trajeto teórico. Tal trajeto expõe, inicialmente, uma discussão sobre a determinação do *sujeito* pelo *processo discursivo*. Apresenta, ainda, uma discussão sobre o inconsciente, a memória discursiva e o acontecimento de linguagem/discursivo. Tudo isso, para compreendermos como se dão os efeitos de sentido no processo histórico de nomeação no Bairro Jardins e a determinação do sujeito.

#### 1.1 A determinação do sujeito pelo interdiscurso, formação ideológica e formação discursiva

Começar a discussão teórica sobre a *determinação do sujeito* sob o ponto de vista do *processo discursivo* é de suma importância. Isso porque, começamos a discussão com o teórico de base deste trabalho (carro chefe) o filósofo-linguista Michel Pêcheux, mais especificamente, com a sua obra *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1997). Logo, defendemos a ideia de que o sujeito é determinado pelo que Pêcheux chama de processo discursivo.

Parece-nos oportuno iniciarmos as discussões sobre a determinação do sujeito pelo processo discursivo a partir de Pêcheux (1997) e alargarmos um pouco mais essas discussões acerca dessa determinação. Alargamento no sentido de contribuir com os estudos sobre a determinação do sujeito pelo processo discursivo no século XXI, século em que o sujeito não deixou de ser determinado.

Nesse sentido, esse processo discursivo abre espaço, de maneira mais específica, para sabermos como se dá a determinação discursiva do sujeito. Em primeiro lugar, pela noção de *interdiscurso* que segundo Malidier (2003) é o conceito fundamental da Análise do Discurso (AD). Pêcheux tem a palavra acerca desse conceito fundamental ao dizer que o interdiscurso é:

[...] todo complexo com dominante das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas. [...] Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso [...] (PÊCHEUX, 1997, p. 162).

Sem dúvida, essa explicação dada por Pêcheux de que o interdiscurso abarca a formação ideológica e a formação discursiva prova porque ele é o conceito fundamental da AD. Ainda segundo Pêcheux (1997), o interdiscurso também é caracterizado sob o ponto de vista do pré-

construído e do discurso-transverso. Isso quer dizer que, o interdiscurso é aquilo que já está dado, ou melhor, nas palavras do próprio Pêcheux o interdiscurso é exterior e anterior ao discurso produzido nas condições imediatas de produção. É aquilo que na base do dizível, ou seja, no nível do intradiscurso opera determinando o sujeito (PÊCHEUX, 1997).

Que o interdiscurso é a instância fundamental que comporta as formações ideológicas e as formações discursivas já sabemos. No entanto, é preciso dizer ainda que o interdiscurso considera as relações complexas entre essas formações discursivas implicadas em relações contraditórias com as formações ideológicas que seguem determinando o sujeito discursivamente.

A partir do interdiscurso é possível ver também que os sujeitos assumem posições discursivas e ideológicas referidas aos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Por isso, tais posições têm a ver com ideologia que segundo Pêcheux não é feita de ideias, mas sim de prática ou práticas realizadas por sujeitos determinados discursivamente em posições ideológicas e simbólicas de classe.

O interdiscurso, segundo Orlandi, é “[...] todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2009, p. 33). Logo, o já-dito ou o não-dito enquanto anterioridade e exterioridade que determina o sujeito em uma posição ideológica e discursiva de classe.

Essa exterioridade, da qual Pêcheux fala, comporta também a ideologia e a história. Segundo Pêcheux: “[...] a ideologia é exterioridade [...]. A ideologia *não possui um exterior* (para si mesma), mas ao mesmo tempo *ela é exterioridade* (para a ciência e para a realidade)” (PÊCHEUX, 1997, p. 177 - itálico de Pêcheux). Essa exterioridade também caracteriza a história enquanto constitutiva.

Isso equivale a dizer que *o verdadeiro ponto de partida em referência ao qual podemos compreender por que a ideologia é exterioridade para a ciência e para o real é exatamente o mesmo ponto de partida [...]. esse verdadeiro ponto de partida, já se sabe não é o homem, o sujeito, a atividade mental, etc., mas, ainda uma vez, as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção* (PÊCHEUX, 1997, p. 179-180 – itálico de Pêcheux).

É a partir dessa colocação de Pêcheux que compreendemos o interdiscurso como exterioridade, ele é o ponto de partida que determina o sujeito. A condição de exterioridade do interdiscurso vem da mesma definição que nos é dada por Pêcheux acerca da exterioridade da ideologia e da história.

Em relação ao nosso objeto de pesquisa, entende-se que o sujeito da nomeação toponímica não é o ponto de partida, mas sim o ponto de chegada da determinação discursiva

em relação ao interdiscurso. Por isso, o interdiscurso é o conceito fundamental da AD. Logo, ele é um conceito decisivo para esta pesquisa.

Em segundo lugar, continuando em torno do processo discursivo, a noção de *formação ideológica* (FI) tem importância na determinação discursiva do sujeito. Para entender tal importância, de acordo com Pêcheux, é preciso esclarecer, então, o que vem a ser FI.

Explicamos o que estamos querendo dizer com isso. Diremos que o caráter material do *sentido* – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos o todo complexo das formações ideológicas. [...] o sentido de uma palavra não existe em si mesmo (isto é em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é reproduzidas.) poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas [...]* (PÊCHEUX, 1997, p. 160 – itálico de Pêcheux).

Apesar de Pêcheux (1997) dizer que “as palavras, expressões, proposições, etc.” mudam de sentido de acordo com as posições daqueles que as empregam, essas posições não são *empíricas*, mas sim, discursivas. Nesse jogo de posições, os efeitos de sentido são decisivos para a reprodução de sentidos.

Desse modo, as FIs não são caracterizadas a partir de propriedades regionais concretas tais como a Religião, o Conhecimento, a Política, a Escola, etc., e seus agentes *empíricos*. Como nos diz Pêcheux, as FIs não são os “objetos ideológicos regionais das situações concretas”.

Compreende-se, então, por que em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas (referidas aos Aparelhos Ideológicos de Estado), que ao mesmo tempo, possuem um caráter regional e comportam posições de classe [...] isso equivale a dizer que não há [...] posições de classe *que existam de modo abstrato e que sejam então aplicadas* aos diferentes objetos ideológicos regionais das situações concretas, na Escola, na Família, etc. [...] na medida em que não são os objetos ideológicos regionais tomados um a um, mas sim o próprio desmembramento em regiões (Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber, etc.) e as relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões [...]” (PÊCHEUX, 1997, p. 146 - itálico de Pêcheux).

Essas regiões enquanto FIs são, portanto, representações discursivas em posições de classe no próprio discurso que determina o sujeito. Sendo assim, “não são os objetos ideológicos regionais tomados um a um” de maneira abstrata, mas sim, a regionalização desses objetos regionais que Pêcheux expõe como sendo: “Deus, a Moral, a Lei, o saber, a justiça, etc”., subdivididos ainda em discursos antagônicos a partir de posições discursivas de classe.

Diante disso, é possível observar que para compreender o funcionamento da FI foi preciso entender a diferença entre posição discursiva de classe e posição *empírica* de classe. A primeira, respectivamente, trata da posição referida ao discurso desmembrado em regiões

(Deus, Moral, Lei, Justiça, Família, saber, etc.). A segunda, se refere à posição pragmática assumida por um indivíduo enquanto (Padre, Cientista, Professor, Político, Historiador, etc.).

É, portanto, a primeira posição sujeito que estamos considerando. Para melhor compreender do que se trata essa posição é necessário pensar todo o processo discursivo ligado ao efeito de sentido. Tudo isso, considerando-se a reprodução/transformação desse efeito. Por isso, compreendemos por que a FI tem importância na determinação discursiva do sujeito.

Ainda no entorno do processo discursivo, em terceiro lugar, a *formação discursiva* (FD) também tem importância na determinação discursiva do sujeito. Sendo que a FD ou as FDs determinam o que é enunciado a partir das posições ideológicas regionais. Isso quer dizer que as FDs materializam em regiões de sentido as posições ideológicas através do discurso.

Nesse sentido, as FDs mantêm relação com as FIs. Temos como exemplo a formação ideológica política (as leis): pois bem, essa FI se relaciona com as FDs a partir de posições discursivas de classe que o sujeito representa nessa FI de maneira discursiva e não *empírica*.

Para melhor esclarecer esse exemplo vamos nos valer do artigo publicado por Pêcheux e Fuchs “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas” (1975). Nesse artigo, os autores dão o exemplo da FI religiosa sob a forma da ideologia dominante em determinada época referida ao Aparelho Ideológico religioso.

Nessa direção, os autores continuam dizendo que as FDs (Alto Clero – Baixo Clero) intervêm na FI (Deus) combinadas em discursos específicos contraditórios que determinam o sujeito. Elas recortam diferentes regiões de sentido em relação à FI. Desse modo, a FD, trata-se, de um lado, da pregação realizada pelo Baixo Clero (sermão 1), de outro lado, a pregação do Alto Clero (sermão 2). Esse exemplo mostra a relação entre duas FDs atreladas a uma FI religiosa.

Não tomemos ainda o sermão como a própria FD, mas sim aquilo que pode ser dito nesse sermão, ou seja, o conjunto de enunciados que recortam uma região de sentidos e que determinam os discursos. É tanto que esse conjunto de enunciados pode ser atravessado por enunciados de outras FDs. O discurso pode ser outro, ou seja, o discurso do sujeito padre pode não ser religioso, mas sim político, esportivo, comunista, capitalista, democrático, autoritário, etc.

Para além disso, é preciso dizer que o conceito de FD vem desde os estudos de Foucault em um percurso de inquietação da Análise do Discurso. Pêcheux afirma no artigo intitulado: “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”, traduzido e publicado por Orlandi em *Análise de Discurso: Michel Pêcheux/textos selecionados*

(2016), que alguns conceitos podem ser pegos emprestados de outras ciências para que sejam reproduzidos ou transformados fazendo-se avançar a ciência.

Foi, pois, seguindo essa afirmação que Pêcheux tomou emprestado o conceito de FD em *A arqueologia do saber* escrito por Foucault e publicado pela primeira vez em 1969. Com Pêcheux a FD deixa de ser um bloco homogêneo sendo determinada por apenas uma região de sentido. Ele dá outro estatuto operacional a esse conceito, ou seja, a FD passa a ser heterogênea em si mesma, atravessada por outras FDs. É por causa desse empréstimo filosófico que trazemos Foucault para a discussão (fiquemos por aqui com Foucault).

O próprio Pêcheux (1997), em um anexo publicado na obra *Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*, intitulado, “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação” critica Foucault por ele não teorizar a luta de classes. Além disso, ainda faz dessa luta a revolução dos bichos, principalmente, na obra *As palavras e as coisas* (2016) acerca de um texto de Borges (1899-1986).

Sob o ponto de vista de Pêcheux (1997) a FD passa a ser na AD francesa:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada [...] determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). [...] Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...]” (PÊCHEUX, 1997, p. 160 – itálico e parênteses de Pêcheux).

Dada essa definição, Pêcheux nos diz que o conceito de FD não está dissociado do interdiscurso e da FI. É nesse sentido, que se percebe como o sujeito é determinado também pela FD ou, que seja, pelas FDs.

No Brasil, quem se encarregou de introduzir os estudos da Análise do Discurso francesa foi Orlandi. Por isso, também acrescentamos a sua definição de FD em *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* (2009).

As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações [...]. Dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória (ORLANDI, 2009, p. 43-44).

É, portanto, a partir dessas duas definições teóricas dadas por Pêcheux e Orlandi acerca da FD que expomos como o sujeito é determinado ou, que seja, indeterminado. É nesse sentido que a FD também é importante na determinação discursiva do sujeito. Sendo assim, ela pode se constituir em diferentes regiões de sentidos. É por isso que entendemos a importância de

apresentar um percurso teórico sobre o processo discursivo que determina<sup>1</sup> o sujeito. O que procede nos dá a dimensão da determinação pelo *inconsciente*.

## 1.2 A “ferida narcísica” continua aberta: (in)determinação pelo inconsciente

A ferida narcísica aberta diz respeito ao sujeito do discurso (*in*)*determinado*, inconscientemente, pelo processo discursivo e pela história (PÊCHEUX, 1997). Desse modo, essa ferida narcísica retira do sujeito cartesiano a centralidade, ou seja, o sujeito não é mais aquele que produz o discurso a partir do inatismo. Sendo assim, o sujeito passa a ser um efeito do discurso produzido, determinado pelo discurso e pela história.

É preciso tocar, diretamente, nessa ferida narcísica aberta para dizer que trata-se do lado de maior inclinação que estamos seguindo. É preciso colocá-la em confronto com o discurso produzido pelo sujeito que tenta suturar essa ferida. A continuação dessa ferida narcísica aberta faz parte da reflexão atual sobre o sujeito da nomeação toponímica determinado pelo discurso e pela história. Assim como o sujeito efeito do discurso, o sujeito da nomeação toponímica também é determinado pelo discurso e pela história e não determinador<sup>2</sup>. Nesse sentido, não há *autorretrato* como em um espelho, o que está presente aí é o (O)outro enquanto discurso e história que determinam o sujeito.

Faz parte dessa ferida narcísica também o simbólico enquanto inconsciente que determina o sujeito efeito do discurso. A partir do efeito produzido pelo simbólico no sujeito, Pêcheux reconhece que não há esquecimento (nº 2 e nº 1) nem apagamento. Pêcheux (1997) reconhece que “[...] os traços inconscientes dos significantes não são jamais apagados ou esquecidos [...]” (p. 300). Ele reconhece que os sentidos não são jamais apagados ou esquecidos, eles seguem latentes sendo reproduzidos/transformados, seguem determinando o sujeito (MALDIDIER, 2003).

Apesar do processo discursivo, estaria Pêcheux equivocado ao considerar a série sonho-lapso-ato falho-Witz e ao se filiar a Freud que trata dessas questões no homem, no indivíduo. A

---

<sup>1</sup> Sobre essa questão ver também a tese de doutorado defendida na França por C. Haroche “Vers une histoire du sujet: analyse de la constitution et du fonctionnement de la notion de détermination dans la grammaire (Por uma história do sujeito: análise da constituição e do funcionamento da noção de determinação na gramática). Paris, Université Paris VII, thèse de Doctorat d'État, 1978 (*In*: Haroche, 1992, p. 23 - em nota). Ou ainda a obra *Fazer dizer, querer dizer* (1992) da mesma autora.

<sup>2</sup> O sujeito determinador nos remete ao efeito Munchhausen. Para resolver essa questão o texto retificador que Pêcheux escreveu “Só há causa daquilo que falha” (1975) é decisivo. Porém, há aí ainda um estranho sujeito que nos remete ao biologismo de Freud com a série sonho-lapso-ato falho-Witz. É preciso definir de uma vez por todas o que é e de onde vem a noção de sujeito na Análise do Discurso, para tanto Lacan é fundamental.

partir do simbólico, afirma-se que o sujeito não é mais livre nem racional, ele não é o dono do seu discurso. Portanto, isso nos leva a dizer que a materialidade discursiva simbólica encontra-se oculta na prática ideológica. Ou seja, a ideologia, ou melhor, a prática ideológica existe determinando o sujeito, mas o sujeito não pensa sobre isso, não tem consciência dessa determinação. Ele é inconsciente, efeito do discurso.

Pois, é a partir dos escritos de Freud que o sujeito é pego de surpresa pelo efeito do discurso, mexe-se na sua ferida narcísica a partir das ciências que surgem e questionam a autonomia do sujeito individual, narcísico. O sujeito não é mais determinante no sentido consciente, a lógica de que o sujeito podia controlar seus atos e práticas não condiz mais com o sujeito da AD.

Essa ideia de sujeito consciente, portanto, é o lado da ferida suturada. Essa ideia foi refutada por vários estudiosos, primeiro Freud, depois Lacan ao darem continuidade a ideia contrária. Desse modo, eles abrem espaço para novas interpretações teóricas acerca do efeito sujeito do discurso: descentrado, clivado, dividido, indeterminado entre a ilusão de consciência e o inconsciente.

Acerca desse efeito de ruptura com o sujeito cartesiano, o psicanalista Marco Antônio Coutinho Jorge na obra *Fundamentos da psicanálise* (2000) afirma que as teses escritas por Freud sobre o inconsciente nos fazem associar importantes descobertas para a ciência. O que define, nesse sentido, as teses de Freud como discurso fundador<sup>3</sup> que nos interessam até hoje. A questão decisiva é: com a tese de Freud o sujeito passa a ser efeito do discurso, determinado pelo exterior. Está aberta a ferida narcísica.

A tese que Althusser e Pêcheux defendem parte desse efeito de ruptura com o sujeito cartesiano consciente, foi a partir daí que eles souberam “o que escutar e calar quer dizer do inconsciente”. Foi, portanto, a partir da ferida narcísica aberta por Freud que eles souberam o que querer dizer do efeito sujeito, o que fazer dizer do determinismo discursivo e histórico. Com a abertura dessa ferida, Freud “matou” o sujeito narcísico, ele realizou em termos teóricos *a metamorfose de narciso* ao transformar o discurso do sujeito em sujeito efeito do discurso.

---

<sup>3</sup> A ruptura epistemológica realizada pelas teses de Freud (1856-1939) sobre o sujeito e o inconsciente pode ser comparada com as rupturas realizadas por Aristóteles (384-322 a. C.); Aristarco (310-230 a. C.); Ptolomeu (100-170); Copérnico (1473-1543); Galileu (1564-1642); Kepler (1571-1680); Isaac Newton (1642-1727) todos eles fazem referência à tese de que a terra gira em torno do sol ou o sol gira em torno da terra. Tem-se também as teses de Darwin (1809-1882) relativa à evolução natural das espécies. Lacan (2008) que fez a leitura das obras de Freud faz essa referência entre a descoberta do inconsciente por Freud (ruptura com a ideia de que o sujeito determina o exterior) e as descobertas de Isaac Newton e Albert Einstein (1897-1955). Não podemos fazer injustiça a Saussure (1857-1913) com a tese de que a língua é uma instituição coletiva exterior ao sujeito. Mais recentemente, Stephen Hawking (1942-2018) com seus buracos negros. In: RAMALHO, Francisco. *Os fundamentos da física mecânica*. V. 1; 8 ed. São Paulo; Moderna, 2003.

Apesar de todas as críticas e objeções de que Freud considera em suas teorias o homem, o indivíduo, há em suas teorias algo que aponta para a palavra verbalizada que determina a posição do sujeito. É essa posição que de fato nos interessa.

Tudo isso, acarreta mudanças sérias para a noção de sujeito narcísico. A partir de Freud, então, sabemos que não há mais centralidade do sujeito. Este, por sua vez, passa a ser dividido, clivado, indeterminado a partir de múltiplos sentidos. Entra aí a noção de que é impossível controlar o inconsciente.

Nesse sentido, é porque há a possibilidade de intervenção pelo inconsciente na ideologia, ou melhor, nas práticas ideológicas históricas que essa indeterminação ocorre. Essa intervenção do inconsciente no caráter material do sentido se dá porque Lacan (2008) diz que “o inconsciente se estrutura como linguagem” (p. 27) e linguagem existe em tudo aquilo que determina o sujeito da ideologia, ou seja, tudo aquilo que é exterior a esse sujeito.

Por isso, em *Análise do Discurso* o sujeito é considerado uma posição ou posições. Não se trata de assumir uma posição *empírica* enquanto homem, indivíduo, a posição é imaginária e se dá no plano simbólico, ou seja, de acordo com Lacan “[...] um significante é o que representa um sujeito para um outro significante” (LACAN, 2008, p. 203). É o mesmo que dizer um significante significa para outro significante ou um discurso significa para outro discurso. É aí que reside a noção de efeitos de sentido entre A e B.

Esses efeitos, por sua vez, não são a transmissão de informações, mas a relação entre discursos e sujeitos. Lacan retirou de uma vez por todas o homem, o indivíduo, a subjetividade do funcionamento discursivo. Com isso, apesar de Althusser e Pêcheux ficarem na indecisão teórica entre a subjetividade e a objetividade, aqui a indecisão não persiste, graças a Lacan a objetividade na determinação histórica do sujeito é decisiva. Não há espaço para a subjetividade, apesar do homem e do indivíduo, estranhamente, fazerem parte da teoria lacaniana, ele aponta apenas para as posições imaginárias.

Desse modo, é que o sujeito ideológico, além do processo discursivo e da história, passa a ser determinado também pelo inconsciente. Assim como Pêcheux (1997) ainda estou adentrando na obscuridade teórica, por isso, trataremos, em pequena medida, a questão da determinação pelo inconsciente. O que nos interessa, em grande medida, é a determinação histórica e discursiva do sujeito ideológico.

Se a determinação, no sentido de manifestação de uma autoridade, de uma vontade, de uma consciência talvez, não parece claramente uma coisa do sujeito, se a determinação não joga unicamente na linearidade do discurso como exigência liminar do sistema, se a determinação joga assim em outro lugar, qual pode ser esse outro lugar e, portanto, quais podem ser as relações entre a determinação, o sujeito e este outro lugar? (HAROCHE, 1992, p. 153).

Esse outro lugar que também atua determinando ou indeterminando o sujeito da ideologia é o inconsciente que se estrutura como linguagem material exterior ao sujeito. Desse modo, ao considerarmos a determinação histórica do sujeito com o sentido ideológico, o inconsciente nos parece acrescentar um outro estatuto a essa determinação. Sendo assim, passemos a tratar a indeterminação do sujeito ideológico (sujeito serpente - flexível), no sentido de que esse sujeito é atravessado por múltiplos sentidos como caráter material do simbólico.

Sendo assim, Freud apresenta a ideia de que o exterior determina o sujeito, o inconsciente não é mais visto como individual, interior e controlável. Não há, aí, mais espaço para o sujeito narcísico, dono de si mesmo e do seu discurso, há uma anterioridade e exterioridade histórica mais poderosa que lhe determina ou indetermina.

Pêcheux percebe esse narcisismo que domina os cientistas anterior a ele e denuncia problematizando o realismo metafísico, o empirismo lógico, o subjetivismo abstrato, o idealismo e o “velho teórico/erudito/marxista”, ou melhor, o materialismo histórico, este na medida que não produz interpretação (PÊCHEUX, 1997). Vejamos o que Pêcheux nos diz sobre o teórico marxista (PÊCHEUX, 2008, p.15) na íntegra:

Vocês conhecem a história daquele velho teórico/erudito/marxista que queria construir sua biblioteca sozinho? [...] Era naqueles longínquos tempos em que os marxistas pensavam poder construir tudo por si mesmos: a economia, a história, a filosofia, a psicologia, a linguística, a literatura, a sociologia, a arte ... e as bibliotecas.

Esse narcisismo, em certa medida, ainda existe, mas restrito desde a sua gênese, a uma ciência específica estrutural e imanente que considera a língua como um real representável<sup>4</sup> que nega o discurso, o sujeito e a história. Ao contrário dos narcisistas, a AD não deixa de lado esses conceitos, isso porque para produzir a ruptura foi preciso reconhecer e recusar, justamente, o processo histórico que vinha dando voz ao sujeito cartesiano narcísico.

No entanto, esse sujeito narcísico há muito já foi superado, isso quer dizer que a ferida narcísica continua aberta, resta-nos agora sabermos como conduzir esse novo efeito de determinação e indeterminação do sujeito. Considerando-se o nosso objeto de pesquisa, o sujeito na atualidade é capaz de ser interpelado, assujeitado e assumir mais de uma posição de maneira inconsciente, de se deixar atravessar pelo discurso e pela história.

Nesse sentido, o sujeito em Pêcheux é estruturado, determinado de fora pelo que, justamente, Pêcheux considera como os processos discursivos responsáveis por determinar o

---

<sup>4</sup> Sobre esse conceito ver a obra de Milner *O amor da língua* (2012). Certamente um anagrama “A língua de Roma”.

efeito de sustentação e o efeito de pré-construído no sujeito. Em outras palavras, o sujeito é determinado ou indeterminado pela anterioridade e exterioridade.

Para Althusser o sujeito também é estruturado do exterior, mas livre para fazer escolhas e submisso ao mesmo tempo. Nos parece que diferente de Althusser, Pêcheux expõe a noção de sujeito com caráter, puramente, objetivo. O sujeito não é livre para escolher de maneira subjetiva, tudo já está dado, escolhido. Por isso, o sujeito é mesmo efeito do discurso e da história.

Continuando em relação ao nosso objeto de pesquisa, assim como o sujeito de direito, jurídico, político e ideológico são determinados. O sujeito da nomeação é, então, determinado ou indeterminado pelo discurso e pela história. Logo, esse sujeito da nomeação tem relação com o sujeito efeito do discurso, ou seja, o sujeito determinado e ao mesmo tempo indeterminado pela anterioridade e exterioridade.

Por isso, a ferida narcísica aberta diz respeito ao sujeito do discurso (in)determinado pelo processo discursivo e pela história. No sentido de que o sujeito não é dono do seu discurso, os sentidos não têm um dono, não podem ser controlados no sentido do real representável. Sendo assim, o sujeito da nomeação se alinha a esse efeito da discursividade e da historicidade.

Tendo em vista tudo o que vem sendo dito acerca da determinação, vejamos no que procede como a *memória* determina historicamente o sujeito da nomeação toponímica.

### **1.3 A determinação histórica do sujeito pela memória discursiva**

Já que estamos tratando da determinação discursiva e histórica do sujeito, cabe acrescentar aqui a discussão sobre a determinação desse sujeito pela *memória*. Mas, de que memória estamos falando? É aí que entra o ponto de vista da discursividade.

Essa discursividade, por sua vez, ajuda a responder tal pergunta ao considerarmos, inicialmente, dois textos teóricos de Pêcheux como referência. Entra ainda outros teóricos nesta discussão. Primeiro: a obra *Papel da memória* (2010). Segundo: o projeto de pesquisa “Leitura e Memória” traduzido e publicado por Orlandi no livro *Análise de Discurso: Michel Pêcheux textos selecionados* (2016).

Segundo Pêcheux, “sem discutir aqui o valor ontológico da problemática neurobiológica, que supõe correntemente que, nos homens e nos animais superiores, a base da memória é constituída pelo sistema nervoso central [...]” (PÊCHEUX, 2016, p. 141). Ao

contrário disso, a memória para Pêcheux não tem a ver com o indivíduo, lembrança coletiva ou individual de uma pessoa, ou seja, a memória que pode ser apagada ou esquecida.

Segundo Pêcheux (2010) “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da memória individual, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2010, p. 50). Há nessa definição, aparentemente, um caráter *empírico* que não nos interessa em relação ao tratamento da memória.

Pêcheux afirma que a memória é desenvolvida - “pelos historiadores das mentalidades”. Portanto, Pêcheux expõe como sendo: as cidades, as regiões, as instituições, as nações, os documentos, as leis, etc. Mas, há aí, uma inconsistência nessa definição, o que nos parece que Pêcheux mudou de percepção, portanto, ainda não é disso que trata a memória do ponto de vista da discursividade.

Em relação ao nosso objeto de pesquisa, acrescentamos nessa discussão a nomeação como lugar de constituição da memória discursiva que determina o sujeito historicamente. Nesse sentido, a memória discursiva está diretamente ligada à questão da determinação discursiva e histórica do sujeito.

Nesse caso, estamos considerando a memória do ponto de vista da discursividade com caráter material de sentido que se constitui na própria linguagem. Considerando o nosso objeto de pesquisa, a memória se constitui na própria nomeação toponímica. Está aí a memória do ponto de vista da discursividade e da historicidade que determina o sujeito da nomeação toponímica.

Bakhtin, que demonstra estar de acordo com a definição dada à memória, também definiu a mesma sob dois pontos de vista: “[...] entre a atividade mental do eu (não modelada ideologicamente, próxima da reação fisiológica do animal, característica do indivíduo pouco socializado) e a atividade mental do nós (forma superior que implica a consciência de classe)” (BAKHTIN, 2010, p. 16-17).

Portanto, Bakhtin afirma que sobre essa memória do nós, “[...] seus fundamentos não devem ser nem fisiológicos nem biológicos, mas sociológicos” (BAKHTIN, 2010, p. 49). Diante disso, é preciso acrescentar que a partir do ponto de vista social apresentado por Bakhtin podemos pensar a memória sob várias funções materiais que determinam o sujeito da nomeação. Mas, fiquemos por aqui com Bakhtin, pois o sujeito tratado por ele está na dimensão do sujeito pragmático. Nessa direção, Pêcheux acrescenta que os fundamentos da memória não

devem ser sociológicos, mas sim, discursivos e históricos. Quer dizer, a determinação do sujeito nas práticas sociais deve se dá na reprodução/transformação do discurso e da história.

Essa memória, portanto, exerce “[...] o papel de verdadeiros registros do cotidiano, revelado em atitudes e posturas sociais, específicas a determinados grupos humanos, preservam, por isso mesmo, a memória [...]” (DICK, 1990b, p. 185).

Em relação aos estudos discursivos no Brasil, Orlandi (2009, p. 47-48) define muito bem o conceito de memória em AD:

[...] sob dois aspectos: a. a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela; b. a memória constitutiva [...], o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo). O gesto de interpretação se faz entre a memória institucional (o arquivo) e os efeitos da memória [...], podendo assim tanto estabilizar como deslocar sentidos.

Em relação a (a) pode-se dizer que quem detém o direito de interpretação dos gestos de interpretação do sujeito é o analista do discurso. No caso da nomeação no Bairro Jardins o analista tem acesso garantido por lei ao arquivo, por esse motivo ele é instado a interpretar. Já em relação a (b) os sentidos já estão determinados pela memória e pela história, eles são constitutivos da nomeação toponímica. O trabalho do analista é expor esses sentidos através da descrição, interpretação e compreensão dos discursos.

Portanto, de acordo com Orlandi, a memória discursiva vai estar sempre em confluência com o arquivo e a história no jogo da interpretação. Desse modo, “é sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem [...]” (ORLANDI, 2009, p. 54).

Pêcheux afirma que a memória discursiva não pode ser considerada uma esfera plena, homogênea, como um reservatório. Para ele a memória discursiva “[...] é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2010, p. 56). É mesmo a *persistência da memória* discursiva que vem pelo discurso e pela história. Por isso, essa memória inclui a discursividade e a história que determinam o sujeito da nomeação toponímica.

Toda essa discussão que vem sendo feita acerca da determinação pela memória discursiva desemboca na noção *acontecimento de linguagem/discursivo*.

## 1.4 O acontecimento na nomeação

O *acontecimento* é o que rompe com a determinação do sujeito. Enquanto acontecimento, o discurso e a história fazem parte do processo de (in)determinação do sujeito. O acontecimento enquanto discurso é a repetição ou a substituição do sentido histórico. O acontecimento tem a ver com a materialidade dos efeitos de sentido no real, entendendo o real pela definição que nos é dada por Lacan (2008): o real é o impossível de ser representado, determinado.

Acrescenta-se, então, a partir do acontecimento, definitivamente, a noção de indeterminação do sujeito. Com isso, considera-se aquilo que escapa à determinação discursiva e histórica, ou seja, considera-se o movimento e a ruptura dos múltiplos sentidos. No acontecimento, a discursividade e a história se apresentam de um outro modo que foge ao sentido homogêneo.

Quando o século XXI dá continuidade ao debate acadêmico sobre o acontecimento, a estrutura já havia sido rompida, desestabilizada. Apesar disso, a Análise do Discurso não nega que essa estrutura é o lugar inicial da análise, considerando-se o ponto inicial para se ter acesso ao discurso.

Depois desse rompimento estrutural, a Análise do Discurso não considera mais uma interpretação imanente da língua, no entanto, a língua serve de base discursiva e histórica para o acontecimento. A partir desse ponto, o acontecimento é descrito e para isso ele deve estar estruturado em múltiplos sentidos como linguagem que determina o sujeito.

Quando analisamos um acontecimento consideramos um modo de trabalho que nos associa a Pêcheux, sobretudo, à terceira fase da Análise do Discurso francesa. Por isso, consideramos o discurso e a história, ou melhor, o real histórico/discursivo fragmentado que segundo Pêcheux é onde a ideologia e o inconsciente, o Outro, intervém enquanto materialidade histórico/discursiva. (PÊCHEUX, 2008).

É a partir do acontecimento, então, que ocorre todo esse jogo discursivo de retorno do reprimido histórico na linguagem. Esse retorno considera o fato do acontecimento se filiar a um sentido e não outro, se filia a uma discursividade histórica específica e não outra. Logo, ele leva em consideração que os discursos já são pré-existentes, os sentidos são os já-ditos em outro lugar.

É, pois, nesse sentido que se considera o funcionamento do acontecimento. Diante disso, há uma questão a ser resolvida. Na França, Pêcheux se refere ao acontecimento discursivo. Já no Brasil, Guimarães enquanto semanticista se refere ao acontecimento de linguagem. Tem-se,

então, dois métodos de abordagem do acontecimento: respectivamente, discursivo e semântico enunciativo. Mas em termos de análise, o trabalho de Guimarães acerca do acontecimento está filiado a Análise do Discurso francesa. Os dois movimentam os sentidos. Porém, é preciso firmar uma posição, por isso, este trabalho vai considerar também a noção de acontecimento de linguagem, já que Guimarães traz o conceito de memorável enquanto acontecimento que repete historicamente um conjunto de nomes. Mas também considera a noção de acontecimento discursivo, ou seja, a repetição dos sentidos e discursos históricos.

O tratamento metodológico e analítico do *corpus* parece ser diferente para cada um. Porém, é em Guimarães que nos detemos, inicialmente, porque surge a ideia do acontecimento de linguagem como sentido histórico que pode ser rememorado a partir da enunciação. No caso do nosso objeto de pesquisa, o sentido histórico é rememorado pelo acontecimento (certamente a Psicanálise colabora com esse método de rememoração de nomes e de sentidos históricos). Há aí uma dupla repetição, semântica e discursiva.

Do ponto de vista de Guimarães, tem-se então a definição do que vem a ser o acontecimento de linguagem.

Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro [...]. Por outro lado, este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável [...]. A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem [...]" (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

O que nos parece decisivo dessa definição é que o acontecimento de linguagem recorta um passado de múltiplos nomes e sentidos memoráveis, ou seja, realiza a rememoração de várias enunciações e discursos. Guimarães (2005) parece partir de um conjunto de enunciados enquanto acontecimento de linguagem a partir do momento que ele surge com a noção de memorável. Segundo Guimarães:

[...] as expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que tem com o acontecimento em que funcionam [...]. Coloco-me deste modo, numa posição materialista, junto com aqueles que não tomam a linguagem como transparente, considerando que sua relação com o real é histórica" (GUIMARÃES, 2005, p. 5).

Essa posição materialista de Guimarães tem semelhança com o trabalho de Jacques Guilhaumou, realizado em coautoria com Denise Maldidier, cujo título é "Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise de discurso" (1989).

É interessante notar que, como acontecimento, o real do sentido discursivo e histórico é tratado verticalmente e de forma fragmentada, ou seja, considera-se o recorte no real. O acontecimento para Pêcheux (2008) e Guimarães (2005) é considerado como um recorte, respectivamente, discursivo e enunciativo no tempo, pontos de impossível da história.

Além disso, é preciso acrescentar que o acontecimento tem relação com os efeitos de sentido. Essa definição servirá para que não façamos a análise da nomeação como *o enigma sem fim* diante de toda a sua complexidade de múltiplas *associações*. Como afirma Milner (2012) não é possível que se diga tudo. Logo, o acontecimento, enquanto memorável de nomes e efeitos de sentido, nos dá a direção a ser seguida.

É nesse sentido que a análise da nomeação terá como efeito de sentido principal o *acontecimento memorável* que recorta regiões de sentido em análise, além disso indetermina o sujeito da nomeação. Ou seja, trata-se de um acontecimento que instaura um conjunto de nomes.

Foi tudo isso posto, a partir de Pêcheux, para mostrar de onde vem a noção de acontecimento e de efeitos de sentido que Guimarães considera. Para a análise dos nomes vamos considerar, então, de maneira mais específica, a obra de Guimarães “*Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*” (2005). Isso explica porque será considerado o acontecimento de linguagem como memorável junto com os efeitos de sentido que atravessam e constituem toda a nomeação. Segundo Guimarães “[...] a rememoração comporta sempre um limite” (GUIMARÃES, 2005, p. 43). Sendo assim, o importante é saber “[...] o que o acontecimento recorta como memorável” (GUIMARÃES, 2005, p. 52).

É importante ressaltar que neste trabalho estamos considerando dois modos de tratar os efeitos de sentido. Do ponto de vista de Pêcheux e Orlandi os efeitos de sentido são os discursos em funcionamento entre locutores. Já do ponto de vista de Guimarães, o efeito de sentido, enquanto acontecimento de linguagem, ocorre “[...] como enunciados que se dão em outros textos, em outras cidades. Ou seja, estes e outros nomes como eles são nomes de ruas que nomeiam ruas por todo o Brasil” (GUIMARÃES, 2005, p. 53). São, portanto, nomes que funcionam em repetições e substituições históricas.

É como se houvesse um rol de nomes que são reiterados em enunciações diversas, para cidades diversas. [...] exemplos: R. Dom Pedro I, R. Duque de Caxias, R. Presidente Getúlio Vargas, R. Dr. Rui Barbosa, R. Anchieta, R. 7 de setembro, R. 15 de novembro. Estes são nomes que aparecem como nomes de ruas de muitas cidades brasileiras (GUIMARÃES, 2005, p. 50).

Esse efeito é uma discursividade, ou seja, uma construção discursiva que projeta, reproduz diferentes nomes e sentidos históricos. Segundo Guimarães “[...] os acontecimentos

de nomeação e o mapa em estudo recortam uma história (um passado)” (GUIMARÃES, 2005, p. 56). Portanto, é preciso dizer que a partir do acontecimento de linguagem “[...] o sujeito não é a fonte do sentido; o sentido se forma na história através do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito” (MALDIDIER, 2003, p. 96). A história como o efeito do já-contado em outro lugar, como anterioridade e exterioridade que indetermina o sujeito da nomeação. Sendo assim, “[...] fazer-se sujeito é estar numa região do interdiscurso, de uma memória de sentidos [...]” (GUIMARÃES, 2005, p. 30).

Esta questão mostra, ao mesmo tempo, que nas nomeações podem-se cruzar regiões diferentes do interdiscurso (posições de sujeito diferentes). [...] de um lado, o jurídico-liberal (aquela da qual se nomeia por obrigação do Estado) e de outro a posição de sujeito [na nomeação]. O agenciamento enunciativo específico é afetado pela memória do dizer, pelo interdiscurso (GUIMARÃES, 2005, p. 37 - parêntese de Guimarães e colchete nosso).

Do ponto de vista de Guimarães, pode-se dizer que o sujeito é indeterminado por aquilo que o afeta, por essas diferentes posições “[...] só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso” (GUIMARÃES, 2005, p. 14).

Por isso, o acontecimento é o que rompe com a determinação do sujeito pela indeterminação. Pois, para a Análise do Discurso, esse acontecimento não estaciona em uma verdade régia determinada. O acontecimento enquanto repetição de nomes e efeitos de sentido, rememoração de múltiplos sentidos é o que indetermina o sujeito nas condições imediatas de produção do discurso.

“Antes ainda que se estabeleçam relações que sejam propriamente humanas, certas relações já são determinadas. Elas se prendem a tudo que a natureza possa oferecer como suporte, suportes que se dispõem em temas de oposição. A natureza fornece, para dizer o termo, significantes, e esses significantes organizam de modo inaugural as relações humanas, lhes dão as estruturas, e as modelam. O importante, para nós, é que vemos aqui o nível em que – antes de qualquer formação do sujeito, de um sujeito que pensa, que se situa aí – isso conta, é contado, e no contado já está o contador. Só depois é que o sujeito tem que se reconhecer ali, reconhecer-se ali como contador”.

Lacan

## CAPÍTULO II

### TRAJETO TEÓRICO/METODOLÓGICO: ARQUIVO E METODOLOGIA DISCURSIVA

Neste capítulo, propomos um trajeto teórico/metodológico. Com esse trajeto apresentamos o *arquivo* e a *metodologia discursiva*. Na construção do arquivo expomos alguns procedimentos de coleta da materialidade *empírica* e da materialidade linguística (os mapas e os nomes). Na construção da metodologia discursiva apresentamos uma discussão sobre os métodos discursivos das principais obras que estão em funcionamento na análise. Tudo isso, para compreendermos como se dão os efeitos de sentido no processo histórico de nomeação no Bairro Jardins e determinação do sujeito.

#### **2.1 Os Procedimentos na coleta *in loco* dos mapas: as instituições administrativas do Estado**

Os *procedimentos* de coleta das materialidades *empíricas* (o recorte do mapa impresso representando o Bairro Grageru e os Projetos de Lei - PLs) se deram *in loco*. Esses procedimentos dizem respeito a quatro visitas às instituições administrativas do Estado. Essas visitas foram feitas com o intuito de realizar o registro fotográfico do mapa impresso que mostra somente a região do Bairro Grageru antes do desmembramento (figura 1) e coleta dos Projetos de Lei.

Em relação a essas visitas, é interessante ressaltar o quão foi limitador ter colocado no projeto, como uma maneira de conseguir os recortes dos mapas, apenas visitando o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Esta foi a primeira instituição administrativa de Estado a ser visitada.

O intuito aqui não é desmerecer o IHGSE, ao contrário, sabemos do seu imenso valor histórico e cultural. Porém ao fazer uma visita a essa instituição, apesar dos esforços do funcionário de lá, não foi encontrado algo que contribuísse, efetivamente, para este trabalho. A informação dada pelo funcionário é de que no IHGSE só existiam mapas muito antigos, fruto de doações diversas. Provavelmente não serviriam aos nossos objetivos restringidos à problemática da pesquisa em questão.

A partir da visita ao IHGSE<sup>5</sup> percebemos que era necessário alargar o escopo de instituições administrativas do Estado a serem visitadas para fazer o registro fotográfico do mapa antes do desmembramento do Bairro Grageru, conseqüentemente, a aquisição dos PLs. Essas visitas, de fato, tornaram o trabalho mais instigante.

O funcionário do IHGSE informou que era possível encontrar o que procurávamos ao visitar o Arquivo Público Municipal de Aracaju (APMA)<sup>6</sup>. Nessa direção, essa foi a segunda instituição administrativa do Estado a ser visitada. Logo, no Arquivo Público Municipal de Aracaju foi encontrado o mapa de 1985 em que o Bairro Jardins ainda não existia dentro dos limites do Bairro Grageru.

A partir daí, era preciso conseguir registros fotográficos com os recortes do mapa que mostrasse os limites do Bairro Jardins já desmembrado do Bairro Grageru. Para tanto, realizamos registros fotográficos em um mapa da cidade impresso. Tudo isso, foi de grande valia, pois nos mostra o surgimento e a evolução do Bairro Jardins.

Os recortes que se encontram no terceiro capítulo (figura 2); (figura 3) e (figura 4) são resultados de registros fotográficos a partir do mapa da cidade impresso e ainda o respectivo registro fotográfico como recorte geral do Bairro Jardins (anexo A - figura 6).

Por último, foi realizada a terceira e a quarta visita: a Câmara Municipal de Aracaju (CMA)<sup>7</sup>, respectivamente, o Arquivo da Câmara Municipal de Aracaju (ACMA)<sup>8</sup>. Com essas visitas, o intuito não era conseguir mais um mapa. O intuito dessas visitas foi conseguir os Projetos de Lei como materialidades *empíricas* que materializam a nomeação do Bairro Jardins. Além disso, as placas colocadas nas ruas pela EMURB<sup>9</sup> também cumprem essa função de materialização dos nomes.

Assim, com o intuito de buscar nos Projetos de Lei: a biografia, o currículo ou justificativa dos nomes, etc., essas visitas, especificamente, nos proporcionou a organização dos nomes em suas respectivas orientações, ou seja, a partir das posições *empíricas* que cada indivíduo exerceu na sociedade.

Com esses procedimentos de visitas, foi possível perceber que o planejamento da nomeação no Bairro Jardins não se dá à revelia, ou seja, de qualquer maneira. Apesar de não

---

<sup>5</sup> Rua Itabaianinha, n° 41 - Centro, Aracaju-SE (IHGSE).

<sup>6</sup> Rua Estância, n° 36 - Centro, Aracaju-SE (APMA).

<sup>7</sup> Rua Itabaianinha, Centro. Aracaju-SE. (Praça Fausto Cardoso - Palácio Museu Olímpio Campos, n° 74. Aracaju-SE, Centro (CMA).

<sup>8</sup> Rua Itabaianinha, n° 164, Aracaju-SE, Centro, Arquivo da Câmara Municipal Vereador Manoel Dória da Silva (ACMA).

<sup>9</sup> Avenida Augusto Franco, n° 3340. Ponto Novo - Getúlio Vargas. Aracaju-SE (EMURB).

terem sido visitados, temos ainda como apoio outras instituições administrativas do Estado, tais como: a Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA)<sup>10</sup>, a Companhia de Estado Habitação e Obras Públicas de Sergipe (CEHOP)<sup>11</sup> e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>12</sup>. Além de documentos que são importantes para o estudo da nomeação, por exemplo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Aracaju (PDDU).

## 2.2 Os procedimentos de coleta dos nomes através do *Google Street* e do mapa impresso

A realização de alguns *procedimentos* de coleta dos nomes na região do Bairro Jardins para a construção da materialidade linguística foi fundamental. O primeiro procedimento foi realizado no plano digital através do *Google Street* (Satélite-GPS) para coletar os nomes dos condomínios (mansões) localizados na microrregião Jardim Europa (apêndice A – quadro 4). Essa coleta pôde ser realizada através da visualização no mapa digital (vista aérea dos nomes - figura 5) ou opção satélite (também vista aérea dos nomes). Além da visualização das fachadas dos condomínios mansões via *Google Street*.

O segundo procedimento, também com o *Google Street*, foi realizado para coletar os nomes das regiões que compõem o Bairro Jardins (apêndice B – quadro 5). Com isso, tem-se as regiões da microrregião Jardim Europa, Loteamento Tramandaí, Loteamento Garcia, Parque da Sementeira (atual Parque Augusto Franco), Jardim Nice, Jardim Alvorada, Conjunto Cidade dos Funcionários, Loteamento Rio Poxim e Loteamento Sítio do Raposo (com exceção desse último que não é visualizado com o *Google Street*, porém foi encontrado no Projeto de Lei (PL-82/2013 e 83/2013).

O terceiro procedimento foi realizado ainda com o *Google Street* na coleta dos nomes de avenidas, de ruas e de alamedas no Bairro Jardins (apêndice C – quadro 6). Com esse procedimento adentramos de modo mais específico no real *empírico* desse bairro através do *Google Street*. O último procedimento de coleta dos nomes foi realizado através do mapa da cidade impresso na relação com o *Google Street*.

Desse modo, os três procedimentos apresentam uma quantidade significativa de nomes que compõem a materialidade linguística, sendo assim, inicialmente, este estudo é *quantitativo*,

---

<sup>10</sup> Rua Frei Luís Canelo de Noronha - Centro Administrativo Prefeito Aloísio Campos - Conjunto Costa e Silva. Aracaju-SE (PMA).

<sup>11</sup> Avenida Adélia Franco, n° 3035, Bairro Grageru, Aracaju-SE; (CEHOP).

<sup>12</sup> Avenida Francisco Porto, n° 107, Bairro Jardins, Aracaju-SE; (IBGE).

em um percurso que chega ao *qualitativo*, ou seja, o que implica focarmos na qualidade e aprofundamento da análise ao invés de considerarmos apenas a quantidade. Esses procedimentos de coleta dos nomes, resultaram na organização de três Quadros Tipológicos (quadro 4, 5 e 6) montados a partir dos procedimentos de coleta dos nomes através do *Google Street*.

Antes de continuarmos falando sobre os procedimentos de coleta dos nomes é necessário justificar o interesse em realizar esta pesquisa. A justificativa por estudar a nomeação no Bairro Jardins se deu em termos teóricos e práticos. Em termos teóricos, o intuito é contribuir com os estudos discursivos e históricos sobre a nomeação de lugar nas condições imediatas de produção. Esses estudos, como podem ser observados no percurso histórico sobre a nomeação, não são recentes. Logo, envolve a questão dos efeitos da história na teoria.

Ainda em relação ao interesse teórico, além do entremeio da Análise do Discurso com a história, esta pesquisa também considera o entremeio com a psicanálise lacaniana (a questão do sujeito e do simbólico) e com a linguística (o que falha na língua). Essas são, portanto, disciplinas que nos são muito caras. Tudo isso, nos aproxima, fortemente, das ideias de Pêcheux, principalmente, no que diz respeito a pensarmos a linguagem nas práticas sociais do cotidiano ordinário, no nosso caso a prática de nomeação no Bairro Jardins.

Em termos práticos, é interessante pensarmos que de alguma maneira este e qualquer outro estudo científico pode servir como proposta para ser trabalhada no ensino. Como proposta de ensino da linguagem e do discurso, ou seja, incentivo à pesquisa levando em consideração a região em que vivem os pesquisadores iniciantes, mas também as regiões em que eles não vivem. Além da reflexão no ensino sobre a determinação discursiva e histórica do sujeito.

A escolha do *corpus empírico* e linguístico se deu considerando-se o processo de nomeação enquanto práticas discursivas e históricas, num sentido de que a escolha de se estudar a região do Bairro Jardins não se deu de maneira abstrata. Considerou-se o cotidiano ordinário em relação às regiões que se constituem discursivamente e historicamente de maneira determinada e indeterminada.

Ainda em termos práticos, o analista do discurso poderia pesquisar a nomeação de um bairro da periferia, porém seria manter a classe dominante no comodismo de que está tudo bem, de que não há luta de classes simbólica. Certamente que para o analista do discurso está tudo bem, mas é preciso problematizar as classes em suas lutas de subordinação, confronto e/ou talvez aliança (ALTHUSSER, 1974; PÊCHEUX, 1997).

Quando se fala em termos práticos, essa luta de classes não se dá em âmbito de contato direto, embate físico, luta armada, etc. A luta de classes ocorre na opacidade, na não-evidência dos efeitos de sentido, no processo discursivo e histórico de nomeação. Como nos diz Pêcheux (1997) a luta de classes ocorre na reprodução/transformação das relações de produção e com certeza essa luta de classes envolve também o processo histórico de nomeação no Bairro Jardins.

Diante de tudo isso, é preciso ressaltar que os procedimentos, as visitas às instituições administrativas do Estado, a circulação pela cidade para a compra do mapa impresso e pelo Bairro Jardins através do *Google Street* para a coleta dos nomes contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. Por isso, os procedimentos de coleta dos mapas e dos nomes para a construção de um *corpus empírico* e linguístico foram fundamentais. Com efeito, partimos para a questão da organização do *arquivo*.

### 2.3 A organização do arquivo em um quadro de documentação

Inicialmente, é importante dizer sob qual ponto de vista teórico estamos considerando o conceito de *arquivo*. É um conceito postulado por Guilhaumou em *Discurso e arquivo: experimentações em Análise do Discurso* (2016). É no contexto francês, principalmente, levando em consideração a revolução francesa (1789) como acontecimento histórico que Guilhaumou expõe a noção de arquivo.

Assim, do lado do arquivo, o sentido é convocado a partir de uma diversidade máxima de textos, de dispositivos de arquivos específicos sobre um tema, um acontecimento, um itinerário. Longe de uma leitura plural que adiciona textos e sentidos, o arquivo exibe, de algum modo, um sentido determinado; ele introduz restrições na descrição do semanticismo dos enunciados (GUILHAUMOU, 2016, p. 238).

O autor dá o exemplo de três acontecimentos enquanto arquivo (a subsistência, a morte de Marat e a questão da língua francesa). Guilhaumou mostra como a análise desses três enunciados constrói sentido novo dentro dos parâmetros de um acontecimento histórico específico que foi a revolução francesa.

Ademais, é sob esse ponto de vista de arquivo que vamos empreender o recorte do *corpus empírico* que determina e indetermina o sujeito da nomeação toponímica. A definição dada por Guilhaumou, acerca do arquivo, aparenta com a proposta de Pêcheux em “Ler o arquivo hoje” (1994). Sobre essa questão, Pêcheux nos diz que: o arquivo é “[...] entendido no sentido amplo de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1994, p. 57). Complementando o ponto de vista de Pêcheux na abertura do

“Colóquio Materialidades Discursivas”, a partir do arquivo pode-se fazer “[...] a análise de documentos, relatórios, atas e cartas que materializam o caso [...]” (CONEIN, 2016, p. 27).

O essencial do arquivo, portanto, é saber que a partir da língua o discurso surge como materialidade histórico-discursiva que vai além do aspecto, puramente, gramatical. Devemos, então, a partir do arquivo considerar a língua como materialidade linguística que nos dá acesso ao discurso. Por isso, é importante refletir sobre o arquivo, do ponto de vista teórico, antes da organização do arquivo produzido neste trabalho.

No que procede, então, vamos à organização do arquivo. Para tanto, é preciso dizer que: “[...] o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade ordenado por sua abrangência social.” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1994, p. 164). Pois, essa abrangência se dá na relação, ou melhor, no funcionamento do arquivo com as práticas sociais do cotidiano ordinário. Vamos, portanto, organizar o Quadro de Documentação criado por Bernardo-Santos (2009) com o objetivo de sistematizar o arquivo que materializa a nomeação no Bairro Jardins.

### Quadro 1 - O Quadro de Documentação

<p><b>1.a)</b> Novos mapas. - <i>Google Street</i> (mapa digital)</p>	<p><b>1.b)</b> Mapas antigos. - <i>Mapa impresso</i> - <i>Recortes dos mapas</i> - <i>Registros fotográficos</i></p>
<p><b>2.c)</b> Documentos de empreendimentos imobiliários, com toda sua instrumentação textual de propagandas dos condomínios.</p>	<p><b>2. d)</b> Registros de propriedade</p>
<p><b>3.e)</b> Documentos da esfera pública, projetos urbanísticos, etc. - <i>Projetos de Lei</i> (PL)</p>	<p><b>3. f)</b> Literatura - Depoimentos orais. - <i>Descrição do processo de nomeação por escrito.</i></p>

Fonte: Quadro de Documentação retirado do artigo intitulado *Toponímia e razão gráfica: uma concepção de texto para materiais didáticos* (2009). Autoria de Bernardo-Santos.

Para nós o que interessa, efetivamente, enquanto arquivo está organizado nesse Quadro de Documentação. São, pois, os itens (3.f), (3.e), (1.b) e (1.a).

Em relação a (1.a) interessa o *Google Street* (Satélite-GPS) como um novo estilo de mapa. É interessante notar como a tecnologia nos trouxe outra concepção de mapa, o digital.

Nos interessa o computador e o celular que fogem do clássico mapa impresso e do globo vendido em vários estabelecimentos comerciais. Com essas novas ferramentas tecnológicas que servem como suportes surgem também novas maneiras de ler o mapa. Nesse sentido, é interessante fazer *print* de qualquer imagem, região, logradouro, paisagem, etc. Desse ponto de vista, pode-se até mesmo coletar dados e produzir vários arquivos, como ocorreu neste trabalho com o procedimento de coleta dos nomes através do *Google Street*.

Nesses moldes, bastam alguns cliques como procedimento para obter dados e criar novos arquivos para a pesquisa acadêmica. O Bairro Jardins torna-se região transitável para todos aqueles que têm acesso à *internet*, pois há, nesse caso, um real tecnológico paralelo a um real *empírico* que determina o sujeito da nomeação toponímica.

Em relação a (1.b), tem-se o mapa impresso (registro fotográfico) como um estilo de mapa que vem historicamente desde os mapas em pergaminhos. O que também nos interessa em grande medida. Em relação a (3.e), trata-se do Projeto de Lei que é, extremamente, necessário no processo de nomeação no Bairro Jardins. Em relação a (3.f), trata-se, especificamente, do depoimento por escrito feito pelo funcionário público da Câmara Municipal de Aracaju acerca de como se dá as etapas do processo de nomeação de lugar.

Mais adiante é possível perceber como a determinação do sujeito da nomeação toponímica se dá na própria materialidade linguística. Para tanto, vamos a partir do arquivo organizado separar a nomeação em um *Quadro de Orientação dos Nomes*.

## 2.4 O Quadro de Orientação dos Nomes

O *Quadro de Orientação dos Nomes* produzido por Bernardo-Santos (2009) tem forte influência do modelo taxonômico produzido por Dick (1990b). Em relação a Dick há todo um percurso que demonstra que esse quadro não surgiu de algo abstrato. Nesse sentido, tanto para Bernardo-Santos quanto para Dick, experiências anteriores de pesquisa são fundamentais.

Assim foi que conscientes da necessidade de se buscar modelos taxonômicos para os vários conjuntos de topônimos, em agrupamentos macro-estruturais, procurou-se, nos ordenamentos sistemáticos das ciências humanas afins à toponímia, e em algumas poucas obras alienígenas especializadas, os elementos que permitissem a apresentação de um quadro classificatório, de maneira a satisfazer a demanda da pesquisa (DICK, 1990b, p. 24).

Como proposto acima, Dick cria um “quadro classificatório” (modelo taxonômico) de maneira a satisfazer não só a sua pesquisa, como também outros estudos. Porém, antes disso, ela parte, sobretudo, do modelo criado por George Stewart (1895-1980). Este, por sua vez, criou nove mecanismos que servem de modelo taxonômico para qualquer análise toponímica.

A toponimísta paulistana foi além do exposto por Stewart, criando dessa maneira um quadro mais abrangente de categorias taxeonômicas.

Nunca será demais repetir, entretanto, que já desenvolvemos o estudo dos motivos toponomásticos ao formalizarmos as taxeonomias toponímicas, dispostas em dois grupos, aquele de natureza física ou natural e o de natureza antropro-cultural, cada um comportando uma seriação lógica, de acordo com a temática neles incluída. Além disso, discorreremos mais explicitamente sobre o assunto em nossa Tese de Doutorado - A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxeonômicos (DICK, 1990b, p. 13).

A partir dessa colocação de Dick, listamos abaixo as categorias retiradas da sua obra para demonstrar como esse modelo teve influência na produção do Quadro de Orientação dos Nomes. Não vamos operacionalizar, ou seja, colocar em funcionamento o modelo taxeonômico de Dick em nossas análises, apenas apresentá-lo para dizer de onde vem a referência à Toponímia. Para que possamos extrair a especificidade discursiva e histórica do conjunto dos nomes e ao mesmo tempo manter o rigor metodológico basta apenas a referência. O tratamento analítico fica a cargo, em grande medida, da Análise do Discurso.

Dick apresenta onze taxes de natureza física ou natural e dezesseis taxes de natureza Antropro-Cultural que vamos apresentar aqui por questões de referência metodológica:

### Quadro 2 - As Taxeonomias Toponímicas

<b>Taxeonomias de natureza física ou natural</b>	<b>Taxeonomias de natureza Antropro-Cultural</b>
1 - Astrotopônimos	1 - Animotopônimos ou Nootopônimos
2 - Cardinotopônimos	2 - Antropotopônimos
3 - Cromotopônimos	3 - Axiotopônimos
4 - Dimensiotopônimos	4 - Corotopônimos
5 - Fitotopônimos	5 - Cronotopônimos
6 - Geomorfotopônimos	6 - Ecotopônimos
7 - Hidrotopônimos	7 - Ergotopônimos
8 - Litotopônimos	8 - Etnotopônimos
9 - Meteorotopônimos	9 - Dirrematopônimos
10 - Morfotopônimos	10 - Hierotopônimos
11 - Zootopônimos	11 - Historiotopônimos
	12 - Hodotopônimos
	13 - Numerotopônimos
	14 - Poliotopônimos
	15 - Sociotopônimos
	16 - Somatopônimos

Fonte: Quadro de Taxeonomias Toponímicas retirado da obra *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo; 2ª edição, 1990b. Autoria de Maria Vicentina de P. do Amaral Dick.

Nesse sentido, é a Toponímia que nos dá todo o suporte como referência no trato metodológico. Nesse ponto, podemos reconhecer que a Toponímia preparou, de forma sistemática, a base que serve de apoio para podermos adentrar em análises mais detalhadas, especificamente, com viés mais discursivo, a partir do aporte teórico específico da AD. Apesar de não operacionalizarmos a metodologia do quadro toponímico de Dick, as duas vertentes teóricas não são estanques.

Pois, esta análise permite em relação à teoria o entrecruzamento das duas ciências. Em alguns momentos, uma invade o espaço da outra, porém de forma positiva, que agrega valores para as discussões. Pode-se constatar, portanto, que dentre os objetos tratados aqui, a Toponímia está mais para a história e a motivação dos nomes, expondo, dessa forma, a base e o fundamento inicial para a análise. Caberá a Análise do Discurso deter maior parte na análise dos nomes.

Por isso, o percurso de criação de modelos taxeonômicos percorrido por Stewart e Dick, possivelmente, foi o que influenciou, ou melhor, determinou a criação do Quadro de Orientação dos Nomes aqui exposto. Em relação ao quadro de Bernardo-Santos, encontra-se no artigo intitulado “Toponímia e razão gráfica: uma concepção de texto para materiais didáticos” (2009). É, portanto, nesse Quadro que vamos organizar os nomes em suas respectivas orientações.

Para tanto, vamos considerar três elementos que constituem o Projeto de Lei: a biografia, o currículo e/ou a justificativa. Isso porque, não há como a orientação ser conhecida em termos de memória enquanto “sistema nervoso central” como apontado por Pêcheux em seu projeto de pesquisa e no livro *Papel da Memória*. Dessa maneira, levar em consideração os Projetos de Lei para dar a conhecer as orientações dos nomes é o caminho a seguir para proceder com a análise. Mas, os PLs enquanto arquivos de uma instituição não determinam o sentido constitutivo da nomeação e do sujeito.

Nascem esses denominativos como topônimos meramente locais, refletem dados e pessoas desconhecidas, em geral, do grande público, apesar de terem realizado feitos de realce em seu meio, o que lhes deu condição toponímica propriamente dita para serem rememorados, de uma forma ou de outra. Continuam, porém, sendo elementos despersonalizados para a maioria da população (DICK, 1990b, p. 107).

Diante disso, percebe-se o quanto os Projetos de Lei são importantes para que possamos expor a partir deles as orientações e fazer-se conhecidos os nomes. Certamente, se não existissem esses arquivos teríamos que recorrer à memória individual o que nos levaria ao biologismo e ao fisiologismo recusados por Pêcheux. É preciso ressaltar que o sentido histórico não reside nesses arquivos.

Com isso, Dick quer mostrar que “é fora de dúvida, porém, ser regra comum, na toponímia brasileira, a influência demonstrada nas denominações de lugares pelos homens públicos [...]” (DICK, 1990b, p. 206). No Bairro Jardins, especificamente, isso não ocorre de forma diferente, “o topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade” (DICK, 1990b, p. 48). Mesmo assim, os nomes continuam desconhecidos para a maioria dos indivíduos.

Diante dessas colocações, apresentamos em seguida o Quadro de Orientação dos Nomes para que possamos saber, a partir daí, como o sujeito da nomeação é determinado pelo discurso e pela história. Sendo assim, o que predomina enquanto nomeação passará a fazer parte do processo analítico no terceiro capítulo. O objetivo aqui é organizar o Quadro de Orientação dos Nomes em suas respectivas orientações para observar qual orientação predomina no processo histórico de nomeação no Bairro Jardins:

### Quadro 3 - O Quadro de Orientação dos Nomes

<b>1 Língua</b>	Condomínio Jardins de Londres Torre James Park Torre Hyde Park Torre Green Park Condomínio Le Provence Jardim Europa Torre Marseille Torre Avignon Condomínio Mansão Bela Sintra Condomínio Mansão Buena Vista Condomínio Mansão Horto da Sementeira Condomínio Mansão Horto das Figueiras Condomínio Mansão Horto do Ipê Condomínio Mansão Prime Jardim Europa Condomínio Mansão Parque Bello Condomínio Mansão Terrazzo Verdetto Condomínio Mansão Jardim Residence Condomínio Mansão Jaime Gusmão Residence Condomínio Mansão Fontana di Trevi Bairro Grageru Loteamento Tramandaí Loteamento Poxin Jardim Europa Jardim Nice Alameda Espanha Alameda Alemanha Alameda França Alameda Itália Alameda Portugal Alameda Inglaterra
-----------------	--

<b>2 Masculino</b> (política)	Condomínio Mansão Roberto Constâncio Vieira Condomínio Mansão Luciano Barreto Junior Condomínio Mansão Jaime Gusmão Loteamento Garcia Parque Governador Augusto Franco (Parque da Sementeira) Rua Vereador Raul Félix da Silva Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral (Direito) Avenida Deputado Sílvio Teixeira Avenida Presidente Tancredo Neves Avenida Deputado Pedro Valadares Rua Desembargador Luiz Pereira de Melo (Direito) Rua Desembargador Joel Macieira Aguiar (Direito) Rua Juíz José Emídio da Costa Sobrinho (Titular da 5ª Vara Criminal) Avenida Francisco de Souza Porto (Político) Rua Flávio Menezes Prado (Político)
<b>3 Feminina</b>	Condomínio Mansão Margarida Diniz Franco rua Cândida Alves de Carvalho rua Vera Cristina Barbosa de Bezerra rua Cherobina de Carvalho Pinto rua Analice Oliveira Sá rua Sara Schuster rua Maria Eurides Almeida Souza rua Venúzia de Carvalho Rodrigues Avenida Iolanda Pinto de Jesus Avenida Maria Celi Prado de Oliveira
<b>4 Natural</b>	Condomínio Mansão Sementeira Condomínio Mansão Vale do Luar Bairro Jardins Jardim Alvorada Parque da Sementeira (Parque Governador Augusto Franco) Loteamento Sítio raposo
<b>5 Literária</b>	Rua Professor Roberto Queiroz Avenida Jorge Amado (Poeta) Rua Hamilton Ludovice (Professor) Rua Jenner Augusto (Artista plástico)
<b>6 Religiosa</b>	Rua Monsenhor Olívio Teixeira (Padre) Rua Monsenhor José Amaral de Oliveira

Fonte: Quadro de Orientação dos Nomes retirado do artigo intitulado *Toponímia e razão gráfica: uma concepção de texto para materiais didáticos* (2009). Autoria de Bernardo-Santos. A confirmação da nomeação no Bairro Jardins foi feita a partir de quatro materialidades empíricas (o arquivo). Primeiro: um “passeio” pelo Bairro Jardins através do *Google Street*. Segundo: registro fotográfico dos mapas impressos. Terceiro: acesso ao site da Câmara Municipal de Aracaju. Quarto: a leitura dos Projetos de Lei (PL) que se encontram no Arquivo da Câmara Municipal de Aracaju (ACMA).

Ainda em relação ao Quadro de Orientação dos Nomes, ele nos mostra a predominância da nomeação a partir da orientação em língua estrangeira e de antropônimos masculinos de orientação política. Há aí duas questões. A primeira, é a tentativa de repetição histórica com o processo de nomeação (estrangeira) no Bairro Jardins. A segunda, é a tentativa de repetição da filiação política no processo de nomeação antropônímica.

Observa-se que a orientação: religiosa, literária e natural perderam a hegemonia no processo histórico de nomeação no Bairro Jardins. Os nomes de orientação religiosa, por exemplo, vêm perdendo cada vez mais a soberania no processo denominativo de lugar para a entrada da soberania da língua estrangeira e antroponímica de orientação política.

De onde vem, então, essa soberania estrangeira e antroponímica de orientação política que se repete historicamente?

Nesse processo, seria como se o sujeito não quisesse se significar a partir de sentidos determinados pelo natural, pelo indígena, pelo operário (funcionário), etc. Ao manter o nome Grageru, Tramandaí, Parque da Sementeira, Jardim Alvorada, etc., o que há é um aparente sentido de aliança entre as classes, quando na verdade o que há, de fato, é contradição e subordinação (PÊCHEUX, 1997).

É preciso ressaltar que esse Quadro de Orientação dos Nomes nos traz, a partir da repetição e/ou substituição dos nomes, a presença de um sujeito determinado de maneira fragmentada, dividido, indeterminado, interpelado por mais de uma FD e mais de uma FI. O (in)divíduo (indivisível) que não é dividido, enquanto sujeito passa a ser dividido.

Há nesse quadro várias FDs e várias FIs que se relacionam e que determinam a identidade do sujeito, como pode ser observado na materialidade discursiva (essa é uma determinação heterogênea – indeterminada a partir da divisão histórica pela nomeação). Temos, então, uma multiplicidade dos acontecimentos memoráveis em funcionamento no processo histórico de nomeação no Bairro Jardins.

Essa determinação heterogênea pela indeterminação que constitui a identidade do sujeito também pode ser confirmada por Bernardo-Santos (2012) em seu artigo “Poética de interfaces (III): escrita e sentido na constituição de espacialidades”. É, portanto, na relação entre determinação e indeterminação que “[...] a divisão do sujeito se constitui” (BERNARDO-SANTOS, 2012, p. 257).

Com essa relação, vem uma série de contradições próprias da divisão do sujeito. O que temos então são diferentes posições político-cultural, religiosa, etc., [...] Essas nomeações, esses gestos de diferentes ordens circulam por toda a cidade sobrepondo outros nomes sem que pensemos a respeito dessas divisões” (BERNARDO-SANTOS, 2012, p. 257).

Apenas o trabalho de análise produzida pelo analista com a contribuição da teoria é possível pensar sobre essa divisão contraditória do sujeito posta por Bernardo-Santos. Com isso, podemos dizer com convicção que “[...] essas divisões são realmente lugares privilegiados” (BERNARDO-SANTOS, 2012, p. 258). Depois dessa análise superficial do

Quadro de Orientação dos Nomes, passemos a proceder com a discussão acerca da *metodologia discursiva* de análise.

## 2.5 Reflexão acerca da metodologia discursiva

Neste ponto, apresentar a *metodologia discursiva* em funcionamento é decisivo para a análise. Isso porque envolve discorrer sobre o método inicial da AD em um percurso teórico que desemboca no que se tem atualmente. Na obra, *Novas tendências em análise do discurso* (1997), Maingueneau faz uma crítica ao método dos termos-pivôs (referência ao distribucionalismo). No entanto, ele também afirma que não devemos desqualificar esse método inicial (termos-pivôs) da AD com o risco de prejudicar, em parte, a análise.

Maingueneau afirma que podemos recorrer ao método inicial da Análise do Discurso, mas que esse método inicial deve ser usado com um caráter controlado. Harris (1909-1992) ligado ao método dos termos-pivôs faz surgir a noção de *funcionamento* do discurso em contrapartida à noção de *função* dos funcionalistas (Durkheim (1858-1917); Jakobson (1896-1982), Malinowski (1884-1942), Martinet (1908-1999), etc.

De acordo com Maingueneau é legítimo usar a proposta inicial da Análise do Discurso como método, se duas maneiras de analisar forem consideradas – “1) deve-se considerá-la como um método auxiliar e não essencial para a análise; 2) deve-se utilizá-la quando é possível controlá-la e não recorrer a ela sistematicamente, qualquer que seja o *corpus*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 135).

Essa tendência proposta por Maingueneau como método de análise é comprovada por Pêcheux (2008). Pêcheux, por sua vez, começa os seus estudos, juntamente, com Harris. No entanto, Pêcheux não estaciona na estabilidade lógica do método harrisiano (termos-pivôs). Logo, Pêcheux passa a considerar esse método como dois espaços.

O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, 2008, p. 51).

Para compreender esse método discursivo proposto por Pêcheux é preciso entender que algo mudou em relação ao procedimento analítico. Não se trata mais apenas dos termos-pivôs. Do ponto de vista de Pêcheux, a análise parte da língua como caráter material, como materialidade linguístico-histórica inscrita na ordem material da ideologia e do simbólico.

Pois, esse método discursivo parte da língua para que o analista tenha acesso ao discurso. A língua, por um lado, está sendo considerada enquanto estabilizada pela higiene pedagógica do Estado, das leis e da política, por outro lado, a partir das práticas sociais do cotidiano ordinário onde o sentido escapa.

Com o método discursivo de análise são os discursos enquanto efeitos de sentido que devemos priorizar na análise do *corpus empírico* e linguístico. Dessa maneira, devemos expor os sentidos já-ditos ou não-ditos como anterioridade e exterioridade discursiva e histórica que indeterminam o sujeito da nomeação toponímica.

Tudo isso, desemboca, atualmente, na obra de Orlandi *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* (2009). Pois, em relação ao método discursivo de análise é a partir dessa obra que vamos sistematizar a análise do *corpus* discursivo. Sem deixar de considerar, paralelamente, a obra de Pêcheux *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1997). Entra também nesse sistema a obra de Guimarães *Semântica do acontecimento* (2005).

Parece-nos que Orlandi (2009) acrescenta ao método discursivo de análise o nível da compreensão do discurso (p. 26), indo além do método proposto por Pêcheux apenas como descrição e interpretação. Por isso, podemos dizer que é a partir de Orlandi que três níveis devem ser considerados: 1) a desuperficialização (p. 65); 2) o objeto discursivo (p. 66) e 3) o processo discursivo (p. 66). Onde é o mesmo que dizer: desuperficialização (descrição), objeto discursivo (interpretação) e processo discursivo (compreensão).

Ao considerarmos o (1) é, portanto, no momento da descrição que o analista do discurso encontra-se no nível superficial da língua. Sendo assim, o analista deve proceder com a desuperficialização da materialidade *empírica* ou linguística. Ele expõe as condições imediatas de produção.

Ao considerarmos o (2) o nível da interpretação, por sua vez, é onde o analista faz aparecer a memória discursiva (o discurso) e os sentidos (os discursos). Já que segundo Orlandi (2009) “[...] o interdiscurso significa justamente a relação do discurso com uma multiplicidade de discursos [...]” (p. 80).

Ao considerarmos o (3) trata-se da compreensão do processo discursivo que é onde ocorre a filiação histórica dos nomes às FDs enquanto regiões de sentido e às FIs. É no interdiscurso onde as FDs e as FIs colocam em jogo as posições do sujeito. Trata-se do processo discursivo em que é colocado em relação de sentidos e de forças as FDs e as FIs enquanto atitudes e representações em posições discursivas para destacar a predominância de uma delas. É nesse ponto que ocorre a identificação ou desidentificação do sujeito a determinada FD e não

outra. É nisso que se resume a compreensão. “Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música, etc.) produz sentidos (p. 26). Diante disso tudo é decisivo apresentar o método discursivo de análise em funcionamento neste trabalho.

Levando em consideração a construção do trajeto teórico no primeiro capítulo, a construção do trajeto teórico/metodológico no segundo capítulo com a coleta das materialidades *empírica* e linguística para a construção do *corpus* discursivo. É a partir desses dois trajetos que adentramos, efetivamente, no terceiro capítulo com a análise dos nomes que predominam no Quadro de Orientação dos Nomes. Trata-se, portanto, do método discursivo de análise em funcionamento.

O que vem sendo dito, mostra o percurso de coleta e a sistematização do *corpus empírico* e linguístico em quadros específicos e a apresentação da metodologia discursiva. No que procede devemos observar, então, a partir do aporte teórico no primeiro capítulo, quais são os discursos evidentes que atravessam e constituem o *corpus empírico-linguístico*.

É, portanto, no terceiro capítulo onde o aporte teórico apresentado no primeiro capítulo intervém. Nesse sentido, a articulação entre o aporte teórico apresentado no primeiro capítulo e o *corpus empírico-linguístico* sistematizado no segundo capítulo entram em funcionamento analítico no terceiro capítulo. Estamos neste ponto, portanto, no percurso de construção do *corpus* discursivo, ou melhor, do objeto discursivo.

“Estabelecemos aqui uma outra forma de compreender a cidade: pelo discurso. Aliamos assim em nossa reflexão o sujeito, a história e a língua em uma relação particular que é a relação de significação. Como significa a cidade? [...]. No território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro. Em suas inúmeras e variadas dimensões: material, cultural, econômica, histórica, etc”.

Orlandi

## CAPÍTULO III

### PERCURSO ANALÍTICO: DISCURSO E HISTÓRIA

Neste capítulo, apresentamos o percurso analítico. É a partir do que foi apresentado no trajeto teórico e proposto no trajeto teórico/metodológico que entra em funcionamento o percurso de análise. Para tanto, dois conceitos teóricos são fundamentais: *discurso e história*. Levamos em consideração, para fazer operar esses dois conceitos a ideia lacaniana de repetição. Começamos com a apresentação da materialidade *empírica* (os mapas), em seguida passamos para a *descrição* da materialidade linguística (os nomes) para colocar em evidência o não-dito, ou seja, a materialidade discursiva (os discursos). Sendo assim, a *interpretação* expõe os efeitos de sentido que determinam a nomeação no Bairro Jardins e o sujeito. *Compreendemos* a partir disso, os efeitos de sentido que não estão em evidência: o discurso eurocêntrico em relação de sentidos e de forças com o discurso brasileiro. Tem-se ainda o discurso da colonização a partir da nomeação com antropônimos de políticos (discurso político). Tem-se também os discursos do patriarcalismo e do colonialismo a partir da predominância da língua estrangeira e antropônimos masculinos que silencia o discurso a partir de antropônimos femininos. No jogo entre esses discursos há um fator decisivo para o funcionamento da discursividade, trata-se da relação entre o *público* e o *privado* como decisiva no processo histórico de nomeação no Bairro Jardins.

#### 3.1 Breve histórico do Bairro Jardins: o “desmembramento”

O Bairro Jardins traz em si a memória eurocêntrica em relação de sentidos com a memória do brasileiro. Como movimento de sentidos históricos que se repetem, esse bairro surgiu a partir do processo de *desmembramento* do Bairro Grageru. Para demonstrar como se deu tal desmembramento foi preciso encontrar um mapa que mostrasse somente o Bairro Grageru, ou seja, que demonstrasse esse bairro antes do desmembramento<sup>13</sup>.

A nomeação no Bairro Jardins determina uma região que mobiliza os sentidos do econômico, do “nobre”, da “elite”, do poder que se filia ao sentido eurocêntrico. Tendo em vista que, atualmente, tem-se nessa região várias reescrituras com o nome Jardins. Pois, considerando-se o interdiscurso como o já-dito em outro lugar, então o interdiscurso nos traz a memória do estrangeiro (europeu).

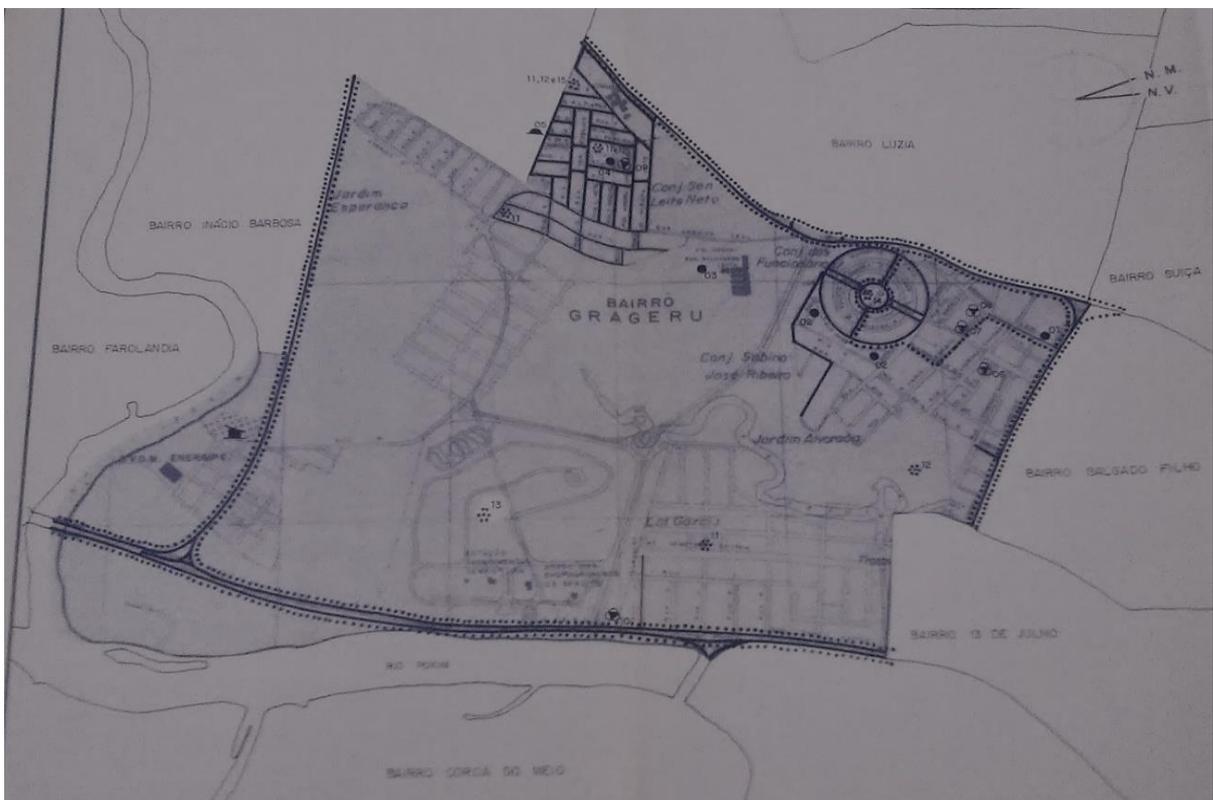
---

<sup>13</sup> Termo utilizado pela instituição pública em documentos que atestam a criação de um bairro a partir de outro já existente.

Com o desmembramento, então, ocorre o efeito de sentido que reproduz o discurso vindo da Europa. Esse discurso se repete em reescrituras por vários bairros no Brasil, até se reproduzir na nomeação do Bairro Jardins.

É preciso ressaltar que essas primeiras constatações analíticas vão se constituindo na evidência da *materialidade empírica* (o conjunto de mapas). Tudo isso é determinante para que possamos compreender os sentidos em funcionamento na própria nomeação. Para ver como ocorreu esse processo de desmembramento, apresenta-se em seguida um recorte do mapa somente com a região do Bairro Grageru:

**Figura 1 - Registro fotográfico do mapa - região do Bairro Grageru**



Fonte: registro fotográfico do mapa Bairro Grageru de **1985** (ainda sem o Bairro Jardins); Projeto Aglomerado urbano de Aracaju. Unidade de Administração do Subprojeto. Disponível no **Arquivo Público Municipal de Aracaju (APMA)**. Procura através do índice cartográfico não digitalizado: manual de pesquisa, controle de patrimônio imobiliário – PMA; DOU – 1919/2004.

Constata-se que antes do desmembramento existia somente o Bairro Grageru, porém com o surgimento do Bairro Jardins é preciso dizer que o nome indígena (Grageru) não foi silenciado. O discurso do índio permanece em relação de forças com o discurso estrangeiro. Posto isso, é possível entender, no que procede, a nomeação no Bairro Jardins, levando em consideração dois processos: o planejamento denominativo e a *urbanização*.

### 3.1.1 A urbanização no Bairro Jardins pela nomeação

A *urbanização* no Bairro Jardins pela nomeação leva em consideração três fatores determinantes. Primeiro: a urbanização realizada por empresas privadas. A NORCON é a principal dentre essas empresas que atuam na edificação de prédios em Aracaju. Essa construtora é uma empresa que tem como donos os componentes da família de sobrenome Teixeira que ao mesmo tempo emprestam seus nomes para a escrituração de uma rua e uma avenida desse bairro. Além da NORCON, tem-se ainda outras construtoras que atuam na urbanização do Bairro Jardins: Santa Maria, Celi, Impacto, União, Cunha, etc. Portanto, algumas dessas construtoras exercem função determinante na nomeação do bairro. Significa o sentido empresarial e o sentido do familiar em funcionamento.

O segundo fator, leva em consideração a urbanização realizada pela instituição pública. Sendo assim, nesse fator a lei é determinante. É o sentido do jurídico-administrativo em funcionamento. Dito isso, podemos continuar falando da urbanização no Bairro Jardins nos situando a propósito da dimensão temporal em relação a data de desmembramento definitivo desse bairro. Segundo Machado o Bairro Jardins “[...] foi criado, oficialmente, em dezembro de 1998 pela Lei municipal nº 2.666” (MACHADO, 2010, p. 14). Logo, tal data pode ser comprovada através do projeto de lei que consta no Arquivo da Câmara Municipal de Aracaju (ACMA) ou através do site oficial da Câmara Municipal de Aracaju (CMA). Nesse sentido, trata-se de instituições públicas operando no processo de urbanização do bairro pela nomeação.

Voltando para a questão dos fatores determinantes, percebe-se que a urbanização no Bairro Jardins, a partir do desmembramento do Bairro Grageru, tem como característica denominativa diferenciar-se enquanto sentido dominante (classe dominante) em relação à outras regiões de Aracaju. Principalmente, no que se refere à comparação denominativa feita com as regiões periféricas. Pois, a urbanização pela FD dominante no Bairro Jardins mobiliza o sentido da limitação, da segregação, do muro simbólico, causa no outro sujeito (classe dominada) o sentido do estranhamento ou desidentificação com a nomeação em vigor.

Sem dúvida, essa urbanização a partir do desmembramento do Bairro Grageru não é um processo “inocente”. O desmembramento resultou na ocupação de um lugar onde havia mangues, pequenas reservas florestais, parques, sem esquecer os grandes pastos, fazendas, cajueiros, etc., que até então ainda existiam, onde hoje é o Bairro Jardins.

É interessante notar que quando se faz uma busca no *Google Street*, essa região aparece já desmembrada, sobretudo, na área denominada de microrregião Jardim Europa. Isso mesmo, com predicação estrangeira, no entanto, possivelmente, se essa microrregião fosse habitada por

sujeitos com condições socioeconômicas mais baixas seria considerada invasão. Invasão no sentido de que a urbanização não mobilizaria determinantes históricos voltados ao sentido do estrangeiro, de poder econômico, do “nobre”, da “elite”, as determinações históricas seriam outras, outra FD estaria em funcionamento.

O terceiro fator a se destacar é que a urbanização no Bairro Jardins a partir desse desmembramento difere do tradicional quadrado de Pirro. Sendo assim, esse bairro ganha ruas mais modestas e mais salientes, “[...] de contornos tão distantes daqueles primevos [...]” (DICK, 1996, p. 27). Contornos que surgiram a partir do centro velho, com seus quadrados em forma de tabuleiros de xadrez ou *composição em tabuleiro de damas*, onde a linha reta ultrapassa o quadrilátero da geometria euclidiana e avança em alguns pontos como espiral.

Como resultado da expansão da cidade, o Bairro Jardins não suportou mais a linha reta urbanista do quadrado de Pirro<sup>14</sup> em forma de tabuleiro de dama e xadrez. O real da nomeação não mais se sustenta em quadriláteros.

Em contrapartida, a nova feição urbana da cidade oferece, relativamente ao tema, perspectiva diversa. O seu desenvolvimento, além dos limites do centro velho, forçou os moradores a se localizarem em pontos distintos, fora do cinturão que arrematava o pequeno burgo. Com as roças de subsistência se transformando em chácaras de cultivo diverso, os moradores acabaram por dilatar os seus domínios para todas as direções, ensejando o surgimento de novos núcleos, embriões dos futuros bairros (DICK, 1990b, p. 58).

Desse modo, uma dessas direções trata-se do surgimento e, conseqüentemente, urbanização do Bairro Jardins enquanto desmembramento. Resultado disso, é a urbanização que leva em consideração a historicidade na nomeação e reescrituração desse bairro. Atualmente, ainda é possível observar áreas cercadas esperando os tramites burocráticos necessários para a urbanização. Urbanização que ocorre na relação entre o público o privado. Depois de ter apresentado o processo de urbanização no Bairro Jardins, o que procede apresenta o processo acerca do rigoroso *planejamento denominativo*.

### 3.1.2 O planejamento denominativo no Bairro Jardins

---

<sup>14</sup> Em referência ao Capitão de engenheiros Sebastião José Basílio de Pirro Contratado para projetar a nova capital de Sergipe como um tabuleiro de xadrez (mobiliza o efeito do planejamento – cidade planejada) com filiação de sentido que traz a memória de países da Europa (depois de ter passado de Povoado Santo Antônio do Aracaju para o *status* de cidade denominada de Aracaju). Projeto organizado logo após a mudança da antiga capital São Cristóvão para Aracaju, como nos mostra Fernando Figueiredo Porto em *A cidade do Aracaju 1855-1865: ensaio de evolução urbana* (1991). É interessante observar que o nome do Capitão de Engenheiros não foi rememorado enquanto nomeação de lugar. Tudo isso, em contrapartida ao plano radial concêntrico utilizado por outros Estados (a exemplo de São Paulo) para projetar o centro da cidade com filiação de sentido que também traz a memória de países europeus. No mapa do Bairro Jardins é possível observar um provável indício de filiação com o plano radial concêntrico a partir da região denominada de “cidade dos funcionários”.

O *planejamento denominativo* no Bairro Jardins é um processo rigoroso (*idem* capítulo 2). Isso porque desde o desmembramento do Bairro Grageru no final do século XX, o planejamento denominativo leva em consideração alguns efeitos de sentido decisivos. Isso ocorre, para que o Bairro Jardins se transforme em um lugar cada vez mais diferenciado a partir dos nomes considerando-se, fortemente, a relação entre o público e o privado. Tem-se aí o efeito de sentido do “nobre” que vem de outros trópicos (do Outro), dentre outros.

O planejamento denominativo é determinante nesse processo. Como apontado por Guimarães que “[...] estes espaços nomeados *jardins*, nos quais as vias públicas são nomeadas *alamedas*, estão ligados a uma história de distinção social, a favor dos jardins” (GUIMARÃES, 2005, p. 79 - itálicos de Guimarães). Logo, em termos discursivos, trata-se da repetição enquanto efeito de sentido da distinção social em funcionamento. Observa-se aí uma FD específica.

Em contraponto, é preciso intervir acerca dessa distinção social, o que dizer então do planejamento denominativo fora dessa região “nobre”, ou seja, em regiões periféricas que também repetem o nome jardins, tais como:

- Loteamento Jardim Lamarão (na divisa entre o Bairro Lamarão e o Bairro Soledade).
- Loteamento Jardim Bahia I e II (no Bairro Santos Dumont).
- Loteamento Jardim dos Coqueiros (no Bairro Jabotiana).
- Loteamento Jardim Mar de Rosas (no Bairro Farolândia).
- Loteamento Jardim Sarutaia (na zona de expansão de Aracaju).
- Bairro Jardim Centenário.

Além desses, há muitos outros jardins que sem dúvida mobilizam sentidos em outra direção, portanto, outra FD.

A partir das FDs em jogo na materialidade *empírica* (os mapas), vemos se delinear aí o jogo das FIs a partir das relações de sentidos, ou seja, as posições dos sujeitos determinadas por essas FDs em relação de confronto simbólico. Observa-se, então, as posições dos sujeitos em relações de forças (brasileiro/estrangeiro, naturalismo/urbanismo moderno, campo/cidade, o índio/o europeu, periferia/zona sul, classe dominada/classe dominante).

Como pode ser observado, em pleno início do século XXI, completadas duas décadas, o sujeito da nomeação toponímica continua sendo determinado pelo planejamento denominativo (nomeação e renomeações). Pois, o Bairro Jardins, consideravelmente jovem, tem muito ainda o que repetir, planejar, construir, nomear e renomear. Nesse sentido, o Bairro Jardins é um lugar que vai sendo nomeado tendo o discurso e a história como determinantes.

Em relação às regiões *empíricas*, o planejamento denominativo separa o Bairro Jardins do Bairro Grageru com um determinado conjunto de nomes (Avenidas Iolanda Pinto de Jesus,

Avenida Ministro Barreto Sobral e Avenida Pedro Valadares) como divisa entre os dois bairros (Grageru e Jardins). Essa divisão *empírica* leva em consideração como ponto central o Shopping Jardins. Tendo, o planejamento denominativo em vista, apresenta-se a seguir o recorte do mapa que mostra a região do Bairro Grageru já desmembrada e, conseqüentemente, o Bairro Jardins:

**Figura 2 - Registro fotográfico do mapa que mostra a relação do Bairro Grageru com o Bairro Jardins**



Fonte: mapa da cidade de Aracaju - edição atualizada (s/d). Escala Aproximada: 1:24.000 (1cm=240m). Editora glomapas/e-mail: contato@editoraglomapas.com.br/. www.editoraglomapas.com.br. Fone (11)2291-1536/(11)2692-4529. O que significa esse efeito de desmembramento, se não uma divisão a partir da nomeação de um lugar já nomeado. Nos termos de Guimarães (2005) trata-se de uma reescritura a partir do que já está escriturado.

Em relação ao rigor do planejamento denominativo deve-se considerar algumas características peculiares. O Bairro Jardins localiza-se na zona sul de Aracaju. Esse bairro é, consideravelmente, bastante arborizado, com construções tipicamente verticalizadas, o que possibilita, desse modo, ter uma vista privilegiada, principalmente, direcionada para o mar, parques e praças.

Outra característica que diferencia o rigoroso planejamento denominativo no Bairro Jardins dos bairros periféricos, é a localização e proximidade com a borda marítima. Há também limites geográficos com o rio Sergipe, rio Poxim e, conseqüentemente, limita-se com o oceano. Essa característica também se repete em São Paulo, Rio de Janeiro, etc.

De certo modo, no Bairro Jardins que é mais valorizado economicamente, há espaço para o planejamento denominativo, para analisar as nomeações que se repetem em cada loteamento, alameda, avenida, rua, etc. Diferentemente das regiões onde muitas vezes são áreas invadidas. Não estamos, com isso, querendo dizer que essa prática de planejamento denominativo não ocorre em outras regiões, porém ela é mais valorizada em regiões “nobres” da classe dominante.

Sérgio Buarque de Holanda, catedrático de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, considera em seus escritos a questão histórica do surgimento de regiões planejadas. Historiador e crítico literário, a obra de sua autoria que colabora com esta empreitada teórica trata-se de *Raízes do Brasil* (1995).

Como está posto no prefácio intitulado “O significado de raízes do Brasil”. Pois, por um lado, foi “[...] concebido e escrito de modo completamente diverso. Livro curto, discreto, de poucas citações, atuaria menos sobre a imaginação dos moços.” (HOLANDA, 1995, p. 10). Por outro lado, atuaria mais sobre as mentes bem formadas, munidas de experiências e vivências capazes de fazer entender questões tão complexas, não só daquela época, como também nos dias atuais. As colocações feitas por Holanda nesse livro que melhor convém ao nosso objeto de estudo, acerca do planejamento denominativo, estão postas no capítulo “O semeador e o ladrilhador”, referência direta ao percurso de planejamento e transformação do campo em cidade.

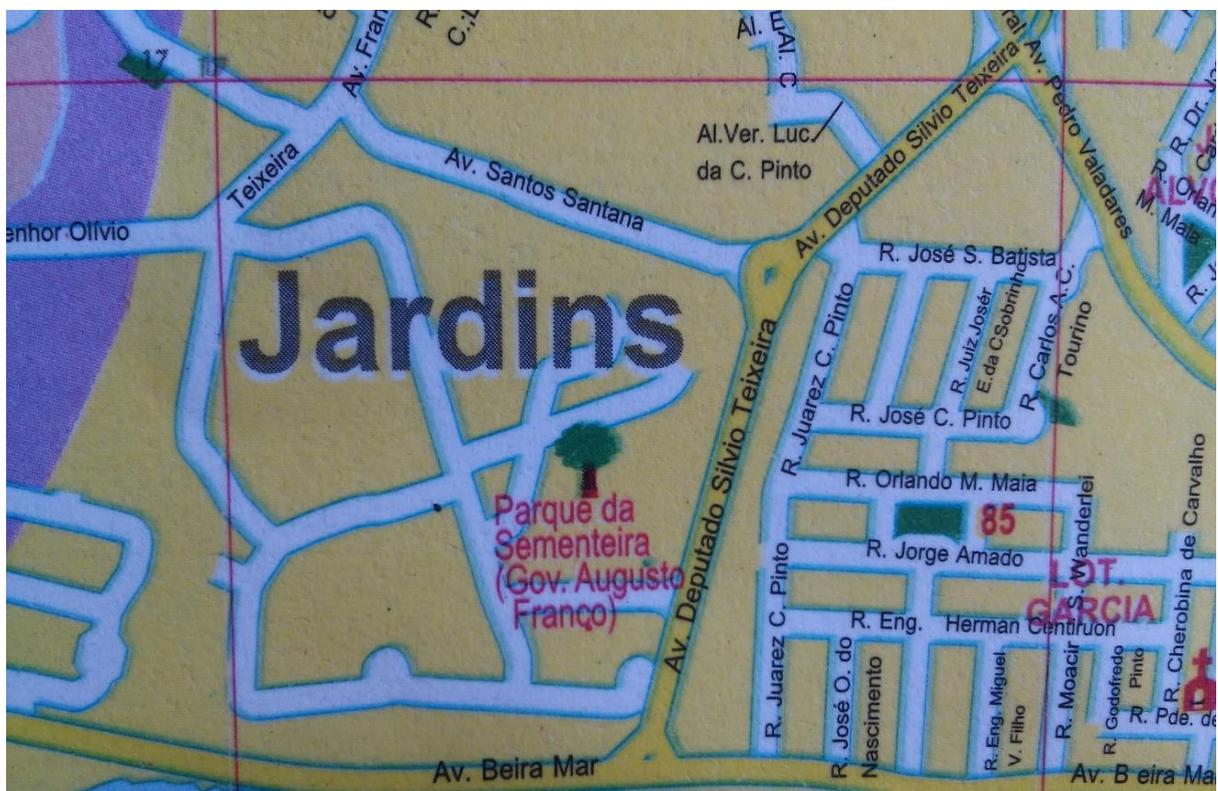
Já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste; é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta. O plano regular não nasce, aqui, nem ao menos de uma ideia religiosa, como a que inspirou a construção das cidades do Lácio e mais tarde a das colônias romanas, de acordo com o rito etrusco. Foi simplesmente um triunfo da aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado. O traço retilíneo, em que se exprime a direção da vontade a um fim previsto e eleito, manifesta bem essa deliberação. E não é por acaso que ele impera decididamente em todas essas cidades espanholas, as primeiras cidades abstratas que edificaram europeus em nosso continente (HOLANDA, 1995, p. 96).

Essas colocações postas por Holanda podem ser vistas a partir do processo de desmembramento, de urbanização e de planejamento denominativo que resultou no surgimento do Bairro Jardins. Segundo Holanda, o planejamento com a linha reta triunfa mesmo que seja a partir de um princípio embrionário, para logo em seguida a expansão das regiões seguirem um curso de caráter mais abstrato que vai se adequando às sinuosidades dos espaços petrificados.

Nesse sentido, “[...] o que se exprime é a ideia de que o homem pode intervir arbitrariamente, e com sucesso, no curso das coisas e de que a história não somente acontece, mas também pode ser dirigida e até fabricada” (HOLANDA, 1995, p. 97-98). “Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza” (HOLANDA, 1995, p. 95). Atente-se para a definição dada por Holanda do ponto de vista do homem no sentido pragmático. Isso também importa, mas esse não é o nosso foco. Antes ainda é preciso fazer uma ressalva sobre as colocações de Holanda, isso porque no Bairro Jardins os efeitos de sentido do naturalismo e do urbanismo moderno (o cru e o cozido) se repetem relacionados na nomeação, diferentemente, do que afirma Holanda ao dizer que a “cidade é essencialmente antinatural”.

Como nos aponta Bernardo-Santos em “Poética de Interfaces (III): escrita e sentido na constituição de espacialidades” (2012). O autor diz que os sentidos históricos vão se repetindo, sobrepondo outros sentidos em circulação na cidade, nos bairros, nas ruas, etc. Pois bem, encontramos no planejamento da nomeação no Bairro Jardins, a repetição dos nomes e dos sentidos históricos. Apresentamos a seguir o recorte do mapa com destaque somente para a região planejada e denominada de Bairro Jardins:

**Figura 3 - Registro fotográfico do mapa com destaque para o Bairro Jardins**



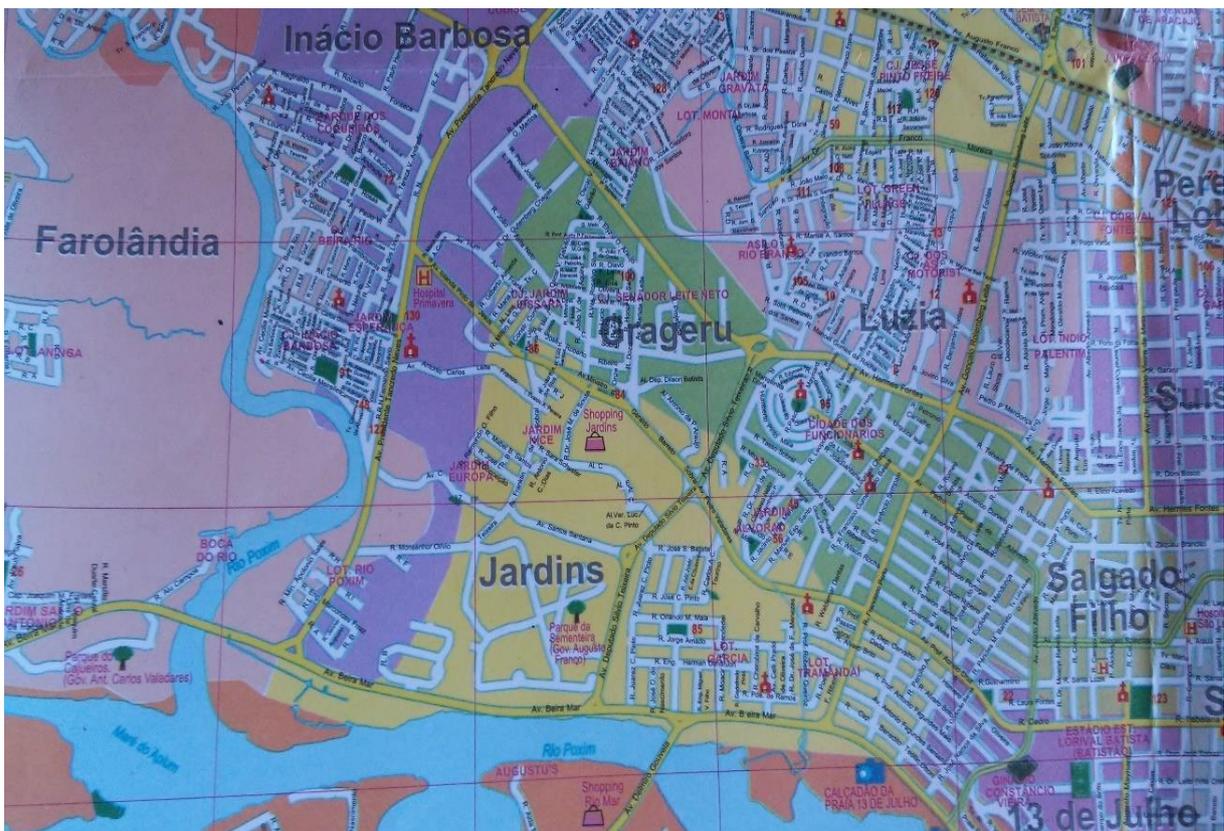
Fonte: mapa da cidade de Aracaju – edição atualizada (s/d). Escala Aproximada: 1:24.000 (1cm=240m). Editora glomapas/e-mail: contato@editoraglomapas.com.br/. www.editoraglomapas.com.br. Fone (11)2291-1536/(11)2692-4529.

A partir desse recorte do mapa, apresenta-se um determinado conjunto de nomes que constitui o Bairro Jardins em regiões, tais como Parque da Sementeira (atual Parque Governado Augusto Franco), Loteamento Garcia, Loteamento Tramandaí, Microrregião Jardim Europa. Essas regiões podem ser vistas de maneira mais abrangente no (anexo A) que consiste no recorte do mapa da cidade - região do Bairro Jardins.

A partir do desmembramento, da urbanização e do planejamento denominativo o Bairro Jardins passa a ter limite geográfico com um determinado conjunto de bairros que também recorta um conjunto específico de nomes como (Bairro Farolândia, Bairro Inácio Barbosa, Bairro Luzia, Bairro Suíssa, Bairro Salgado Filho, Bairro 13 de Julho e Bairro Grageru).

Além disso, outro conjunto de nomes traz as principais avenidas que são o limite entre esses bairros, são eles Avenida Tancredo Neves, Avenida Iolanda Pinto de Jesus, Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral, Avenida Pedro Valadares, Avenida Francisco Porto, Avenida Beira Mar. Tudo isso, pode ser visto no recorte do mapa a seguir:

**Figura 4 - Registro fotográfico do mapa que mostra os Bairros limítrofes com o Bairro Jardins**



Fonte: mapa da cidade de Aracaju - edição atualizada (s/d). Escala Aproximada: 1:24.000 (1cm=240m). Editora glomapas/e-mail: contato@editoraglomapas.com.br/. www.editoraglomapas.com.br. Fone (11)2291-1536/(11)2692-4529. O mapa pode ser visto em termos de região-território, nesse sentido o mapa também é considerado como texto. Dividido em regiões: introdutória, central, periférica, em notas (norte, sul, leste, oeste).

Diante do desmembramento, da urbanização e do planejamento, como o Bairro Jardins poderia nomear as regiões com antropônimos e nomes vindos de outros trópicos, significar-se com outras FDs a partir da nomeação (estrangeira e antroponímica) e continuar a chamar-se Grageru (nomeação indígena)? Nesse sentido, o fato do Bairro Jardins ter sido planejado e urbanizado a partir do desmembramento do Bairro Grageru significa invasão? Pode-se dizer que tem-se, então, no processo de repetição histórica de sentidos, o sentido de silenciamento invadindo, através da nomeação, um bairro já existente denominado com um nome indígena?

O que significa esse processo de sobreposição do nativo (nomeação indígena) pela convenção (nomeação estrangeira e antroponímica)? Diante dessas questões, entende-se por que o processo de nomeação no Bairro Jardins traz a memória do europeu se sobrepondo ao nativo, mas também repete a memória do brasileiro. Isso tudo vem sendo posto em evidência a partir dos sentidos que constituem a materialidade *empírica* (o conjunto de mapas).

Essa análise inicial mostra, ao mesmo tempo, o que é evidente e o que não é evidente no conjunto de mapas do Bairro Jardins (ORLANDI, 2009). A noção de interdiscurso é determinante nessa dualidade. Acontecerá o mesmo com o que procede. É preciso ver nos nomes o que se apresenta como evidente e o que está não-evidente (o espelho embasado) a partir da nomeação de condomínios em *língua estrangeira*.

### 3.2 Língua estrangeira: discurso eurocêntrico e discurso brasileiro

A materialidade linguística, ou seja, os nomes dos condomínios na microrregião Jardim Europa<sup>15</sup> também trazem a memória eurocêntrica em relação de sentidos com a memória do brasileiro. Para falar sobre a nomeação de condomínios é preciso entender a repetição histórica de nomes em *língua estrangeira* com filiação da Europa em relação com a língua brasileira. Essa repetição histórica de nomes é o processo simbólico que instaura os efeitos de sentido, ou seja, os discursos. A partir de Lacan é possível pensar essa repetição como “[...] a noção da função do simbólico como a única capaz de dar conta do que podemos chamar de determinação no plano do sentido [...]” (LACAN, 1999, p. 12).

A repetição nos termos de Lacan é “[...] o fator da insistência repetitiva como oriunda do inconsciente” (LACAN, 1999, p. 13). Ainda nos termos de Lacan “[...] a repetição aparece primeiro numa forma que não é clara, que não é espontânea, como uma reprodução [...]”

---

<sup>15</sup> Sobre essa questão ver a obra *Microfísica do poder* (1984) de Michel Foucault.

(LACAN, 2008, p. 55). É, pois, a partir dessa repetição sob o ponto de vista psicanalítico que entendemos a repetição no plano discursivo e histórico de nomeação. Orlandi nos diz que:

“[...] pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede. Entretanto, há também injunções e estabilizações bloqueando o movimento significante. Nesse caso, o sentido não flui e o sujeito não se desloca. Ao invés de se fazer um lugar para fazer sentido, ele é pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos num imaginário em que sua memória não reverbera. Estaciona. Só repete” (ORLANDI, 2009, p. 54).

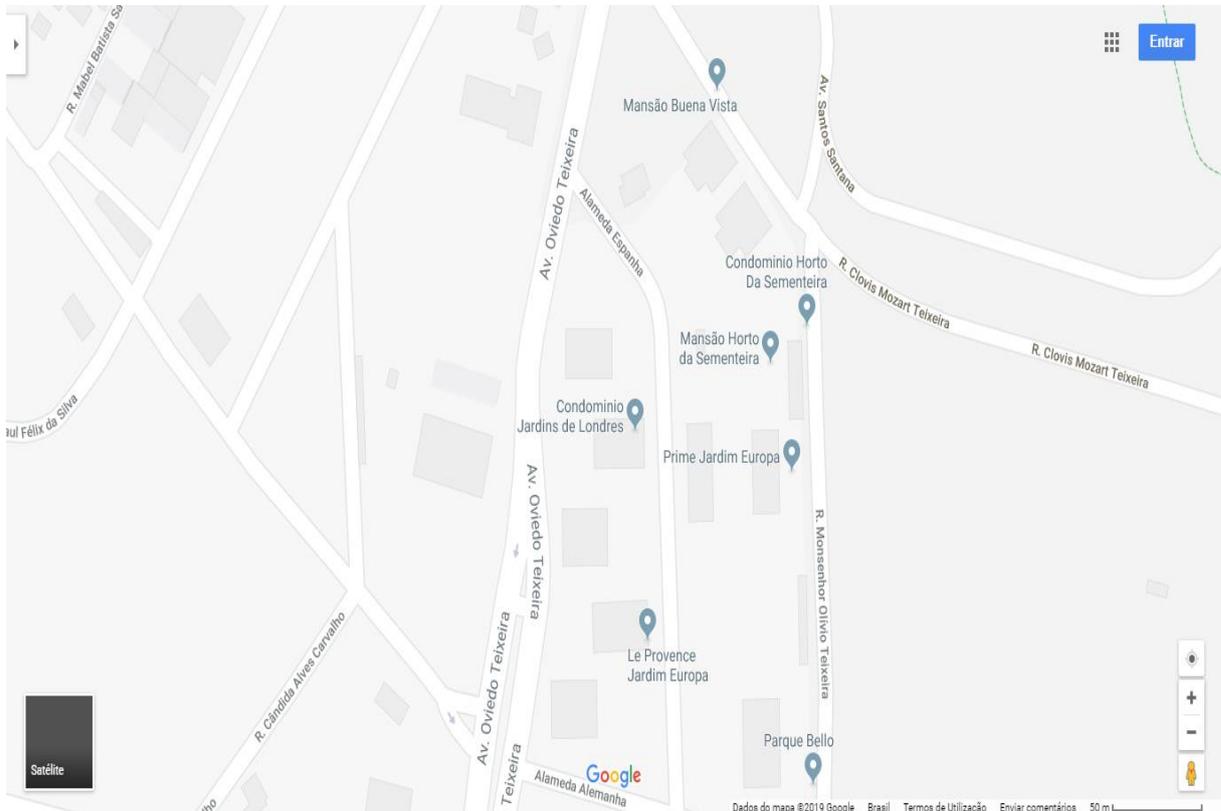
A partir disso, Orlandi propõe a distinção entre três modos de repetição: a empírica, a formal e a histórica. É essa última que estamos considerando, ou seja, “[...] a repetição histórica, que é a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido” (ORLANDI, 2009, p. 54).

No caso do objeto de estudo em questão, é essa repetição histórica do sentido que determina a nomeação de condomínios e o sujeito, limitando-os a determinados sentidos e não outros. Do ponto de vista de Guimarães (2005), a repetição histórica ocorre quando há deslocamento de nomes através dos lugares de memória (entre Países, Estados, Cidades, Ruas, Condomínios, Estabelecimentos comerciais, praças, parques, etc.). Porém a análise empreendida por Guimarães é apenas do ponto de vista semântico.

Nessa repetição histórica de nomes e de sentidos, Guimarães (2005) não considera a referência ao fato histórico (acontecimento histórico *empírico*). Ele considera apenas o acontecimento de linguagem enquanto enunciado que surge como repetição (movimento ou ruptura de sentido enquanto processo histórico) de nomeação. Esse acontecimento de linguagem movimenta o enunciado (repete o nome) que instaura uma origem, fundação, heroísmo, etc., como memorável.

No caso da nomeação de lugar, a repetição se dá de outra maneira, ou seja, no plano simbólico, o que equivale dizer que a repetição histórica do sentido constitui a nomeação de maneira opaca (a sujeira no fundo do pote). Trata-se da repetição histórica que instaura o efeito de sentido na nomeação de condomínios da microrregião Jardim Europa. A figura a seguir mostra como essa repetição histórica se apresenta no mapa com nomes que significam a Europa:

**Figura 5 - Print do mapa que mostra os nomes dos condomínios na microrregião Jardim Europa**



Fonte: *print* disponível em <<https://www.google.com.br/maps/place/Jardins,+Aracaju+-+SE/@-10.9501852,-37.0578215,17.7z/data=!4m5!3m4!1s0x71ab3e6290feef0xe2c186f7e0d02c42!8m2!3d-10.9429092!4d-37.0560845>> Acesso em 16/mai. 2019.

Para compreender o que significa essa repetição histórica separamos os nomes dos condomínios em *Sequências Discursivas* (SDs) (CONEIN, 2016). A partir disso, vamos analisar esses nomes considerando-se o interdiscurso que determina essa nomeação e o sujeito. Já que segundo Guimarães (2005) o sujeito é determinado por uma região ou por regiões do interdiscurso. Logo, o intuito é descrever e interpretar os sentidos evidentes na nomeação e intervir com os sentidos não-evidentes, porém ambos atravessam e constituem a nomeação dos condomínios na microrregião Jardim Europa.

Entendendo o conjunto a seguir como a repetição histórica de nomes que são rememorados (GUIMARÃES, 2005). Considera-se, então, que a repetição desse conjunto de nomes, enquanto acontecimento de linguagem memorável, repete também historicamente os discursos. Vamos às Sequências Discursivas:

- **Orientação em língua**

- SD1-Condómino *Mansão Bela Sintra*;
- SD2-Condómino *Mansão Horto da Sementeira*;
- SD3-Condómino *Mansão Horto das Figueiras*;

SD4-*Condomínio Mansão Horto do Ipê*;  
 SD5-*Condomínio Mansão Jardins de Londres*;  
 SD6-*Condomínio Mansão Le Provence Jardim Europa*;  
 SD7-*Condomínio Mansão Prime Jardim Europa*;  
 SD8-*Condomínio Mansão Jardim Residence*;  
 SD9-*Condomínio Mansão Jaime Gusmão Residence*;  
 SD10-*Condomínio Mansão Buena Vista*;  
 SD11-*Condomínio Mansão Parque Bello*;  
 SD12-*Condomínio Mansão Terrazzo Verdetto*;  
 SD13-*Condomínio Mansão Fontana di Trevi*.

Começamos a análise pela descrição das evidências e da não-evidência na superfície linguística onde vai se delineando os sentidos (ORLANDI, 2009). Os nomes (*Condomínio Mansão Horto da Sementeira*, *Condomínio Mansão Horto das Figueiras* e *Condomínio Mansão Horto do Ipê*) trazem em si uma regularidade. Há um princípio de repetição importante a se notar com o nome Horto que aparece nas três sequências. Horto quer dizer pequena área onde são cultivadas plantas de Jardim. Pode ser visto ainda como lugar para pesquisas e experiências com plantas, árvores, etc.

É preciso dizer que essa regularidade mobiliza o sentido do naturalismo. Dito isso, é impossível não notar ainda a regularidade dessa repetição na filiação histórica com o sentido estrangeiro que opera em todas as SDs da SD1 à SD13. Existe na regularidade a relação entre os nomes brasileiros e os nomes estrangeiros, ou melhor, a relação do sentido naturalista brasileiro com o sentido naturalista estrangeiro ou o sentido da língua estrangeira em relação com o sentido da língua brasileira.

É possível notar, ainda, a regularidade no efeito de repetição dos nomes (condomínio e mansão) em todas as SDs. Em contrapartida aos nomes estrangeiros onde não há essa regularidade em funcionamento. Essa regularidade só é rompida ao serem acrescentados os nomes que significam a Europa. Vemos aí duas FDs em funcionamento. A FD brasileira (*Condomínio Mansão*) em relação de sentidos com a formação FD estrangeira (a predicação estrangeira).

Percebe-se na repetição desse conjunto de nomes, a estreita relação de sentidos com o nome Parque da Sementeira (atual Parque Augusto Fraco). A discursividade na relação entre esses nomes reproduz os discursos em funcionamento. No entanto, há uma contradição aí operando, porque o nome do parque sofreu uma ruptura do sentido naturalista para o sentido antroponímico político, ou seja, a troca de um nome naturalista por um nome de pessoa.

Assim como também ocorre a contradição na repetição histórica no nome *Condomínio Mansão Jardins de Londres*. O condomínio denominado Jardins de Londres é formado por três

torres que são nomeadas como (James Park, Hyde Park, Green Park). Além da regularidade no movimento de repetição do nome (Park) com sentido de naturalismo estrangeiro, há também a ruptura desse sentido com a repetição dos nomes (James, Hyde e Green), ou seja, dois antropônimos (James e Hyde) e um nome filiado ao sentido da semiótica (Green-verde em relação ao verde da natureza).

Nas três torres do condomínio nomeado Mansão Jardins de Londres, ocorre a regularidade como movimento de repetição do nome Park. Trata-se de outra contradição que contrapõe ou relaciona o sentido naturalista brasileiro ao sentido naturalista estrangeiro. Com efeito, o natural nesse processo de nomeação filia-se ao sentido de poder que vem do Outro, do estrangeiro. Com o nome *Jardins de Londres*, tem-se a repetição histórica de sentido que se filia à Capital da Inglaterra e do Reino Unido. É o sentido do Outro em funcionamento na nomeação de condomínios. Tem filiação histórica de sentidos também com a Torre de Londres e os Reais Jardins Botânicos de Kew). Trata-se, então, da reprodução histórica do sentido naturalista estrangeiro em relação com o sentido naturalista brasileiro. Tudo isso, é resultado do sentido do urbanismo moderno produzindo efeitos.

Nesse mesmo sentido ocorre a repetição do nome Jardins nas SDs: *Condomínio Mansão Jardins de Londres*, *Condomínio Mansão Le Provence Jardim Europa*, *Condomínio Mansão Prime Jardim Europa*, *Condomínio Mansão Jardim Residence*. Percebe-se que também há uma contradição nessa repetição dos nomes que contrapõe o sentido natural brasileiro ao sentido natural estrangeiro.

Em *Condomínio Mansão Le Provence Jardim Europa* percebe-se a repetição histórica de sentido em filiação direta com a Europa. Esse condomínio, por sua vez, ainda é composto por duas torres denominadas Marseille e Avignon. Estes dois nomes fazem apelo às filiações históricas de sentidos mais específicos de determinada região na França.

São, portanto, filiações históricas de sentido à cidade Provence no sul da França. Ressalte-se, sul da França e não norte, nem leste, nem oeste, nem sudeste ou nordeste da França. Essas outras regiões produzem sentidos em outra direção. Sentidos que não significam o nobre, por exemplo. Percebe-se nesse efeito de repetição do sentido histórico naturalista estrangeiro em relação de sentido com o naturalismo brasileiro que nenhum discurso é “inocente”.

No caso do nome *Condomínio Mansão Le Provence Jardim Europa* com a repetição do que consideramos o sentido do Outro, o sujeito da nomeação está sendo fortemente determinado por esse Outro. Porém, não é um Outro qualquer, tem-se aí a filiação histórica de sentido com

o Outro de uma região específica da França. Na nomeação de condomínios na microrregião Jardim Europa<sup>16</sup> o Outro significa, vale mais do que o eu.

Estamos diante de uma divisão tal que o espaço de enunciação do Português do Brasil inclui uma relação com o inglês. Em outras palavras, o espaço de enunciação do Português é também ocupado pela língua inglesa [...]. Estamos diante de um procedimento de nomeação há já algum tempo em funcionamento no Brasil. [...]. Estamos diante de um embate em que o falante está dividido por sua relação com duas línguas [...] (GUIMARÃES, 2005, p. 19).

Atualmente é possível afirmar que o sujeito não é somente determinado pela língua inglesa. Sobretudo no Bairro Jardins, entra aí a mobilização com a repetição histórica de sentidos que se filiam à outras línguas estrangeiras além do inglês (Francês, Espanhol, Italiano, etc.).

Três dos nomes expostos nas SDs *Condomínio Mansão Prime Jardim Europa*, *Condomínio Mansão Jardim Residence* e *Condomínio Mansão Jaime Gusmão Residence* são predicados e tem filiação histórica de sentido com a Europa a partir da nomeação em língua inglesa. Isso ocorre através da repetição histórica dos nomes (*Prime* e *Residence*). Essa repetição também se explica, provavelmente, por ser uma das três línguas mais importantes em termos comerciais, portanto, isso mobiliza o sentido capitalista, comercial, científico, etc.

No entanto, temos uma exceção no nome *Condomínio Mansão Jaime Gusmão Residence*. Apesar de Jaime Gusmão ser um antropônimo, ele vem predicado pelo nome (*residence*). O que o filia, mesmo assim, aos sentidos vindos do estrangeiro. A contradição está em que a nomeação antroponímica, enquanto sentido político, também é repetida junto aos nomes dos condomínios da microrregião Jardim Europa de maneira sutil e não predominante.

Seguindo a regularidade da repetição no processo histórico de nomeação é perceptível como as SDs *Condomínio Mansão Buena Vista*, *Condomínio Mansão Parque Bello*, *Condomínio Mansão Terrazzo Verdetto*, *Condomínio Mansão Fontana di Trevi* tem filiação histórica com o sentido das línguas espanhola e italiana. Principalmente, no que diz respeito ao nome *Condomínio Mansão Fontana di Trevi* que tem filiação histórica de sentido com a fonte denominada “Fontana de Trevi” (em português a Fonte de Trevi) é uma construção de fontes barrocas localizada na Itália - Roma). Atualmente o que se observa, mais especificamente, na

---

<sup>16</sup> Sobre a nomeação de condomínios na microrregião Jardim Europa apresentei um artigo no ABRALIN/UEFS em cena Bahia, 2018: linguagem e sociedade que ocorreu em Feira de Santana, intitulado “Nomeação de condomínios da micro-região Jardim Europa: (des)construção da identidade nacional do sujeito”. O mesmo trabalho foi apresentado no III GESTRA/UFS - 2018 (Gestão de trabalhos na área de estudos da linguagem) durante a V SEMAC - 2018. O trabalho teve algumas modificações no título e na estrutura do texto: “Nomeação de condomínios da microrregião Jardim Europa Aracaju/SE: (des)construção da identidade nacional do sujeito.

microrregião Jardim Europa é a continuação dessa repetição histórica de sentidos filiada ao modo europeu de nomear.

Considerando-se, então, que a FI mantém o sujeito em uma ou mais posições discursivas em relação de forças. Na nomeação de condomínios da microrregião Jardim Europa prevalece a repetição histórica dos sentidos a partir de duas posições discursivas: a posição determinada pelo sentido estrangeiro em relação de sentido com a posição determinada pelo sentido brasileiro. A repetição histórica mobiliza o sentido naturalista estrangeiro no processo histórico de nomeação desses condomínios, sem descartar a mobilização do sentido naturalista brasileiro.

Portanto, é dessa maneira que a repetição histórica de sentidos determina a nomeação na microrregião Jardim Europa. O sujeito, por sua vez, assume mais de uma posição discursiva, a depender da FD que ele se identifique. Desse modo, ao ser indeterminado por mais de um discurso o sujeito passa a significar-se como pertencente, simbolicamente, também à outros trópicos ao sentido do *Outro*.

### 3.2.1 O sentido do Outro na nomeação

O sentido do *Outro* é o que determina a nomeação dos condomínios na microrregião Jardim Europa<sup>17</sup> e o sujeito. Para defender tal afirmação recorreremos ao estudo de Guimarães, *Semântica do acontecimento* (2005). Ele realiza um estudo sobre o processo enunciativo da designação a partir do sentido Outro. O autor nos mostra, no tópico “Espaço de enunciação”, que há filiação e memorável do discurso estrangeiro em funcionamento nas nomeações que ocorrem no Brasil. Ele diz que “esta relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político [...]” (GUIMARÃES, 2005, p. 18).

Nesse sentido, Guimarães aborda a questão da nomeação de lugar em língua estrangeira e destaca o prestígio que o brasileiro reserva ao inglês e outras línguas como o espanhol, o francês, o italiano, etc. Por isso, consideramos que a nomeação de condomínios é determinada pela repetição desse sentido Outro, mas nessa nomeação não deixa de existir a relação de forças

---

<sup>17</sup> O estudo sobre a nomeação de condomínios não abrange todo o Bairro Jardins. A escolha de analisar somente os nomes de condomínios da microrregião Jardim Europa, que é uma reescrituração do Bairro Jardins, foi por motivos de escopo deste trabalho. É certo que teríamos dois trabalhos em um, se fossem analisados todos os condomínios do Bairro Jardins. A escolha de analisar os nomes de condomínios na microrregião Jardim Europa é estratégica porque abarca somente os condomínios ao redor do Parque Governador Augusto Franco (Sementeira). O estudo de todos os nomes de condomínios do Bairro Jardins nos possibilita mais adiante alargar o que já temos sobre os condomínios aqui analisados. Esse alargamento se dará em forma de artigo científico.

com nomes que significam o Brasil. Há como podemos observar, nesse processo de nomeação de condomínios a necessidade, a partir da repetição do sentido Outro, de diferenciar-se de outras regiões, em relação ao sentido do outro.

Nesse sentido, há uma divisão hierarquizada dos nomes de condomínios que são nomeados a partir das línguas estrangeiras e aqueles que não são. Dessa maneira, “[...] esta divisão é marcada por uma hierarquia de identidades. Ou seja, esta divisão distribui desigualmente os falantes segundo os valores próprios desta hierarquia” (GUIMARÃES, 2005, p. 21).

Dito isso, tem-se, então, um confronto no que determina a nomeação enquanto filiação discursiva e histórica. O conjunto de nomes dos condomínios, enquanto acontecimento de linguagem, reproduz a memória que se filia historicamente ao sentido do europeu. É, portanto, essa memória que repete o sentido do Outro.

A título de reflexão é necessário apresentar aqui dois questionamentos. Primeiro: diante do exposto, quanto dos nomes brasileiros estão sendo usados para nomear cidades, bairros, ruas e condomínios nos países europeus? Segundo: em que medida, os europeus querem, vivendo em seus países de origem, se significar como brasileiros, com nomes que significam o Brasil?

Sobre esses dois questionamentos Orlandi pode nos responder. “Por sua vez, eles nunca se colocam na posição de serem nosso ‘outro’. Eles são sempre o ‘centro’, dado o discurso das descobertas, que é um discurso sem reversibilidade. Nós é que os temos como nossos ‘*outros*’ absolutos” (ORLANDI, 2008, p. 55). É preciso, ainda, acrescentar que toda essa filiação histórica memorável na repetição do sentido Outro vem também pelo funcionamento da *memória discursiva* e do *inconsciente*.

### **3.2.2 O funcionamento da memória e do inconsciente na nomeação**

A *memória* e o *inconsciente* também operam na determinação da nomeação de condomínios na microrregião Jardim Europa e do sujeito. Aparentemente, isso implica em considerar o fato de termos o que os sujeitos *empíricos* chamam de baixo Jardins: a região composta pelos prédios mais antigos e o alto Jardins: a região composta pelos prédios na microrregião Jardim Europa. É desta última região que estamos tratando.

É pela memória e pelo inconsciente que o discurso estrangeiro (o sentido do Outro) se repete nessa nomeação e no sujeito. É necessário, então, distinguir a memória como exterioridade histórica e o inconsciente em sentido lacaniano (o grande Outro).

Em relação à *memória*, em primeiro lugar, onde se encontram os sentidos que determinam a nomeação e o sujeito? Na leitura do nome, ou melhor, “[...] na leitura da sequência: estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro oculto?” (PÊCHEUX, 2010, p. 52). Podemos, desse modo, a partir de Pêcheux conjecturar que os sentidos não são ocultos e não se encontram escondidos em um fundo de gaveta, o que há são sentidos opacos constitutivos, sentido do Outro, sentidos que vem por essa memória e que determinam a nomeação de condomínios e o sujeito.

Pêcheux continua dizendo que:

[...] o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior (PÊCHEUX, 2010, p. 56).

Segundo Pêcheux, a memória não é um frasco vazio que deve ser preenchido, o sentido do Outro constitui essa memória. Compreendemos a partir de Pêcheux que o real da memória é a exterioridade, o sentido Outro do discurso estrangeiro enquanto memória discursiva. Portanto, é a partir da memória que ocorre a filiação histórica com a repetição do sentido estrangeiro. Só há determinação histórica porque há a repetição dessa memória.

O nome *Mansão Bela Sintra* que tem uma memória constitutiva de filiações históricas, tanto pelo acréscimo do nome *Mansão*, pelo adjetivo *Bela*, como também e, sobretudo, pela predicção (*Sintra*) que é um nome com filiação histórica portuguesa (DICK, 1990b). É nesse sentido que a memória discursiva repete o sentido do Outro e funciona determinando a nomeação de condomínios na microrregião Jardim Europa e o sujeito.

Em segundo lugar, o *inconsciente* é o sentido do Outro enquanto filiação histórica que também se repete determinando a nomeação de condomínios e o sujeito. Nesse sentido, é como se essa nomeação e o sujeito, ou melhor, é “[...] como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente. [...] do Outro e em relação ao qual o sujeito se define, ganha identidade” (MUSSALIM, 2012, p. 119).

Quando falamos desse sentido do Outro enquanto inconsciente, nos referimos à determinação dos sentidos de identidade(s) do sujeito pela repetição do sentido estrangeiro (do Outro) no processo denominativo. Como nos diz Orlandi “[...] o brasileiro se cria pelo fato de fazer falarem os outros” (ORLANDI, 2008, p. 42).

No caso da nomeação de condomínios na microrregião Jardim Europa<sup>18</sup> o sujeito ganha identidade(s) a partir do sentido estrangeiro que se repete na ordem do simbólico. Esse sujeito é determinado pelo sentido do Outro, de outras formas de sociedade, de outras práticas culturais, de outras nomeações, etc. Essa determinação histórica ocorre porque considera-se essas filiações históricas com sentido de poder.

Desse modo, nomear em língua estrangeira significa separar as regiões em classes com filiações históricas e sentidos específicos como um processo inconsciente. Dessa maneira, a partir da nomeação dos condomínios na microrregião Jardim Europa a partir do Outro enquanto inconsciente, em certa medida, “[...] não é o discurso do Brasil que define o brasileiro [...]” (ORLANDI, 2008, p. 56). Considerando-se a multiplicidade de línguas estrangeiras, o sujeito que se constitui nessa nomeação é determinado inconscientemente por esse sentido estrangeiro.

Dessa maneira, “fica sempre como se só nós tivéssemos um ‘outro’. O nosso outro é o português, o italiano, o francês, o espanhol, etc.” (ORLANDI, 2008, p. 56). Portanto, pensando-se as condições históricas dessas filiações estrangeiras inconscientes conjecturamos que a nomeação de condomínios mansões é determinada historicamente pela memória eurocêntrica que vem pela ordem do simbólico.

Diante de todos esses argumentos, é necessário analisar também o nome: microrregião Jardim Europa. Do ponto de vista de Guimarães, tem-se aí uma reescrituração, enquanto repetição inconsciente que mobiliza o sentido do Outro, dentro do Bairro Jardins. A partir disso, é necessário observarmos de imediato que essa microrregião é um lugar que busca diferenciar-se, em termos de repetição histórica do sentido, da própria região do Bairro Jardins. No entanto, ambas são regiões que procuram diferenciar-se filiadas ao sentido do estrangeiro através da nomeação em línguas estrangeiras.

Apesar de fazer parte do Jardins, o nome microrregião Jardim Europa recorta e significa um lugar com sentido ainda mais “nobre”, de “elite”, da segregação, do muro simbólico, do que o próprio Bairro Jardins. Além dos condomínios, essa microrregião recorta um conjunto de nomes como acontecimento de linguagem memorável: avenida Oviêdo Teixeira, rua Monsenhor Olívio Teixeira, a Alameda Espanha, a Alameda Alemanha, a Alameda França, a

---

<sup>18</sup> As leis que nomeiam a microrregião Jardim Europa: Lei 3159/2004 – denomina Alameda Espanha.; Lei 3160/2004 – denomina Alameda Alemanha.; Lei 3144/2004 – denomina Avenida Oviêdo Teixeira.; Lei 3153/2004 – denomina rua Monsenhor Olívio Teixeira. Logo, também tem filiação de sentidos vindos da Europa, mas não aparecem no recorte do mapa. O que comprova essas nomeações são as leis: (Lei 3156/2004 denomina Alameda França; Lei 3157/2004 denomina Alameda Itália.; Lei 3158/2004 denomina Alameda Portugal.; Lei 3161/2004 denomina Alameda Inglaterra). Fonte das leis: (site da Câmara Municipal de Aracaju - Legislação - Normas Jurídicas). Disponível em <<https://www.aracaju.se.leg.br/institucional/legislacao>>. Acesso em 18 de jun. 2018.

Alameda Itália, etc. Trata-se, portanto, de uma microrregião dentro de uma região reescriturada: o Bairro Jardins. Nesse sentido, o Jardim Europa significa, vale mais simbolicamente do que o Jardins, pelo fato de ter a predicação “Europa”.

A reescrituração [...] funciona no acontecimento como um modo de predicar o nome, ou os nomes reescriturados. Ou seja, como dissemos [...], a reescrituração, ao mostrar-se como dizendo o mesmo, diz outra coisa, e esta outra coisa passa a fazer parte da designação do nome reescriturado (GUIMARÃES, 2005, p. 69).

É nesse sentido que ocorre a reescrituração. Essa microrregião está localizada dentro dos limites do Bairro Jardins, sendo construída a partir do projeto desenvolvido também pela construtora Norcon. Esse efeito de repetição ocorre porque a Europa nos serviu e ainda hoje nos serve de “berço” cultural e de filiação histórica de sentidos enquanto acontecimento memorável. A importância dada a essa filiação histórica pela repetição do sentido estrangeiro faz com que o sujeito da nomeação se filie, cada vez mais, a essa outra cultura.

Sobre essa questão Holanda tem um ponto de vista interessante.

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhos à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem (HOLANDA, 1995, p. 31).

Apesar de Holanda falar em implantação é a questão da filiação histórica que nos interessa, filiação essa que se repete, atravessa e constitui a nomeação no Bairro Jardins e determina a identidade do sujeito. Identidade no sentido de pertencimento simbólico à cultura, ao sentido do estrangeiro. Desse modo, o sentido do Outro<sup>19</sup> é particularmente determinante nessa filiação.

Diante de tudo isso, é preciso ressaltar a importância de Bakhtin nos estudos discursivos, principalmente, a partir da obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (2010). Porém é preciso dizer que o próprio Pêcheux considera esse autor no nível sociológico, interação verbal, tipologia, etc.

---

<sup>19</sup> Segundo Lacan (2008) o grande Outro com “O” maiúsculo determina o sujeito a partir de instâncias mais amplas decorrentes de experiências de linguagem em culturas históricas específicas. Segundo Lacan (1999) só existe sujeito em relação a esse Outro. Apesar de Lacan estar se referindo ao Outro com “O” maiúsculo, Orlandi considera o outro com “o” minúsculo também vindo de Lacan. Essas duas instâncias nos interessam.

Mesmo assim, abrimos espaço para a explanação do que foi dito por Bakhtin acerca da determinação do sujeito pela filiação histórica a partir da repetição histórica da nomeação em orientação de língua estrangeira:

[...] essa orientação reflete o imenso papel histórico que a palavra estrangeira desempenhou no processo de formação de todas as civilizações da história. Esse papel foi conferido à palavra estrangeira em todas as esferas da criação ideológica, desde a estrutura sociopolítica até o código de boas maneiras. A palavra estrangeira foi, efetivamente, o veículo da civilização, da cultura, da religião, da organização política [...]. Esse grandioso papel organizador da palavra estrangeira - palavra que transporta consigo forças e estruturas estrangeiras e que algumas vezes é encontrada por um jovem povo conquistador no território invadido de uma cultura antiga e poderosa (cultura que, então, escraviza, por assim dizer, do seu túmulo, consciência ideológica do povo invasor) - fez com que, na consciência histórica dos povos, a palavra estrangeira se fundisse com a ideia de *poder*, de *força*, de *santidade*, de *verdade*, e obrigou a reflexão linguística a voltar-se de maneira privilegiada para seu estudo (BAKHTIN, 2010, p. 104-105 - itálicos de Bakhtin).

A explicação dada por Bakhtin acerca da determinação do sujeito na repetição histórica das línguas estrangeiras é de suma importância. Essa explicação reforça ainda mais os argumentos expostos. No entanto, fiquemos por aqui com Bakhtin. Apenas o apresentamos, assim como acrescentamos Foucault no primeiro capítulo, pela importante contribuição que eles deram para o avanço da Análise do Discurso francesa.

Retomando a repetição em outras regiões do sudeste, essa maneira de nomear através da orientação em línguas estrangeiras já é costumeira, sobretudo, em bairros que consideram o sentido do “nobre” vindo do discurso estrangeiro. Esse procedimento denominativo, portanto, é mostrado por Dick:

[...] a microtoponímia da cidade de São Paulo também acusa denominações que lembram países e antigas cidades europeias, havendo, mesmo, determinados bairros paulistanos, como Jardim Europa, Parque Sevilha, Jardim Dona Sinhá, que trazem, à maneira de uma tônica distintiva, essa característica, a saber, ruas Dinamarca, Áustria, Polônia, [...], entre outras (DICK, 1990b, p. 103).

Desse procedimento se conclui que a nomeação a partir da repetição dessa filiação histórica estrangeira: Jardins e Jardim Europa traz como constitutivo a filiação histórica que mobiliza o sentido de poder que vem do Outro, da língua estrangeira. Sendo assim, a maneira de nomear mais próxima a nós não escapa a essa filiação e determinação histórica do estrangeirismo.

A partir de nomes como: Alameda Alemanha, Alameda Espanha, Alameda França, Alameda Portugal, etc., são ruas localizadas dentro da microrregião Jardim Europa. Nos termos de Guimarães (2005) nos interessa enquanto filiação histórica o efeito de repetição desses nomes em uma região como o Bairro Jardins, reescriturada como Jardim Europa.

O nome Alameda mobiliza a repetição de sentido do naturalismo estrangeiro, ou seja, ruas mais arborizadas com filiação europeia. Esse nome ainda vem com predicação de outros países: Espanha, Alemanha, França, Portugal, etc., como atravessamento do sentido estrangeiro no Brasil. Em contrapartida, por que não, simplesmente, nomear esses lugares como: Alameda Brasil, Alameda Sergipe, Alameda Aracaju, Alameda dos Cajueiros, Alameda dos Papagaios, Alameda das Araras. A resposta está, simplesmente, na importância em construir uma identidade com filiação aos sentidos vindos de outros trópicos.

Certamente, toda essa repetição histórica de nomes estrangeiros recorta uma FD, mobiliza determinados sentidos de segregação dos sujeitos, o sentido de muros simbólicos através da nomeação. Um recorte no real. Pontos de impossível. Porém essa segregação não ocorre apenas por parte de um lado de classe, conseqüentemente, os dois lados constroem suas maneiras de nomear e de serem determinados pela nomeação. Sendo assim, outras FDs entram em jogo.

O processo de repetição histórica dos nomes acaba favorecendo essa tensão entre as regiões e os sujeitos. Isso equivale a dizer que as FIs estão em jogo, ou seja, as posições dos sujeitos. Funciona, então, a relação de forças simbólicas: além da relação entre a posição do sujeito estrangeiro/sujeito brasileiro, entra aí a posição sujeito da zona sul/periferia, classe “dominante”/classe “dominada”, a língua indígena/língua brasileira/língua estrangeira. No sentido de que já existia o Bairro Grageru e, enquanto, reescrituração surge o nome Jardins, conseqüentemente, microrregião Jardim Europa. Tanto, o nome: microrregião Jardim Europa, quanto o nome: Jardins estão significando enquanto filiados historicamente à memória eurocêntrica. Portanto, o embate ideológico com outros sentidos é constitutivo no processo histórico de nomeação.

O nome Jardins tem filiação de sentidos que se repetem sendo determinados pelo sentido dos jardins europeus. O nome da microrregião também tem essa filiação que se repete com sentidos dos jardins europeus, mas está predicado, portanto, determinado por um segundo nome. Trata-se de uma determinação restritiva: Jardim Europa. Não é Jardim América, não é Jardim Ásia, não é Jardim África, não é Jardim Oceania nem Jardim Antártida. Logo, é especificamente Jardim Europa.

O nome Jardim Europa tem como constitutivo o sentido estrangeiro na determinação restritiva a partir do nome “Europa”. A partir disso, o sujeito significa filiado inconscientemente de uma maneira e não de outra. Podemos ver essa filiação, mais próximo a nós, a partir de Dick

(1990b), ela nos mostra que a filiação dos nomes Jardim e Europa vêm de outros países e se repete por várias regiões brasileiras. Ela cita, o Bairro Jardim Europa em São Paulo.

Ainda segundo Dick, em São Paulo, considerando-se a filiação histórica “[...] foram criados, através do planejamento da companhia city, de origem inglesa, os chamados ‘bairros Jardins’, mais precisamente, Jardim América, Jardim Europa, Pacaembu, Alto da Lapa, Alto de Santana e Bairro Siciliano” (DICK, 1990b, p. 58). Por isso, “facilmente perceptível se torna, nos Jardins América e Europa, a característica toponímica envolvendo a transposição de nomes de cidades e países americanos e/ou europeus” (DICK, 1990b, p. 59).

Esse percurso de filiações históricas de sentidos explica porque há filiações históricas determinantes operando nessas nomeações que se repetem determinando ou indeterminando a identidade do sujeito. Este, por sua vez, seria um sujeito dividido entre o sentido brasileiro e o sentido estrangeiro, entre o outro e o grande Outro nas palavras de Lacan (2008).

Como nos mostra Bernardo-Santos no artigo intitulado “Toponímia e razão gráfica: uma concepção de texto para materiais didáticos” (2009). Ele diz que os nomes que se repetem discursivamente e historicamente significam sentido de poder pelas “[...] entradas de outras línguas, sobretudo francês e inglês pela nomeação das edificações em condomínios” (BERNARDO-SANTOS, 2009, p. 6).

É necessário dizer ainda que destacamos essas filiações estrangeiras porque se repetem no processo de nomeação dos condomínios na microrregião Jardim Europa com sentidos de poder. Pois, ao contrário disso, não há sentido de poder nas nomeações a partir da nomeação indígena, nomes regionais ou a partir da maneira naturalista brasileira de nomear. Em relação ao estrangeirismo, o que há é a filiação com a repetição dos nomes estrangeiros, conseqüentemente, do sentido estrangeiro, ou seja, o poder que vem de lá, de outra forma de cultura.

Por isso, é possível entender por que a nomeação de condomínios na microrregião Jardim Europa traz a memória eurocêntrica como predominante em relação de sentidos com a memória do brasileiro. Dito tudo isso, há ainda algumas questões a serem colocadas: porque um bairro em um Estado chamado Sergipe que traz a memória do índio (nome indígena que vem do Cacique Serigy) nomeia, em grande medida, a partir de nomes estrangeiros e antropônimos masculinos da política? Mais especificamente, porque a cidade Aracaju (nome composto por aglutinação) mobiliza o sentido do naturalismo (cidade das Araras, dos cajueiros e dos Cajus), tem um bairro chamado (Jardins) e nomeia a partir de filiações que significam o Outro (a Europa). Certamente, tem-se aí sentidos contraditórios em funcionamento no processo

histórico de nomeação. O que procede significa que saímos dos nomes de condomínios e adentramos em outras regiões no Bairro Jardins. Adentramos, portanto, nas ruas e avenidas, desse bairro, nomeadas a partir de *antropônimos masculinos* da política.

### 3.3 Antropônimos masculinos de políticos: o discurso da colonização

A nomeação a partir de *antropônimos masculinos* de políticos traz a memória da colonização. Isso porque, a nomeação a partir de antropônimos de políticos é um processo histórico que não teve início aqui no Brasil, vem de outros países. Expomos a filiação histórica com a maneira de nomear dos europeus, quando do processo de colonização do Brasil iniciada pelos portugueses. Desse modo, “[...] é justamente quando esquecemos quem disse colonização, quando, onde e porquê, que o sentido de colonização produz seus efeitos” (ORLANDI, 2009, p. 49).

A partir do processo de colonização, “sabe-se que o europeu, aqui chegando, encontrou, já, uma nomenclatura indígena básica [...]” (DICK, 1990b, p. 81). A partir dessa nomenclatura ocorre um longo processo de substituição: nomes portugueses religiosos antepostos aos nomes indígenas ou até mesmo a substituição completa dos nomes nativos por nomes de religiosos portugueses. Diante disso, justifica-se a forte presença da nomeação de lugares pelo Brasil através de antropônimos vindos da religião. Porém no Bairro Jardins não é a religião que predomina na nomeação.

Além disso, ainda temos algo a falar sobre a filiação histórica a partir de Dick (1990b). No sentido de que a nomeação a partir de antropônimos tem filiações bem remotas. No processo histórico de nomeação, a repetição de significantes, ou seja, no movimento e relação de sentidos de uma FD estrangeira com uma FD antroponímica coloca em relação os sentidos históricos remotos.

Já é sabido que essa predominância antroponímica de orientação política de nomear o Bairro Jardins é característica de outros trópicos. A nomeação no Bairro Jardins não passou pelo processo de nomeação indígena para a estrangeira e antroponímica, quando da efetiva fundação do bairro. A maneira antroponímica de nomear já era predominante, mas até se chegar a esse processo antroponímico, Dick (1990b) nos mostra que esse processo de repetição foi de certa maneira lento.

Antropônimos de espanhóis, franceses, holandeses, africanos, etc., porém, os que tem mais destaque são os antropônimos dos portugueses que funcionam no processo de colonização

do Brasil. Essa maneira portuguesa de nomear em relação de força com a maneira indígena começa com o movimento dos nomes transplantados: o antropônimo português religioso mais o topônimo indígena “Santo Antônio de Surubiu, São Francisco de Gurupatuba, Santo Elias do Jaú, etc.” (DICK, 1990b, p. 91).

Essa relação de força transcorreu até que houve a ruptura, o nome indígena foi sendo totalmente substituído por antropônimos de filiação portuguesa, principalmente nomes de religiosos. Toda essa filiação histórica explica porque o Bairro Jardins, e tantos outros bairros de “elite”, tem essa filiação histórica peculiar de nomeação. Logo, um processo de nomeação que não é nosso, mas sim dos europeus, principalmente, dos portugueses.

Aqui não importa os nomes em si, mas o efeito de movimento na repetição dos sentidos históricos não-evidentes. O resultado dessa repetição, é o sentido histórico que predomina no processo de nomeação no Bairro Jardins ao vir de outro lugar, da história de formação do Brasil, principalmente, com o sentido do dominador, do invasor, do colonizador que é constitutivo até hoje. Por isso, é que a nomeação a partir de antropônimos masculinos de políticos traz a memória da colonização.

Nessa mesma direção, a nomeação a partir de antropônimos masculinos de políticos também traz a memória nacional, regional e da democracia. A nomeação histórica a partir de antropônimos masculinos da política é o movimento que repete os sentidos históricos em outra direção. Desse modo, a repetição desses nomes instaura outros discursos. Mas, essa é uma direção em que a repetição de antropônimos está em relação de sentidos com a nomeação em língua estrangeira. Falar da nomeação a partir de antropônimos masculinos de políticos significa tratar do político que, quer dizer, segundo Pêcheux (1997), relações de forças.

Partindo da evidência na superfície linguística é do ponto de vista de Guimarães (2005) que o conjunto de nomes a seguir se apresenta como acontecimento de linguagem memorável, conceito vindo de Lacan (1998). Isso porque Guimarães vêm nos servindo com o aparato teórico de que precisamos em *Semântica do acontecimento*: um estudo enunciativo da designação (2005).

Nessa obra, Guimarães desenvolve um estudo acerca da designação para mostrar como os nomes são rememorados. Por esse motivo, assim como Guimarães, estamos considerando os nomes no mapa, enquanto acontecimento memorável. Segundo Guimarães, os “[...] acontecimentos de nomeação e o mapa em estudo recortam uma história (um passado) [...]. História que opera fortemente na determinação dos enunciados de nomes de ruas” (GUIMARÃES, 2005, p. 56). Logo, no Bairro Jardins o acontecimento de linguagem, do ponto

de vista de Guimarães, recorta um conjunto de nomes como memoráveis que significam o sentido do político, do poder e do econômico.

Sendo assim, é em Guimarães que nos detemos porque surge a ideia do acontecimento de linguagem como repetição histórica de nomes que podem ser rememorados a partir da nomeação de lugar. O acontecimento de linguagem que instaura um nome a partir de uma origem (a fundação de um lugar ou a criação de um bairro) por exemplo.

Segundo Guimarães, os nomes “[...] não têm estrutura de frase. E as relações que organizam estes enunciados no texto são de uma natureza muito diversa daquelas que uma linguística textual desenvolve” (GUIMARÃES, 2005, p. 44). Essa natureza muito diversa é o que Guimarães chama de multiplicidade do memorável na nomeação.

Entendendo o conjunto de nomes a seguir como memoráveis, trata-se da repetição histórica evidente do sentido político em relação a outros sentidos não-evidentes. Pode-se dizer que é a injunção a lembrar determinados nomes que não se pode esquecer e, conseqüentemente, o silenciamento de outros nomes. Vamos às Sequências Discursivas:

- **Orientação de nomes Masculinos (política)**

SD14-*Condomínio Mansão Roberto Constâncio Vieira;*

SD15-*Condomínio Mansão Luciano Barreto Junior;*

SD16-*Condomínio Mansão Jaime Gusmão;*

SD17-*Loteamento Garcia (político);*

SD18-*Parque Governador Augusto Franco;*

SD19-*Rua Flávio Menezes Prado (Político);*

SD20-*Rua Vereador Raul Félix da Silva;*

SD21-*Rua Juiz José Emídio da Costa Sobrinho (Titular da 5ª Vara Criminal);*

SD22-*Rua Desembargador Luiz Pereira de Melo (Direito);*

SD23-*Rua Desembargador Joel Macieira Aguiar (Direito);*

SD24-*Avenida Francisco de Souza Porto (Político);*

SD25-*Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral (Direito);*

SD26-*Avenida Deputado Sílvio Teixeira;*

SD27-*Avenida Deputado Pedro Valadares;*

SD28-*Avenida Presidente Tancredo Neves.*

A nomeação a partir de antropônimos de políticos vai em outra direção porque ela rompe com essa estabilidade homogênea ao acrescentar outros discursos na nomeação do Bairro Jardins. Apesar dessa repetição ir em uma direção heterogênea é preciso não se perder no “resto” e saber que o logicamente estabilizado e o não logicamente estabilizado andam lado a lado, assim como idealismo e o materialismo, o objetivismo e o subjetivismo, o empirismo e o racionalismo. O importante disso tudo é escolher um lado sem subestimar o outro.

Com efeito, é a partir da instabilidade da nomeação pela relação de sentidos que a identidade do sujeito se torna indeterminada. Observa-se que há aí nesse conjunto de nomes a

determinação do sujeito por uma identidade filiada à memória nacional e regional, percebe-se que há uma tentativa de fechamento do real. Digamos logo: trata-se do discurso político em funcionamento instaurado pela nomeação a partir de antropônimos masculinos, ou melhor, nomes de políticos como nomes de lugar.

Atualmente, o processo histórico de nomeação no Bairro Jardins a partir da repetição dos sentidos se restringe a nomes de figuras ilustres da política nacional (SD28) e a maioria da política regional (SD14 à SD27). Em relação aos nomes da política regional:

[...] nascem esses denominativos como topônimos meramente locais, refletindo dados e pessoas desconhecidas, em geral, do grande público, apesar de terem realizado feitos de realce em seu meio, o que lhes deu ‘condição toponímica’ propriamente dita para serem rememorados, de uma forma ou de outra. Continuam, porém, sendo elementos despersonalizados para a maioria da população (DICK, 1990b, p. 107).

É pela repetição que o desconhecimento da nomeação pelo nome próprio de lugar funciona em contrapartida a outras maneiras de nomear, ou seja, os nomes no Bairro Jardins não abrem espaço para sentidos facilmente identificáveis: motivacionais, físicos ou geográficos. Atualmente, o Bairro Jardins mantém em relação de forças as nomeações de tradição indígena: nomes como Grageru, Poxim e Tramandaí são os poucos casos que ainda resistem nessa região mais “nobre” da cidade. A permanência dos sentidos pela nomeação indígena vai desaparecendo. Isso faz com que a memória que existe ou existiu da maneira “selvagem” de nomear seja exterminada, apagada ou silenciada pelos antropônimos de políticos.

Note-se, é preciso intervir para dizer que a nomeação indígena não tem filiação com os sentidos de poder. Se houvesse predominância dessa maneira de nomear que leva em consideração o aspecto nativo do índio, “[...] produziria sentidos em outra direção, de acordo com outra memória, significando outra posição dos sujeitos etc.” (ORLANDI, 2009, p. 84).

Por isso, atualmente, em contrapartida aos poucos nomes indígenas que ainda existem no Bairro Jardins, os antropônimos são usados para nomear pelo fato de mobilizarem o sentido de poder. O poder que emana do sentido político a partir de cada nome que determina o sujeito historicamente. Dessa maneira, “como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares [...]” (ORLANDI, 2009, p. 39-40).

A repetição de antropônimos, pois, faz com que esse poder seja historicamente legitimado através das estruturas sociais (o Estado, as leis, a política e a história). É essa repetição histórica que faz com que esses nomes signifiquem o sentido de poder. Diante disso,

com tudo, compreende-se que o sujeito da nomeação é, fortemente, determinado por esse sentido que vem da anterioridade e exterioridade histórica enquanto interdiscurso.

Os nomes de políticos se filiam ao sentido do político o que os caracteriza com sentidos de classe dominante, diferenciada economicamente da classe dominada. Nesse sentido, compreendemos que o que nos ajuda a entender tudo isso é a compreensão da memória. Como já mencionado por Pêcheux, que não se trata de uma questão fisiológica, biológica, física, química ou individual. A memória e a história são constitutivas da nomeação.

Sem a memória e a história na nomeação, o sujeito não seria determinado por redes de filiações históricas. Isso porque para que um nome signifique discursivamente, os sentidos de poder devem estar inscritos na memória e na história. A partir da nomeação presente na região do Bairro Jardins, percebe-se que o sentido histórico antroponímico é determinado como “[...] alguma coisa mais forte – que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos [...]” (ORLANDI, 2009, p. 32).

Como afirma Orlandi (2009) que o sentido histórico ao determinar a nomeação antroponímica não significa segundo sua vontade íntima, emocional e imediata. Se a autora diz em sua obra que “o dizer tem história”, aqui podemos parafraseá-la dizendo que a nomeação no Bairro Jardins tem história. Esta é, de fato, uma história do sentido de poder político local e nacional.

Portanto, isso nos filia, ainda hoje, ao sentido do invasor, ao sentido do dominador, do colonizador, ou melhor, a força e o poder que o Estado, as leis e a prática política têm com suas estruturas socioeconomicamente hierarquizadas. Os antropônimos de políticos, portanto, “são, por assim dizer, verdadeiros registros do cotidiano, manifestado nas atitudes e posturas sociais que, em certas circunstâncias, a não ser através deles, escaparia às gerações futuras” (DICK, 1990b, p. 178). Vê-se, aí, a importância da repetição dos sentidos em filiações históricas como constitutivos da nomeação.

É preciso ressaltar que estamos tratando a nomeação no Bairro Jardins a partir de nomes de políticos:

[...] como um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua [...] vou considerar a questão do político na linguagem [...]. isto quer dizer que para mim enunciar é uma prática política [...]. tanto a noção de político, que vou fazer operar aqui, quanto minha concepção de sentido são pensadas historicamente e não como uma ação particular numa situação particular (GUIMARÃES, 2005, p. 8).

Como vem sendo dito acerca da repetição que vai em outra direção, o acontecimento aqui é resultado dessa repetição de nomes e de sentidos. A partir dessa colocação de Guimarães

é perceptível como a abordagem a seguir coaduna com a noção de repetição enquanto acontecimento memorável que instaura outros nomes.

Nestes nomes, como em outros, vamos encontrar nomeações que se formam a partir da combinação de dois tipos de nomes: os nomes e os sobrenomes [...]. Além disso, temos nomes de uma terceira classe como Júnior e Filho [...]. Há que se considerar aqui que nome e sobrenome podem ter uma relação de determinação interna através de um procedimento de aposição de um nome ou sobrenome ao outro (GUIMARÃES, 2005, p. 34).

É possível observar como evidentes alguns desses nomes e sobrenomes mencionados por Guimarães no conjunto de antropônimos. É o caso do sobrenome sobrinho na (SD21) e Júnior na (SD15). Segundo Guimarães, os nomes próprios de pessoas também são determinados por uma titulação. Portanto, os nomes próprios de lugar “[...] já mostram uma diferença do funcionamento dos nomes de ruas relativamente a outros nomes próprios como os nomes próprios de pessoas [...]” (GUIMARÃES, 2005, p. 46). É por isso que a repetição de sentido do político vai em outra direção para além da nomeação estrangeira.

Para comprovação da titulação dos nomes, vamos considerar os Projetos de Lei. Do ponto de vista desses Projetos, trata-se, portanto, de analisar a historicidade dos nomes de políticos considerando-se a justificativa, o currículo ou a biografia que compõem o (PL). Logo, o PL serve basicamente para determinar a predicação política de cada nome de maneira evidente.

Para determinarmos essa predicação que está operando nessa nomeação destacamos os nomes que significam a titulação política dos antropônimos: (SD17, SD18, SD19 – Governador), (SD20 – Vereador), (SD25 – Ministro), (SD26 e SD27 – Deputado), (SD28 – Presidente), (SD22 e SD23 – Desembargador), (SD21 - Juiz). Essa predicação é o que determina o cargo que cada um desempenhou do ponto de vista pragmático. Do ponto de vista de Guimarães, trata-se de uma determinação interna, ou seja, na própria materialidade linguística.

Para os nomes que não existem tal predicação buscamos descobrir a titulação ainda a partir dos Projetos de Lei é o caso das Sequências Discursivas (SD17, SD19 e SD24 - políticos). Segundo Guimarães, esse “[...] é o caso dos nomes próprios de pessoas determinados por uma titulação” (GUIMARÃES, 2005, p. 48). Os nomes que não aparecem titulação foram incluídos nessa categoria de políticos.

Diante disso, é possível observar a repetição dos nomes separados em SDs, considerando-se o acontecimento de linguagem memorável. Por isso, trata-se da predominância do sentido político operando na evidência da materialidade linguística, ou seja, na nomeação

no Bairro Jardins. Com isso, podemos observar que além do Estado, das leis, da ideologia, do inconsciente e da historicidade, atualmente, é o sentido do poder político que também determina a identidade do sujeito, não só em nível institucional como também o sujeito determinado na própria nomeação.

Em termos morfossintáticos evidentes, a maioria dos nomes não têm preposição, artigo ou conjunção. São nomes que em sua evidência somente fazem referência a uma pessoa. Portanto, os nomes de lugar que estamos analisando não tem estrutura de frase no sentido imanente do termo. Tudo isso, é visto apenas no nível da superfície linguística (materialidade linguística), ou seja, a partir da nomeação no Bairro Jardins que se encontra materializada através da escrita nos mapas, no site e nos projetos de lei. Mas que tem também a sua materialidade específica de base: a língua e a história.

Nesse sentido, Guimarães afirma que os nomes de lugar a partir de antropônimos são, em certa medida, nomeações a partir de outra nomeação. É preciso ver isso mais de perto a partir do conjunto dos nomes que são o resultado de nomeações a partir de antropônimos de políticos (sentido político) que estão em relação de força com o sentido indígena, o sentido estrangeiro, o sentido naturalista e o sentido feminino. Considera-se o conjunto de antropônimos um acontecimento de linguagem memorável no processo histórico de nomeação no Bairro Jardins.

Todos os antropônimos significam o recorte de regiões de sentidos, ou seja, FDs específicas. Já que o sujeito é determinado por regiões do interdiscurso, a FD não pode ser homogênea. Pois, esses antropônimos são instaurados como acontecimento de linguagem que estão em relação de sentidos com a nomeação em língua estrangeira (outra região de sentidos da SD1 à SD13). Além disso, tem-se aí também a relação de sentidos entre nomes de condomínios como antropônimos (SD14 à 16), nomes de ruas (SD19 à SD23) e avenidas (SD24 à SD28). Além do Loteamento (SD17) e o Parque (SD18). Nesse conjunto, as FDs são heterogêneas, ou seja, atravessadas por outras FDs a partir do interdiscurso.

A partir desse ponto começa o jogo entre a evidência e a não-evidência. Em relação ao nome *Condomínio Mansão Roberto Constâncio Vieira* a repetição começa com o nome Roberto Constâncio Vieira Filho (uma maneira de immortalizar o nome repetindo o nome do pai no filho). Tem-se ainda a repetição desse nome na empresa de “Tecidos Constâncio Vieira” localizada em Estância/SE. Nos termos de Guimarães (2005) esse nome é rememorado porque mobiliza o sentido familiar, empresarial e poder econômico. Trata-se também do movimento dos nomes

em reescrituras pela cidade. É o caso da nomeação do Ginásio de Esportes Constâncio Vieira.

Há também a repetição do nome *Condomínio Mansão Luciano Barreto Junior* em frente ao Parque da Sementeira, atual Parque Governador Augusto Franco. Esta nomeação também é resultado do nome do pai, Luciano Barreto, no filho. Nomeia o condomínio localizado na avenida Oviêdo Teixeira no Jardim Europa. Esse nome aparece pela cidade em reescrituras ao nomear o Instituto Luciano Barreto Júnior (ILBJ), localizado na avenida Barão de Maruim e uma praça na região do Bairro Jardins.

O nome *Condomínio Mansão Jaime Gusmão*, trata-se do nome de um condomínio localizado na avenida Oviêdo Teixeira construído pela Construtora Santa Maria no Jardim Europa. *Condomínio Mansão Margarida Diniz Franco* está localizado na avenida Oviêdo Teixeira - Jardim Europa foi construído pela (FFB construções). Construtora fundada pelo sr. Francisco Franco Barreto. Esse nome está predicado com o sobrenome da família Franco o que caracteriza essa nomeação filiada ao sentido do político, mas também ao sentido da família ou ainda o sentido naturalista do Jardim pelo nome “Margarida”. Os antropônimos que nomeiam os condomínios são nomes de particulares pertencentes a “elite” econômica regional de Sergipe. Essa maneira de nomear leva em consideração, além do sentido familiar e político, também o sentido de poder econômico regional.

O nome *Loteamento Garcia* se repete com filiação ao nome Garcia d’ Ávila que mobiliza o início de colonização de Sergipe: sobre a história de Sergipe podemos citar Felisbello Freire (1891). Na obra *História de Sergipe (1575-1855)*. Freire apresenta algumas *cartas de sesmarias* traduzidas, entre elas há uma carta datada de 10 de Junho de 1596 com o sobrenome Garcia (Carta de João Garcia) (FREIRE, 1891, p. 358). O autor afirma que Garcia d’ Ávila foi um “[...] rico fazendeiro do recôncavo da Bahia, a exploração, o qual funda, a três léguas da barra do rio Real, uma povoação [...]” (FREIRE, 1891, p. 14).

Está aí o sentido político regional desse nome, no sentido de que as práticas de ocupação e nomeação das terras sergipanas é uma prática política. Em relação ao movimento histórico do nome em reescrituras pela cidade, tem-se o Condomínio Portal do Garcia, o Bairro Garcia e o condomínio Garcia Prime. Sobre o nome *Parque Governador Augusto Franco*, tem-se o artigo publicado na revista nº 33 do *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* (IHGS). O historiador Araújo mostra que “o mais antigo membro da família Franco de Sergipe, atestado em documentos antigos foi João Gonçalves Franco [...] apareceu na relação de rendimento do açúcar que fizeram os engenhos no ano de 1754 para 1755 [...]” (ARAÚJO, 2002, p. 72).

Atualmente o sobrenome Franco significa o sentido da “elite” sergipana que faz parte do sentido político. Sobre a reescrituração pela cidade, o nome Albano Franco é o topônimo que sobrepõe o nome parque da sementeira. Num sentido de reescrituração. Nesse sentido, a nomeação naturalista decorrente das condições naturais, físicas, geográficas e indígena da área como um todo é sobreposto pelo sentido político.

Essa é uma sobreposição realizada com o intuito de apagar os sentidos da nomeação naturalista (sementeira de coqueiros, cajueiros, etc.) e a consequente imposição do topônimo antroponímico (Augusto Franco). É o sentido político em relação de força que silencia o sentido naturalista. Pois, essa sobreposição de um nome por outro não é feita de forma ingênua, há sentidos históricos em funcionamento nesse processo. De silenciamento e sobreposição, por um lado, por outro de imposição e legitimação dos sentidos vindos do nome próprio. Principalmente antropônimos de políticos influentes da “elite” sergipana.

O nome Augusto Franco também funciona em reescrituração histórica pela cidade: Avenida Augusto Franco, Conjunto Augusto Franco, Bairro Augusto Franco, Mercado Augusto Franco, Posto de saúde Augusto Franco. Esse movimento de repetição de nomes põe em evidência a importância e influência do discurso político que significa de uma maneira e não de outra na ordem do simbólico.

A partir desse nome *Rua Flávio Menezes Prado* há de se fazer uma ressalva acerca do que Guimarães (2005) propõe enquanto análise morfossintática com determinação interna no próprio nome. Trata-se da consoante (z) em Menezes. O que Guimarães está querendo dizer é que a importância do sobrenome ser grafado com (s), como em Meneses significa de outra maneira. Determina o nome de maneira interna com filiação específica. Ambas as maneiras de grafar o nome significam de maneira diferente para cada nome.

O nome *Rua Vereador Raul Félix da Silva* denomina a antiga Alameda “J”. O nome *Rua Juiz José Emídio da Costa Sobrinho* denomina a antiga rua “M” localizada no loteamento Tramandaí. Considera-se a predicação de Juiz como orientação política. Tem-se o exemplo de um caso recente: em relação ao Juiz Sérgio Moro que, logo após o impeachment da Presidenta Dilma, condenou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à prisão (a era do lulismo que faz alusão a era histórica dos “ismos” - stalinismo, marxismo e leninismo).

Essa condenação ocorreu antes do Juiz tornar-se um político, ou seja, um ministro da justiça em 2019 no mandato do então Presidente Jair Messias Bolsonaro. Mas, isso não vem ao caso, o importante aqui é sabermos que as posições *empíricas* que os indivíduos ocupam são

substituíveis ou podem mudar, apesar de não ser o foco, isso conta é contado no processo de nomeação. Logo, a posição discursiva do sujeito na nomeação também pode ser variável.

*Rua Desembargador Luiz Pereira de Melo* é o nome que denomina a rua situada entre a praça Luciano Barreto Júnior e a rua Seabra Batista. O nome *Rua Desembargador Joel Macieira Aguiar* denomina a antiga rua “N” no Loteamento Tramandaí. *Avenida Francisco de Souza Porto* trata-se de um nome que tem 3 Projetos de Lei consequência de reescrituras: o primeiro denomina o trecho entre a avenida Barão de Maruim e a rua Arauá, antiga Simão Dias (PL-64/1966). O segundo, denomina a atual avenida Saneamento com início na avenida Acrísio Cruz e termina na Praça Tramandaí (PL-59/1971). O terceiro, nomeia também a continuação da avenida do mesmo nome, a começar pela avenida Acrísio Cruz até o Largo Pedro Diniz Gonçalves que divide as avenidas Hermes Fontes e Adélia Franco no Bairro Salgado Filho.

Em termos morfossintáticos evidentes não deixam de ter importância no nome *Avenida Francisco de Souza Porto* certas características determinativas na materialidade linguística do nome. Guimarães (2005) põe em nota ao “[...] observar como a ortografia, Souza e Sousa, por exemplo, faz parte destes mecanismos determinativos e identificadores” (GUIMARÃES, 2005, p. 34). Outra característica a se destacar é o fato do nome ser reduzido para Francisco Porto ao nomear. Tem-se aí a retirada do sobrenome (Souza) que vem determinado pela preposição (de).

Isso também ocorre no nome *Condomínio Mansão Jaime Gusmão* com o sobrenome Jaime (James), no nome *Condomínio Mansão Margarida Diniz Franco* com o sobrenome Diniz (Dinis) e no nome *Rua Flávio Menezes Prado* com o sobrenome Menezes (Meneses). Nesses casos, a determinação interna é constitutiva da nomeação.

*Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral* trata-se da denominação que compreende o trecho localizado em frente ao *Shopping Jardins*. Esse trecho está entre a *Avenida Iolanda Pinto de Jesus* e a *Avenida Pedro Valadares* a partir da Rótula que liga a *Avenida deputado Sílvio Teixeira* e a *Avenida Santos Santana*. É o trecho que vai da *Avenida Francisco Porto* até a *Avenida Tancredo Neves*. Trata-se da colocação correta das avenidas no projeto original, incluindo a avenida Santos Santana (PL-169/1992).

O nome *Deputado Sílvio Teixeira* trata-se da avenida que cruza as avenidas Pedro Valadares e a avenida Ministro Barreto Sobral. Essa avenida, pois, vai da avenida Beira Mar à avenida Hermes Fontes. Sendo assim, ela cruza um importante trecho no Bairro Jardins. Nome filiado à família dos Teixeira que se movimenta pela cidade em reescrituras.

O nome *Avenida Deputado Pedro Valadares*: devemos nos atentar ao fato de que existe um Pedro Valadares Filho enquanto repetição histórica do nome. Provavelmente, essa

nomeação é resultante das nomeações anteriores à lei que obriga e autoriza somente PL com a certidão de óbito anexado. É preciso ressaltar que esse nome já fazia parte da nomeação no Bairro Jardins mesmo antes da morte do político. Atualmente, a lei de nº 916/1983 barra esse processo de nomeação de lugar com nomes de pessoas vivas. Assim como ocorre com a lei de nº 915/1983 que proíbe a substituição da nomeação aprovada por lei ou pela sabedoria popular.

Dito tudo isso, é preciso ressaltar que as análises que vêm sendo realizadas até agora dizem respeito a duas posições do sujeito. Primeiro a posição de políticos que fazem parte da história política regional. Por um lado, essa política regional instaura uma identidade política memorável a partir da história regional dessas nomeações. Trata-se do sentido do poder regional em funcionamento enquanto sentido que é historicamente rememorado. Isso se dá a partir de nomeações que significam o poder da política regional.

Por outro lado, tem-se a determinação da posição do sujeito também em relação à identidade política memorável a partir da história nacional em funcionamento na nomeação. Trata-se do sentido nacional enquanto memorável histórico. Isso se dá a partir do nome *Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves* (SD28) que significa o poder da política nacional.

É preciso nos atentarmos ao fato de que no nome que apresenta um memorável nacional *Avenida Presidente Tancredo Neves* não aparece o sobrenome (de Almeida) que vem com a preposição (de), ambos determinando o nome Tancredo. Trata-se do sentido nacional com sentido de nomeação primeira, em contrapartida à nomeação secundária com sentido regional. Logo, há alguns nomes que são sempre usados em nomeações e renomeações em Estados e cidades para a construção de uma identidade nacional.

Em contrapartida ao sentido regional, o nome *Avenida Presidente Tancredo Neves* é um “[...] memorável da nacionalidade inclui [...] os personagens que fazem a história do Brasil [...]” (GUIMARÃES, 2005, p. 53). Além de Guimarães, para falar desse memorável de nacionalidade vamos recorrer também a Dick (1990b) que tem ajudado bastante nessas análises. Dick nos mostra como se dá a repetição histórica de sentidos a partir da substituição ou reescrituração de nomes já existentes pelo nome do Presidente Tancredo Neves.

Trata-se de um fato interessante colocado por essa autora acerca desse antropônimo: a maneira como a memória é materializada e eternizada pela nomeação após um acontecimento *empírico*: o falecimento do Presidente Tancredo Neves.

“Assim foi que, de pronto, prefeitos, vereadores, deputados, não apenas de São Paulo, mas de outros Estados, enviaram mensagens e apresentaram projetos às suas Casas de Leis, no sentido de se dar o nome do Dr. Tancredo Neves ou a logradouros já nomeados [...] ou em fase de implantação [...] a explicitação Mártir da democracia [...]. Das propostas enviadas [...] em São Paulo surgiu a iniciativa de se alterar a

denominação da rodovia Trans brasileira, a BR-153 que, com seus 3.555 km de extensão, corta o país de norte a sul, para Tancredo Neves, identificando-se, nesse propósito, a função interligada do caminho, unindo pontos extremos do território, com a função intelectual e política exercida pelo homem que pretendia reorganizar a Nação, em termos de comportamento patriótico e de ideais cívicos (DICK, 1990b, p. 203-204).

A partir dessa colocação temos, então, alguns efeitos em funcionamento. Primeiro, substituir o nome de logradouros já nomeados ou em fase de implantação pelo nome Presidente Tancredo Neves. Segundo, trata-se da repetição desse nome na maioria dos Estados brasileiros como nomeação primeira ou renomeação, principalmente, nomeando a principal avenida do Estado (Sergipe, Bahia, Belo Horizonte, etc).

Do ponto de vista de Guimarães (2005) é dessa maneira que se dá o movimento de repetição histórica entre os Estados através desse nome. Em Sergipe, mais especificamente, próximo ao Bairro Jardins ocorreu a substituição do nome de uma das principais avenidas do Estado. Vamos observar como esse processo se deu e qual foi a ruptura de sentido que essa substituição exerceu em relação a outro nome já existente em Aracaju.

Pois, a materialização do nome Tancredo Neves, falecido em 1985, substitui o nome de uma avenida em Aracaju e rompe com a nomeação em voga. Observa-se, então, a repetição histórica dos sentidos que se constituem no nome, sob o ponto de vista de Lacan (2008). Essa materialização rompe e substitui, portanto, a nomeação da avenida 31 de março que mobiliza os sentidos da ditadura militar ao mobilizar o sentido do golpe militar encerrando, dessa maneira, o governo de João Goulart (Jango). Aqui em Sergipe podemos encontrar a repetição desse nome para o Loteamento 31 de março no Bairro Ponto Novo. Em contrapartida, a substituição pelo nome Tancredo Neves traz a memória da democracia ao mobilizar o sentido de “Consolidação da Nova República”.

Pode-se observar que se tem aí nesse processo de substituição a relação de forças entre duas posições dos sujeitos. A posição do sujeito que repete sentidos ditatoriais, do golpe militar (ditadura) e a posição do sujeito que mobiliza o sentido do início da Nova República (democracia). Isso tudo significa e importa no processo histórico de nomeação enquanto ruptura de um sentido por outro.

Num sentido mais geral, em relação às FIs em jogo os sujeitos ainda assumem mais duas posições: da (SD14 à SD16) são nomes que significam o sentido do poder econômico privado que está em relação de sentidos com o sentido do poder econômico público da (SD17 à SD28). Significa a relação de aliança entre a posição do público e a posição do privado. Diferentemente dos nomes de logradouros públicos, avenidas e ruas o condomínio tem como proprietário o

empresário particular. Sendo assim, o sujeito não precisa estar morto para emprestar o seu nome ao condomínio, diferentemente, do exigido pela instituição pública.

Toda essa filiação histórica, de diferentes memórias e sentidos, nos é dada de maneira evidente, transparente. Mas foi preciso ver aí também a opacidade, a não-evidência, o não-dito do interdiscurso. Este, por sua vez, é o conceito que determina todo o funcionamento na estrutura do simbólico. Ou seja, a partir da língua consegue-se mobilizar a história, o sentido do Outro e o sentido antroponímico que indetermina o sujeito da nomeação toponímica. Por isso, a nomeação histórica a partir de antropônimos masculinos de políticos repete efeitos de sentido em outra direção instaurando os sentidos históricos dominantes. Porém, é preciso intervir para dizer que todos esses discursos dominantes produzem também o *silenciamento* de outros sentidos históricos.

### **3.4 Antropônimos femininos: discurso do patriarcalismo e do colonialismo**

Com a nomeação a partir do discurso estrangeiro e do discurso antroponímico no Bairro Jardins há o *silenciamento* de outros sentidos. A partir desse processo denominativo é preciso compreender, então, que a nomeação a partir de antropônimos femininos traz a memória do patriarcalismo e do colonialismo. Nenhuma nomeação é inocente, ou melhor, transparente como afirma Orlandi (2009). Ao mesmo tempo que ela instaura sentidos também silencia. Nesse caso, silencia a nomeação a partir de antropônimos femininos. O silenciamento de outros discursos na nomeação do Bairro Jardins se dá a partir dos sentidos históricos predominantes. Nesse sentido, o silenciamento é o resultado do processo histórico de nomeação que considera o predomínio do discurso estrangeiro e do discurso antroponímico da política. Esses sentidos, que tem o predomínio no processo histórico de nomeação, significam em contrapartida a outros sentidos que significam nas margens.

Desse modo, se torna complexa a entrada no processo histórico de nomeação no Bairro Jardins, esses sentidos que significam nas margens: o sentido do negro, do favelado, da periferia, da comunidade, do cigano, da classe baixa, do operário, do índio, da mulher, etc. Logo, a entrada das minorias na luta de classe simbólica que ocorre na nomeação é silenciada.

Mais especificamente, o silenciamento pelos sentidos predominantes na nomeação do Bairro Jardins, além do silenciamento do índio, ocorre também sobre o sentido do sujeito mulher. Trata-se, para além da dualidade tipológica pragmática entre os gêneros (masculino x feminino). Logo, trata-se da entrada do sujeito mulher na luta de classes simbólica que se

constitui no processo histórico de nomeação no Bairro Jardins. O silenciamento desse sujeito se constitui na própria nomeação.

É preciso intervir para dizer que o conjunto de nomes a seguir, enquanto acontecimento de linguagem memorável, nos dá a medida do efeito histórico de silenciamento pela nomeação predominante. Vamos às sequências discursivas

- **Orientação feminina**

SD29-*Condomínio Mansão Margarida Diniz Franco*;  
 SD30-*rua Cândida Alves de Carvalho*;  
 SD31-*rua Vera Cristina Barbosa de Bezerra*;  
 SD32-*rua Cherobina de Carvalho Pinto*;  
 SD33-*rua Analice Oliveira Sá*;  
 SD34-*rua Sara Schuster*;  
 SD35-*rua Maria Eurides Almeida Souza*;  
 SD36-*rua Venúzia de Carvalho Rodrigues*;  
 SD37-*Avenida Iolanda Pinto de Jesus*;  
 SD38-*Avenida Maria Celi Prado de Oliveira*.

De um lado, o predomínio do sentido estrangeiro e do sentido político recorta determinadas regiões de sentidos do interdiscurso, vale dizer, duas FDs que instauram o silenciamento. De outro lado, apesar de não serem predominantes os nomes de mulheres resistem e são constitutivos do processo histórico de nomeação no Bairro Jardins. Sendo assim, eles recortam outra região de sentidos, isto é, outra FD do gênero feminino (mulher) que não significa o sentido de poder, mas está em confronto histórico ou subordinação, sobretudo, com a FD dominante do gênero masculino (homem).

Para o sujeito mulher que se constitui na nomeação, a entrada na luta de classes simbólica não acontece em termos de igualdades, muito menos de predominância como pode ser visto nos poucos antropônimos femininos que aparecem como nomeação no Bairro Jardins. É preciso ver agora de que maneira ocorre esse silenciamento histórico do sujeito mulher determinado por essas regiões de sentidos? Algumas definições desses nomes estão postas como evidentes. Logo, não há nenhuma relação à titulação como cargo de liderança na política ou em importantes instituições públicas e privadas.

É interessante observar como o silenciamento ocorre também pelas definições genéricas no caso da SD30 que trata-se da Esposa do político Walter Carvalho (PL-68/2015), no caso da SD31 “cidadã de destaque na vida aracaçuana” - profissão: fiscal de tributos (PL-239/2013), no caso da SD 32 e suas “prendas domésticas”<sup>20</sup> (PL-25/1992), no caso da SD36 que tem a

---

<sup>20</sup> De onde vem a ideia de “mulher prenodada”. Aquela que executa atividades domésticas e artesanato, tais como costura, crochê, tradição na feitura de bolos, doces, etc., com determinada habilidade.

nomeação com o intuito de gravar o honrado nome (PL-71/2015); no caso da SD37 “mulher trabalhadora e mãe exemplar” (PL-90/2003). E no caso da SD38 apenas faz referência à conclusão do segundo grau (PL-56/1987).

Nessa direção, o silenciamento<sup>21</sup> segue seu curso, o leitor deve se atentar para o fato de que somente dois dos nomes citados *Avenida Iolanda Pinto de Jesus* e *Avenida Maria Celi Prado de Oliveira* denominam avenidas. Em relação a este último, ele mantém relação de sentido com o antropônimo masculino predominante, trata-se da esposa de Luciano Barreto (fundador da construtora CELI) e mãe de Luciano Barreto Júnior.

Temos aí o sentido empresarial e familiar em funcionamento. Mas também a relação de forças entre o patriarcalismo e o matriarcalismo. Pois, isso importa e significa em relação aos outros nomes que nomeiam ruas (SD30 à SD36) ou nome de *Condomínio Mansão Margarida Diniz Franco*. Este nome, por sua vez, tem relação de sentido com a família Franco onde aparece definido também como sentido político e como sentido familiar. Isso importa e significa em relação de força aos discursos predominantes. É preciso dizer que não existem apenas nomes com sentidos genéricos, há também dois nomes com profissões que requerem alto grau de importância por seu caráter acadêmico. Trata-se da SD29 com a profissão de médica, e a SD34 formada em engenharia agrônoma (PL-39/1992). Apesar do sentido acadêmico, do conhecimento e do saber a quantidade de nomes femininos que nomeiam regiões no Bairro Jardins significa o sentido do silenciamento.

Esse silenciamento também ocorre na reprodução do sentido histórico que repete FDs anteriores e que já não condizem com os sentidos do real do sujeito mulher na atualidade. Sendo assim, esse silenciamento ocorre porque a predominância de antropônimos masculinos não causa o efeito de estranhamento. Porém, se a predominância fosse de antropônimos femininos o estranhamento seria constitutivo.

Esse silenciamento filia-se, então, à memória do colonialismo e do patriarcalismo, período em que as mulheres eram impedidas pelos homens de se envolverem em questões políticas, eram impedidas até de exercerem o voto. Tem-se aí, então, nesse período a relação de forças entre o colonialismo/patriarcalismo com o matriarcalismo. É a esse período que através da memória e do inconsciente que o silenciamento do sujeito mulher está filiado historicamente. Nesse caso, dificilmente terá o movimento de repetição desses antropônimos femininos como

---

<sup>21</sup> Segundo Orlandi (2007) silenciamento não é a mesma coisa que silêncio. Respectivamente, o primeiro significa: por em silêncio, já o segundo instaura sentidos, ou seja, reproduz discursos. Sobre essa questão ver a obra *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (2007).

reescrituração de outros lugares ou a substituição de nomes. Sobre isso, Guimarães tem um caso exemplar.

Um caso especial aqui é o de Baronesa Geraldo de Resende como nome de rua. Esta nomeação traz a enunciação de alguém como Baronesa Geraldo de Resende, mas isto é o apagamento da nomeação específica de uma mulher para assumir uma titulação que lhe vem pelo nome do marido. [...] traz o silenciamento da nomeação da mulher que se casou com Geraldo de Resende” (GUIMARÃES, 2005, p. 48).

Em relação ao que está posto por Guimarães temos um caso parecido na nomeação do Bairro Jardins. Trata-se do nome *Condomínio Mansão Margarida Diniz Franco e rua Cândida Alves de Carvalho*, esta como esposa do radialista sergipano Walter Carvalho. Para problematizar ainda mais essa questão suponhamos que o nome da Baronesa fosse *Gertrude Stein* e que esse nome fosse emprestado para predicar o nome do Barão enquanto nome de lugar. Dessa maneira, o nome da mulher mobiliza o silenciamento da nomeação do homem que se casou com a Baronesa.

Desse modo, teríamos rua Barão de *Gertrude Stein*. Porque, essa troca causa estranhamento? Outra maneira que ocorre o silenciamento é que, dificilmente, vê-se um monumento, um retrato na parede, ou um *busto de mulher com chapéu com flores* que significa o sujeito mulher, isso também ocorre na nomeação. O silenciamento é constitutivo.

Esse silenciamento, pois, é determinado pelo sentido “[...] que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, [...]” (ORLANDI, 2009, p. 32). Nesse sentido, podemos dizer que “todos esses sentidos já-ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre [...]” (ORLANDI, 2009, p. 31) os sujeitos que compõem a forma da sociedade atual.

Tudo isso, também se apresenta em FIs, ou seja, pelas posições dos sujeitos que se põem em relação de forças, onde ocorre o confronto ideológico, mas também a dominação e a subordinação. Percebe-se que há nessas posições dos sujeitos relações de forças em funcionamento: a posição do sujeito masculino em relação de confronto e dominação com a posição do sujeito feminino, sobretudo, no que diz respeito à determinação a partir do sobrenome.

O intuito de problematizar a maneira como ocorre o silenciamento histórico do sujeito mulher pela nomeação, não é para definir o poder que cada classe detém e sim demonstrar como esse poder é exercido na opacidade da nomeação por uma das partes dessa tipologia (masculino). Trata-se do discurso dominante em funcionamento. Porém, uma questão não deve

passar impune aqui: e se a nomeação no Bairro Jardins fosse, predominantemente, a partir de antropônimos femininos? A análise com certeza caminhará em outra direção.

Caso recente de silenciamento do sujeito mulher ocorreu com a ex-presidente Dilma Rousseff a partir do seu impeachment e, conseqüentemente, o silenciamento do sentido de sujeito mulher/líder. Sempre esteve ao lado dela a figura masculina de Michel Temer “à espreita” para fazer operar esse silenciamento. Isso ocorreu enquanto sujeitos *empíricos*.

Em relação ao sujeito que se constitui na nomeação isso não ocorre de modo diferente. O silenciamento de filiações históricas específicas e do sujeito feminino é também constitutivo da nomeação. Nesse sentido, será que teremos nomeações com o nome da Presidenta Dilma nomeando bairros, avenidas, ruas, etc., por todo o Brasil ou que seja em alguns Estados, nomeando repetindo ou substituindo nomes em filiações e reescrituras? Assim como o nome do Presidente Tancredo Neves. Teremos nomes de mulheres “ilustres” sergipanas que deram significativa contribuição ao Estado de Sergipe?

O que significa, então, esse processo histórico de nomeação que repete o antropônimo feminino no silenciamento? Significa um processo histórico de desconstrução dos sentidos de sujeito-mulher/líder no processo de nomeação no Bairro Jardins. Nesse processo histórico é constitutivo uma histórica e eterna luta de classes simbólica, muito mais ampla (Marx, Lênin, Engels, Althusser, Foucault, Pêcheux, entre outros) do que podemos imaginar.

O processo de nomeação, no geral, não ocorre indiferente à determinação discursiva e histórica, muito menos à memória, ao inconsciente e à história (RANCIÈRE, 1994). Principalmente, o processo que silencia o discurso do sujeito mulher/líder repetindo o sentido do sujeito mulher-submissa, logo um retorno ao “bom sujeito” (PÊCHEUX, 1997). Significa, ainda, os sentidos de doméstica, recatada, dona de casa, do lar e mais, atualmente, no século XXI, secretária do lar. Esta análise, portanto, mostra que existem sentidos de silenciamento e submissão histórica apagando os sentidos de liderança exercida pela mulher. Logo, esse processo histórico de nomeação põe o sujeito mulher no quietismo.

Sendo assim, observa-se que o processo de nomeação no Bairro Jardins não é tão simplista ou inocente quanto parece, porém há uma opacidade operando nesse processo. Nesse sentido, há como podemos observar uma filiação histórica com o sentido de silenciamento e quietismo que vem pelo real da língua, da história, da memória e do inconsciente. É, portanto, dessa maneira que o silenciamento do sujeito mulher ocorre, ou seja, pelos sentidos dominantes que estão em funcionamento no processo histórico de nomeação no Bairro Jardins. Por isso, a

nomeação a partir de antropônimos femininos traz a memória do patriarcalismo e do colonialismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a partir do que foi analisado responder como se dão os efeitos de sentido no processo histórico de nomeação no Bairro Jardins foi decisivo para esta pesquisa. Para tanto, a análise teve início com a dessuperficialização da materialidade *empírica* (os mapas). Foram observados e identificados os discursos que atravessam e constituem o conjunto de mapas, sobretudo, a partir do nome Jardins. Passamos em uma segunda etapa para a análise da materialidade linguística (os nomes) no jogo entre a evidência e a não-evidência dos sentidos. Com isso, chegamos à materialidade discursiva, ou seja, aos discursos que se encontram também no batimento entre a evidência e a não-evidência.

Os mapas e os nomes trazem diferentes memórias e mobilizam diferentes sentidos da história, o já-dito. Com essa leitura fomos além da evidência, da transparência das materialidades *empíricas* e linguísticas, ou seja, fomos além dos mapas e dos nomes. Buscamos os sentidos ou os efeitos de sentido em algo anterior, exterior – o já-dito da memória e da história, do interdiscurso. Esse efeito de buscar no já dito é o efeito que repete, reproduz, atualiza os sentidos, ou, que seja, os discursos para olhar aí o não-dito.

Em primeiro lugar, o efeito de desmembramento do Bairro Grageru é produzido pela instituição pública e privada, conseqüentemente, a criação do Bairro Jardins. Esse movimento reproduz a memória eurocêntrica em relação de sentidos com a memória do brasileiro. Em contrapartida silencia o discurso do índio.

Em seguida, o efeito de repetição dos nomes de condomínios na microrregião Jardim Europa em língua estrangeira que são considerados como reescriturações. Conseqüentemente, esse efeito está filiado historicamente também à memória eurocêntrica em relação de sentidos com a memória do brasileiro.

Em um terceiro plano, o efeito de repetição de antropônimos masculinos de políticos também pode ser observado do ponto de vista da reescrituração. Foi observado que trata-se, então, da reprodução histórica de sentidos mobilizados pela memória da colonização e também pela memória da política nacional, da política regional e da democracia.

Sendo que, ao considerar a nomeação predominante em língua estrangeira e a partir de antropônimos masculinos ocorre, conseqüentemente, o movimento de *silenciamento* dos

sentidos que são mobilizados pelos antropônimos femininos. Desse modo, é possível ver aí o efeito de repetição histórica dos discursos dominantes que trazem a memória do patriarcalismo e do colonialismo. Logo, há o silenciamento dos nomes femininos.

Com tudo isso, observa-se que a posição do sujeito é determinada por diferentes memórias e diferentes sentidos que atravessam e constituem a nomeação no Bairro Jardins. É possível ver aí as formações discursivas e as formações ideológicas, ou seja, as posições dos sujeitos em jogo, em relação de sentidos e de forças. Sendo que ao considerar o interdiscurso, essas formações são decisivas na determinação discursiva e histórica do sujeito.

Observamos essas relações “[...] em função das formações discursivas: em um texto não encontramos apenas uma formação discursiva, pois ele pode ser atravessado por várias formações discursivas que se organizam em função de uma dominante” (p. 70). Digamos a partir do nosso objeto de estudo que há duas formações discursivas dominantes em funcionamento: a eurocêntrica e a antroponímica com nomes de políticos.

Para tudo que foi observado ainda apresentamos o argumento de Guimarães. “O que se vê é como os movimentos designativos ressignificam constantemente o real, que não está aí como o empírico, mas como o identificado pelo simbólico, que inclui necessariamente o político” (GUIMARÃES, 2005, p.89). Acrescentamos, necessariamente, os efeitos das memórias e dos sentidos.

Em virtude de tudo que foi observado, é possível dizer ainda o que significa o efeito desses discursos predominantes. Pois, esses discursos predominantes são o sintoma, a neurose, mas também o desejo de eternizar o sujeito pelo nome. Em relação à predominância da nomeação estrangeira é o desejo de eternizar o discurso estrangeiro, o discurso do poder que vem do Outro.

Já a predominância da nomeação antroponímica com nomes masculinos e de orientação política nacional e regional mostra o desejo de eternizar o discurso do poder político, o discurso da colonização. É, sobretudo, o desejo de eternizar o sujeito da nomeação, sem dúvida, através do processo discursivo e histórico no processo de nomeação no Bairro Jardins.

Isso porque, diferentemente, da ideologia, do inconsciente, da história e da luta de classes do ponto de vista teórico o sujeito não é eterno. Está aí, então, pelo processo histórico de nomeação uma maneira de realizar o desejo de eternizar o sujeito pela nomeação de lugar.

Intervir para dizer que há também o sintoma, a neurose, ou melhor, o desejo de eternizar o que não predomina para expressar o silenciamento dos efeitos de sentido do índio e do sujeito mulher. É isso o que ocorre com os poucos nomes indígenas e antropônimos femininos que

também nomeiam condomínios, ruas e avenidas no Bairro Jardins. Portanto, tendo em vista tudo o que foi analisado, é dessa maneira que se dão os efeitos de sentido no processo histórico de nomeação desse bairro e a determinação histórica do sujeito, ou seja, pela repetição de diferentes memórias e diferentes sentidos predominantes, conseqüentemente, o silenciamento de outros sentidos.

Enfim, diante do aporte teórico, do *corpus empírico-linguístico* e da análise que foi produzida aqui, algumas questões permanecem abertas: ainda nos perguntamos onde termina o discurso do francês, o discurso do espanhol, o discurso do inglês, o discurso do africano, “[...] onde termina o índio (no contato), o português (na colonização), o italiano (nos movimentos migratórios) e começa o brasileiro?” (ORLANDI, 2008, p. 54). Mais especificamente, onde começa o discurso do sujeito brasileiro pela nomeação de lugar? Com efeito, essas questões de “berço esplêndido” continuam abertas nos estudos sobre a nomeação toponímica no século XXI.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**: notas para uma investigação. Editorial presença/Martins Fontes; tradução de Joaquim José de Moura Ramos; Lisboa, 1974.
- ARAÚJO, Ricardo Teles. **Famílias sergipanas do período colonial**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, n° 33, p. 63-85, 2002.
- BAKHTIN, M. M. (Mikhail Mikhailovitch), 1895-1975. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem / Mikhail Bakhtin (V. N. Volochínov); prefácio de Roman Jakobson; apresentação de Marina Yaguello; tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. – 14 ed. – São Paulo; Hucitec, 2010.
- BERNARDO-SANTOS, Wilton James. **Toponímia e razão gráfica**: uma concepção de texto para materiais didáticos. I GESTRA; ISSN: 2176-8994; UFS, 2009. Disponível em<<https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=54762&key=138dc5560ed5aad82a6b1bd315e7e808>>Acesso em 03 de mai. 2018.
- \_\_\_\_\_, Wilton James. **Poética de Interfaces (III)**: escrita e sentido na constituição de espacialidades – notas para o ensino. GESTRA; ISSN: 2176-8994 Volume 2, UFS, 2012. Disponível em<<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbncGxlZHVmc3xneDo3MjFiMjc3OGVhMmM2NDUy>>Acesso em 05 de mai. 2018.
- CONEIN, B. (et. al.) **Matérialités Discourse**, Presses universitaires de Lile, 1981. Trad. Eni Orlandi (coord.) Editora da Unicamp, 2016.
- DICK, Maria Vicentina de P. do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo; 2ª edição, 1990b.
- FOUCAULT, Michel (1926-1984). **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas/trad. Salma Tannus Muchail. 10ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 2016.

FREUD, Sigmund. **Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos (1910)**. Volume XI; Editora Imago, 1931.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe (1575-1855)**. Rio Janeiro; Editora Typographia Perseverança, Biblioteca do Senado Federal, 1891.

GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Organizadores Françoise Gadet; Tony Hak. Tradução Bethânia S. Mariani. [et. al.] - 4ª. ed. Campinas, SP; editora da UNICAMP, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**/Eduardo Guimarães-Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2005.

GUILHAUMOU, J; MALDIDIER, D. "Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise de discurso". In: GUIMARÃES, Eduardo. **História e sentido na linguagem**. (Org.) Eduardo Guimarães – Campinas, SP; Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_, J; MALDIDIER, D; ROBIN, R. **Discurso e arquivo: experimentações em Análise do Discurso**. Tradutor Carolina P. Fedatto e Paula Chiaretti. Campinas, SP, editora da Unicamp, 2016.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo. SP. Hucitec, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1902-1982. **Raízes do Brasil**. Sérgio Buarque de Holanda - 26ª. Ed. São Paulo; Companhia das Letras, 1995.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. **Fundamentos da psicanálise: de Freud a Lacan**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2000.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro; editora Jorge Zarar, 1999.

\_\_\_\_\_, Jacques. 1901-1981. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)** / Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques Alain-Miller; tradução de M. D. Magno – 2 ed. – Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Dominique Maingueneau; tradução Freda Indursky; revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Galo; Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. Campinas, SP: Pontes Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3ª edição, 1997.

MACHADO, Anselmo Belém. **O Bairro Jardins: Processo de Crescimento Urbano, Consolidação de Estratos Socioeconômicos e "Ilhas" de Segregação Social**, 2010. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/viewFile/2445/2127>. Acesso em 05 de mai. 2018.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re) Ler Michel Pêcheux Hoje**. Tradução – Eni P. Orlandi; Campinas; Pontes, 2003.

MILNER, Jean Claude. **O amor da língua**. Tradução: Paulo Sérgio de Souza; Revisão técnica: Cláudia Thereza Guimarães de Lemos e Maria Rita Salzano Moraes-Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2012.

MUSSALIM, F. **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**, v. 2 / Fernanda Mussalim, Ana Cristina Bentes (orgs.) – 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, L. A. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas / organização Luciano Amaral Oliveira.** – 1ª ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos,** Eni P. Orlandi, Campinas, 8ª ed. SP: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_, Eni P. **Cidade dos Sentidos/** Eni P. Orlandi – Campinas, SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_, Eni P. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional.** Eni Puccinelli Orlandi (org.) – Campinas. SP. Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_, Eni P. 1942 – **Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo.** 1ª ed. [1990]; 2ª ed. Campinas, SP; Editora da UNICAMP, 2008.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6ª edição; Campinas, SP; Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento.** Trad. E. P. Orlandi. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio / Michel Pêcheux;** Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. – 3ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_, Michel. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux.** Textos escolhidos por: Eni Puccinelli Orlandi – Campinas, SP: 4ª edição - Pontes editores, 2016.

\_\_\_\_\_, Michel. “Leitura e memória: projeto de pesquisa”. In: **Análise de Discurso.** Michel Pêcheux, Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi – Campinas, SP: 4ª edição - Pontes editores, 2016.

\_\_\_\_\_, Michel. **Papel da memória.** In: ACHARD, Pierre. [et al]. Tradução e introdução: José Horta Nunes - 3ª. ed. Campinas, SP, Pontes Editores, 2010.

\_\_\_\_\_, Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso.** Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

PORTO, Fernando Figueiredo. **A cidade do Aracaju 1855-1865: ensaio de evolução urbana.** 2ª ed. Aracaju. Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história: ensaio de poética do saber.** Jacques Rancière – Trad. Eduardo Guimarães, Eni Orlandi. São Paulo; EDUC/Pontes, 1994.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye; editora Cultrix. São Paulo, 1974.

## Apêndice A

### Quadro 4 - Os nomes dos condomínios na microrregião Jardim Europa

1 - Condomínio Jardins de Londres	8 - Condomínio Mansão Terrazzo Verdetto
1.1 Torre James Park	9 - Condomínio Mansão Jardim Residence
1.2 Torre Hyde Park	10 - Condomínio Mansão Jaime Gusmão Residence
1.3 Torre Green Park	11 - Condomínio Mansão Roberto Constâncio Vieira
2 - Condomínio Le Provence Jardim Europa	12 - Condomínio Mansão Luciano Barreto Junior
2.1 Torre Marseille	13 - Condomínio Mansão Margarida Diniz Franco
2.2 Torre Avignon	14 - Condomínio Mansão Fontana di Trevi
3 - Condomínio Mansão Bela Sintra	15 - Condomínio Mansão Sementeira
4 - Condomínio Mansão Buena Vista	16 - Condomínio Mansão Horto das Figueiras
5 - Condomínio Mansão Horto da Sementeira	17 - Condomínio Mansão Horto do Ipê
6 - Condomínio Mansão Prime Jardim Europa	18 - Condomínio Mansão Vale do Luar
7 - Condomínio Mansão Parque Bello	

Fonte: Quadro organizado pelo autor desta dissertação através do *Google Street*) Av. Oviêdo Teixeira; Monsenhor Olívio Teixeira; rua: Alameda Espanha e Alameda Alemanha.

## Apêndice B

### Quadro 5 - Os nomes das regiões que compõem o Bairro Jardins

#### **O Bairro Jardins e suas divisões**

- 1 - Grageru
- 2 - Jardins
- 3 - Jardim Europa
- 4 - Jardim Alvorada
- 5 - Jardim Nice
- 6 - Tramandaí
- 7- Loteamento Garcia
- 8 - Parque da sementeira
- 9 - Parque Augusto Franco
- 10 - Conjunto cidade dos funcionários
- 11 - Loteamento Sítio do Raposo
- 12 - Loteamento Rio Poxin

Fonte: (Quadro elaborado pelo autor desta dissertação) Acesso às Leis pelo site da câmara dos vereadores. <https://www.aracaju.se.leg.br/institucional/legislacao>.

## Apêndice C

### Quadro 6 - Os nomes das avenidas, ruas e alamedas no Bairro Jardins

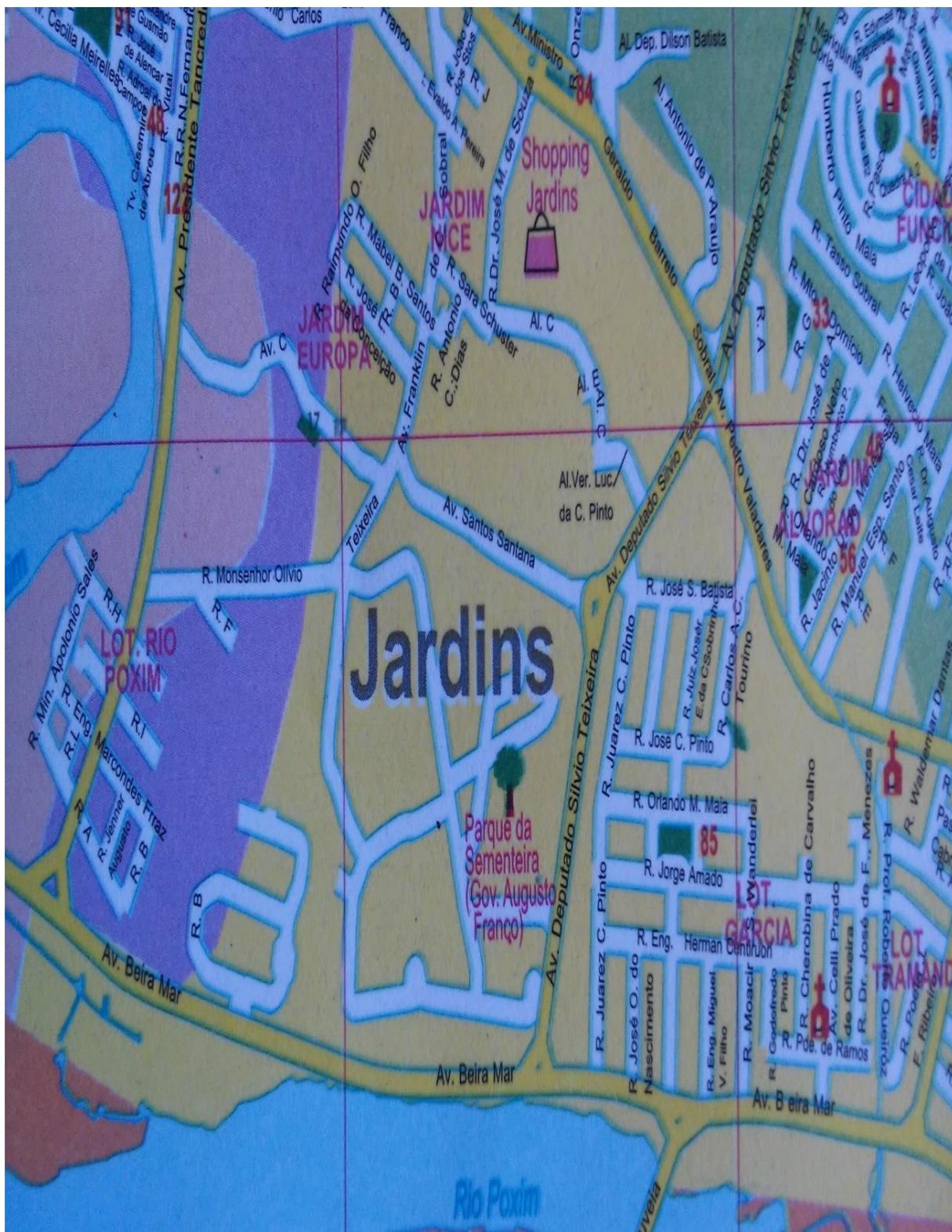
1-Rua Cândida Alves Carvalho Lei 4662/2015	38-Rua Monsenhor Olívio Teixeira Lei 3153/2004
2-Rua Vera Cristina Barbosa Bezerra Lei 4493/2014	39-Rua João Ednaldo Alves dos Santos Menezes Lei 1835/1992
3-Rua Cherobina de Carvalho Pinto Lei 1848/1992	40-Rua Antônio Conde Dias Lei 1836/1992
4-Rua Analice Oliveira de Sá Lei 4653/2015	41-Rua Flávio Menezes Prado Lei 832/1981
5-Rua Sara Schuster Lei 1839/1992	42-Rua Clóvis Mozart Teixeira Lei 1833/1992
6-Rua Maria Eurides Almeida Souza Lei 3971/2010	43-Rua Juíz José Emídio da Costa Sobrinho Lei 2413/1996
7-Rua Venúzia de Carvalho Rodrigues Lei 4672/2015	44-Rua José Seabra Batista Lei 2559/1997
8-Rua Professor Roberto Queiroz Lei 927/1983	45-Rua Engenheiro Miguel Valverde Filho Lei 1270/1987
9-Rua Monsenhor Olívio Teixeira Lei 3153/2004	46-Rua José Olívio do Nascimento Lei 270/1972
10-Rua Monsenhor José Amaral de Oliveira Lei 4220/2012	47-Rua Carlos Alberto Chamusca Tourinho Lei 2773/1999
11-Rua Vereador Raul Félix da Silva Lei 4667/2015	48-Rua João Lins Carneiro Albuquerque Filho Lei 3113/2003
12-Rua José Carvalho Pinto Lei 2415/1996	49-Rua José Luiz da Conceição Lei 1852/1992
13-Rua Jenner Augusto Lei 3162/2004	50-Rua Francisco Duarte Ramos Lei 1136/1985
14-Rua Evaldo Alcides Freire Lei 1976/1993	51-Rua Hamilton Ludovice Lei 4230/2012
15-Rua Juarez Carvalho Lei 220/1971	52-Rua Engenheiro Hernan Centurion Lei 727/1980
16-Rua Aloísio Rodrigo Teti Filho Lei 1841/1992	53-Rua Desembargador Luiz Pereira de Melo Lei 3253/2004
17-Rua Doutor José de Faro Menezes Lei 1173/1986	54-Rua Desembargador Joel Macieira Aguiar Lei 2416/1996
18-Rua Godofredo Pinto Lei 1843/1992	55-Rua Engenheiro Marcondes Ferraz Lei 2678/1998
19-Rua Moacir Wanderley Lei 944/1983	56-Avenida Maria Celi Prado de Oliveira Lei 1311/1987
20-Rua Orlando Magalhães Maia Lei 4412/2013	57-Avenida Iolanda Pinto de Jesus Lei 3166/2004
21-Rua Mabel Batista Santos Lei 1840/1992	58-Avenida Oviêdo Teixeira Lei 3144/2004
22-Rua Rubem Menezes de Carvalho Lei 4780/2016	59-Avenida Santos Santana Lei 918/1983
23-Rua Monsenhor Olívio Teixeira	60-Avenida Hélio de Souza Leão

Lei 3153/2004 24-Rua Acrísio Moureira Siqueira Lei 4434/2013 25-Avenida Beira Mar 26-Avenida Antônio Carlos Leite Franco Lei 3154/2004 27-Avenida Francisco Antônio Freitas Bendocchi Alves Lei 3329/2005 28-Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral Lei 1953/1992 29-Avenida Jorge Amado Lei 908/1983 30-Avenida Deputado Sílvio Teixeira Lei 1124/1985 31-Avenida Presidente Tancredo Neves Lei 1190/1986 32-Avenida Deputado Pedro Valadares Lei 1314/1987 33-Avenida Francisco Porto Lei 44/1966 Lei 237/1971 Lei 683/1980 34-Avenida Doutor José Machado de Souza Lei 3856/2010 35-Avenida Oviêdo Teixeira Lei 3144/2004 36-Avenida Santos Santana Lei 918/1983 37-Avenida Hélio de Souza Leão Lei 4580/2014	Lei 4580/2014 61-Avenida Oviêdo Teixeira Lei 3144/2004 62-Alameda Espanha Lei 3159/2004 63-Alameda Alemanha Lei 3160/2004 64-Alameda França Lei 3156/2004 65-Alameda Itália Lei 3157/2004 66-Alameda Portugal Lei 3158/2004 67-Alameda Inglaterra Lei 3161/2004
--	---

Fonte: (Quadro elaborado pelo autor desta dissertação). Na ordem vem primeiro os nomes das ruas, em seguida os nomes das avenidas, por último os nomes das alamedas e as respectivas leis. Acesso às Leis através dos Projetos de Lei ou pelo site da câmara dos vereadores. <https://www.aracaju.se.leg.br/institucional/legislacao>.

## Anexo A

Figura 6 - Registro fotográfico do mapa - região do Bairro Jardins



Fonte: mapa da cidade de Aracaju - edição atualizada (s/d). Escala Aproximada: 1:24.000 (1cm=240m). Editora glomapas/e-mail: [contato@editoraglomapas.com.br](mailto:contato@editoraglomapas.com.br). [www.editoraglomapas.com.br](http://www.editoraglomapas.com.br). Fone (11)2291-1536/(11)2692-4529. O Bairro Jardins se limita a outros bairros através das avenidas: Iolanda Pinto de Jesus, Ministro Geraldo Barreto Sobral, Pedro Valadares, Francisco Porto, Presidente Tancredo Neves e Beira Mar.